ABSURDOS E MILAGRES:

UM ESTUDO SOBRE A POLÍTICA EXTERNA DO LUSOTROPICALISMO (1930-1960)

Ministério das Relações Exteriores

Ministro de Estado Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Secretário-Geral Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

Fundação Alexandre de Gusmão

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente Embaixador Gilberto Vergne Saboia

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Diretor Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

Centro de História e Documentação Diplomática

Diretor Embaixador Maurício E. Cortes Costa

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034/6847
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br

Rafael Souza Campos de Moraes Leme

Absurdos e Milagres:

Um Estudo sobre a Política Externa do Lusotropicalismo (1930-1960)

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Brasília, 2011

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Equipe Técnica:
Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho
Fernanda Antunes Siqueira
Fernanda Leal Wanderley
Juliana Corrêa de Freitas
Mariana Alejarra Branco Troncoso

Programação Visual e Diagramação:
Juliana Orem

Revisão:
Júlia Lima Thomaz de Godoy

Impresso no Brasil 2011

Leme, Rafael Souza Campos de Moraes.

Absurdos e milagres : um estudo sobre a política externa do Lusotropicalismo (1930-1960) / Rafael Souza Campos de Moraes Leme. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
164 p.

ISBN 978-85-7631-326-7

1. Política Externa. 2. Relações Internacionais. 3. Lusotropicalismo. 4. Diplomacia.

CDU: 327.3(469)

Ficha catalográfica elaborada pela
Bibliotecária Sonale Paiva - CRB /1810

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Sumário

Introdução, 7

Parte I – Do Absurdo ao Milagre, 15

1.1 Freyre e Lusotropicalismo: mística e conservadorismo, 17
1.2 Todos os tempos em um só, 24
1.3. Gilberto Freyre, intérprete do Brasil, 32
1.4. O Lusotropicalismo, 36
1.5. A raça portuguesa e o Brasil moderno, 47
1.6. Raças e tipos nos templos imemoriais, 57
1.7. Brasil, árvore transplantada: o encontro de Portugal e "a sua mais extraordinária realização", 68

Parte II – Do milagre, de volta ao absurdo, 81

2.1. Gilberto Freyre contestado, 81
2.2. O Lusotropicalismo e a realidade africana, 84
2.3. A Política externa portuguesa e a política externa do Lustropicalismo, 96
2.4. O Brasil e a política externa do Lusotropicalismo, 108

Conclusão, 147

Bibliografia, 151

Anexo I – Composição do Congresso do Mundo Português, 159

Introdução

O Governo português gradativamente incorporou em sua política externa, entre os anos 1930 e 1950, as formulações teóricas do Lusotropicalismo, de Gilberto Freyre, com os objetivos precípuos de manutenção de suas possessões ultramarinas, legitimação do regime salazarista e resgate político e espiritual de Portugal. Nessa estratégia política em geral e diplomática em especial, o Brasil ocupava papel de destaque, como obra maior do engenho colonizador do português: em um primeiro momento (entre os anos 1930 e 1940), era a prova cabal de que portugueses poderiam dar origem a uma nação moderna e industrializada (aspecto cuja defesa interessava igualmente ao regime varguista); em um segundo momento, o Brasil tornou-se exemplo modelar de que portugueses, ao colonizarem, criavam sociedades multirraciais nas quais o amor entre colonizador e colonizado não conhecia obstáculos econômicos ou de cor de pele. Em outras palavras: no primeiro momento, o silogismo sugere que as colônias/províncias afro-asiáticas teriam como destino, permanecendo sob o jugo português, a moderna nação brasileira[1]; no segundo, o raciocínio baseia-se na necessidade de preservação de uma

[1] Segundo o raciocínio, portanto, não está descartada a independência das províncias ultramarinas. O momento "oportuno" para a emancipação, no entanto, é estrategicamente vago.

obra de engenharia social e antropológica singular e universal pelos valores que concretizaria.

Esta dissertação é um estudo (a) de como ocorreu essa incorporação do Lusotropicalismo pela diplomacia portuguesa; (b) de como a teoria freyreana, por ser afeita ao místico, ao abstrato, ao universal, às explicações totalizantes, prestava-se com especial pertinência a essa instrumentalização política e diplomática; (c) de como o Lusotropicalismo se expressou, objetivamente, na política externa portuguesa; (d) de como variou o papel do Brasil nessa estratégia diplomática; e (e) de como a diplomacia brasileira se comportou ao longo dos anos 1930 a 1950 com relação à "política externa do Lusotropicalismo".

Por sua grande influência sobre o Governo português e sua política colonial, Gilberto Freyre tornou-se figura controversa. A presente dissertação é, por um lado, a história de como Gilberto Freyre foi o alento de uma civilização[2], a um só tempo, promissora, atacada e moribunda. Em curto espaço de tempo, o que ia restando do Império português passou da promessa de reviver os grandes feitos de uma Raça à promessa de reviver os grandes feitos de uma Cultura; a defender-se contra a maré anticolonialista pretensamente afeita ao regionalismo de uma Europa que perde sua vocação universal; e a proteger-se contra o "terrorismo" de "inimigos" que querem plantar a inimizade na suposta secular concórdia cultural lusotropical. O controvertido autor empreendeu, desde os Apipucos e nas viagens que realizou pelo mundo que o português criou, uma notável tarefa intelectual: forjou o Português.

A presente dissertação é, por outro lado, a história de como a genialidade e a originalidade de Gilberto Freyre converteram-se, de acordo com seus críticos, em tradicionalismo reacionário, instrumentalizado pelo Governo salazarista. Seu culturalismo, levado às últimas consequências pelos que dele fizeram uso (e foram muitos, com seu consentimento), legitimou regimes, ideologias e projetos políticos. O maior deles, a defesa do colonialismo português pelo regime salazarista que ajudou a sustentar, fornecendo as bases para uma "diplomacia lusotropical". Com a chancela da "criação portuguesa", tudo era permitido: se era parte do mundo que português

[2] Expressão empregada, como se verá, pelo Estado Novo português para referir-se ao mundo português.

criou, representava o sincretismo tolerante e argutamente "delicioso" presente na sociedade brasileira e no luso-brasileiríssimo palito de dentes, ambos testemunhas da concórdia lusotropical, patrimônio português. O método genialmente sincrético de Gilberto Freyre foi capaz, antecipando, a um só tempo, a história do cotidiano, a história da vida privada e a história total, de produzir uma interpretação totalmente original do Brasil. Todavia, ao tratar do mundo que o português criou, o que era o itinerário de 300 anos de história de sociedade patriarcal no Brasil, dizem seus críticos, traveste-se com os pesados mantos da glorificação de um passado remoto cujo retorno, mal disfarçando, anseia. Torna-se um reacionário, nos dois sentidos do termo: reacionário por pretender que a roda da história marche em sentido inverso; reacionário por reagir contra as ameaças à "cultura luso-brasileira"[3] e à "cultura lusotropical"[4]. O revolucionário da explosão de deslumbramento de 1933 é o reacionário do romântico Lusotropicalismo dos anos 1940 e 1950. Em certo sentido, o Lusotropicalismo foi a banalização de sua interpretação do Brasil, posta a serviço do legitimismo e do continuísmo salazarista.

Freyre, percorrendo científica ou quase-cientificamente – ele já se afirmara um quase-cientista, um quase-político, um quase-sociólogo – conceitos da antropologia, da sociologia, da arquitetura, da ecologia, da psicologia, da agronomia, entre outras áreas, inovou na escrita da história portuguesa, no conteúdo e no método, com o precípuo objetivo de resgatar aquele doente atacado e moribundo, tornando-o não apenas promissor, mas merecedor das mais elevadas distinções. A alegada multicultural e multirracial experiência portuguesa no Ultramar, permeável por natureza e tolerante por vocação, comprová-la-ia cada detalhe e cada sensação gestada, criada e vivida no mundo que o português criou: do fruto mulato do amor português com a mulher de cor; até os detalhes de um edifício que denotam a influência árabe na arquitetura lusitana; do formato das telhas *à la* pagode chinês ao "azulejo árabe" nas construções portuguesas; do uso do tomate na cozinha lusitana até o ecológico uso de

[3] Cf. FREYRE, Gilberto. *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*, 2ª ed. Rio de Janeiro: CEB, 1942.

[4] A respeito da dualidade do termo "reacionário", cf. a excelente monografia de CARRIÈRES, Henri Yves Pinal. *Joseph de Maistre. O mal e a política*. Dissertação de mestrado apresentada ao IUPERJ, Rio de Janeiro, 2006.

óleo de peixe nos edifícios; do "ulissismo" dos aventureiros portugueses e "antiulissismo" de um povo que soube criar raízes sólidas por onde passou. Freyre produziu mais que ricas descrições: encantou com retratos que ao explicarem, também seduzem; ao seduzirem, também mobilizam.

Gilberto Freyre entregou à Nação portuguesa um arcabouço de nacionalidade. Entregou a um regime uma doutrina que o justificava e um sustentáculo para seu principal objetivo de política externa: a manutenção do domínio português sobre o Ultramar. O novo ideário permitiu diretamente que o primeiro Estado moderno a se lançar ao mar – e desde muito não caracterizado como uma potência europeia – fosse o último país a deixar de ter colônias. Um país que, em 1915, fora descrito por um lúcido e ácido autor português como objeto de "uma unica conclusão melancholica e evidente (...): a terra portuguêsa se acha distanciada, sob qualquer aspecto da moderna actividade, qualquer cousa como meio-seculo d'aquillo, que em outros paizes, menos decrepitos e mais diligentes, traduz progresso, bem-estar individual. (...) Nós outros" – prossegue o luso-desenganado – "estamos tambem no ról dos decahidos. Segundo a melhor historiographia colonial, parece até que fômos chronologicamente os primeiros a... dar o logar aos outros"[5]. O Estado Novo português teve por objetivo primordial resgatar Portugal dessa decadência. Encontrará, em Gilberto Freyre, um hábil justificador de tal missão, embora não de maneira imediata, mas após hesitações. Se a posse de colônias por um tão frágil Estado nacional parecia, economicamente, um absurdo, caberia a Gilberto Freyre justificá-la, demonstrando o quão milagrosa era a obra portuguesa nos trópicos. O Brasil, "o milagre-síntese".

De fato, exemplo retumbante de vigor e modernidade, o Brasil fornecia o argumento definitivo sobre as qualidades do português, cujo engenho, tolerância e permeabilidade chegariam às raias do inverossímil. Fruto de um processo de povoamento e colonização legado ao mundo ocidental pelo gênio do Infante D. Henrique, o Brasil era, também, a "lusitanidade-síntese". Nessa qualidade, fosse como nação moderna e avançada ou como um exemplo de "democracia racial", o Brasil integrou,

[5] LIMA, Lobo D'Avila. *Portugal e a Guerra das Nações*. Lisboa: Empresa Lusitana Editora, 1915, pp. 7 e 13.

como argumento essencial, a defesa do colonialismo levado a cabo pela política externa portuguesa.

À medida que avançava a descolonização iniciada no pós-guerra, Portugal passou a adotar postura defensiva, sobretudo na Organização das Nações Unidas, na qual foi admitido como membro em 1955. Seu principal argumento: o Lusotropicalismo de Freyre. Portugal, o primeiro Estado a colonizar e o último a descolonizar, resistia mesmo diante de arrazoados que miravam no centro das formulações do homem dos Apipucos. A manutenção do Ultramar resulta no isolamento português, insistente, dirão seus críticos, em defender um mito. Enfrentando guerras coloniais e condições sociais e raciais adversas, os críticos de Portugal e de Freyre buscarão comprovar como aquele milagre escondia, na verdade, o absurdo da vida real nas colônias, apelidadas províncias, portuguesas. O Brasil funcionava como o manto da inocência a encobrir os absurdos do mundo que o português criou.

O necessário cotejo entre a incorporação do Lusotropicalismo no ideário oficial português e as iniciativas e objetivos da política externa de Portugal e do Brasil situa esta dissertação em ponto de interseção entre, de um lado, a história das ideias e do pensamento social brasileiro e, de outro, a história da política externa. Documentos e eventos de importância para a análise da diplomacia portuguesa e brasileira serão apresentados como o resultado de uma política externa porosa e permeável ao Lusotropicalismo de Gilberto Freyre, teoria que se infiltrou, de modo muito particular, nos meandros da política do Palácio das Necessidades para a África e a Ásia portuguesas. Da mesma forma, a leitura da atitude da diplomacia brasileira em relação a Portugal terá por referência a maior ou menor permeabilidade aos argumentos lusotropicais. Por sua vez, as formulações teóricas do sociólogo dos Apipucos, desprovidas em sua gênese de caráter político, serão apresentadas menos como uma teoria explicativa em si, e mais enquanto apropriação de próceres do regime salazarista, executores da política externa.

O autor pernambucano viajou a Portugal em 1940. Sua visita não recebeu grande destaque. No início da década de 1950, é convidado de honra do governo português para empreender uma jornada pelo Império português, ocasião na qual viaja por todas as colônias portuguesas, com exceção do Timor. O presente trabalho explora a transição entre estes dois momentos e analisa a obra de Gilberto Freyre como inspiradora

do ideário oficial português. Para tanto, a dissertação será dividida da seguinte maneira:

"Parte I: Do Absurdo ao Milagre": serão apresentadas as principais características do Lusotropicalismo e seus elementos mais relevantes; será dado destaque às origens da dimensão mística que a teoria incorpora e de seu caráter "atemporal" ou "multitemporal". Além disso, serão expostas iniciativas diplomáticas bilaterais que exemplifiquem a passagem do paradigma racial para o cultural na diplomacia portuguesa, ou seja, demonstrem como, de um discurso que defende as virtudes da raça portuguesa, passa-se ao enaltecimento da obra cultural portuguesa. Por fim, serão apresentadas iniciativas em que o Brasil aparece como modelo do engenho português, com especial destaque às comemorações centenárias de 1940 nas quais o Brasil participou de forma especialmente reveladora. Assim, a Parte I é composta por:

1 – "Freyre e Lusotropicalismo: mística e conservadorismo": são exploradas as influências teóricas de Gilberto Freyre que determinam o caráter místico e tradicional do Lusotropicalismo, características que o tornam especialmente apropriado para o desiderato português de defesa de sua política colonial;
2 – "Todos os tempos em um só": o conceito tríbio de tempo é aspecto importante para a compreensão de como o passado mítico e heroico do português podem se traduzir, na obra de Freyre e no Lusotropicalismo, em argumentos de grande atualidade;
3 – "Gilberto Freyre, intérprete do Brasil": uma breve exposição da obra freyreana sobre o Brasil, nos aspectos que antecedem o Lusotropicalismo;
4 – "O Lusotropicalismo": apresenta seus principais postulados e características;
5 – "A raça portuguesa e o Brasil moderno": apresentam-se algumas iniciativas diplomáticas reveladoras da aproximação entre "dois regimes irmãos" (o Estado Novo de Salazar e o Estado Novo de Vargas), em que Portugal é mais raça que cultura e o Brasil mais moderno e avançado que miscigenado e tolerante;
6 – "Raças e tipos nos templos imemoriais": parte que se refere às exposições coloniais em geral e, em particular, às comemorações centenárias de 1940; e

7 – "Brasil, árvore transplantada": recolhe exemplos de menção ao Brasil como modelo de nação a ser seguida pelo avanço modernizante que logrou graças à herança da ex-metrópole, prova de que esta é capaz de grandes realizações.

"Parte II: Do milagre, de volta ao absurdo": são examinadas as objeções à "política externa do Lusopicalismo", situando-a no contexto dos objetivos gerais da política externa portuguesa. Mencionam-se as agruras africanas e a política portuguesa nas Nações Unidas. A parte se encerra com avaliação do grau de engajamento da política externa brasileira na defesa do colonialismo português, em geral apresentado como, nesta fase, um colonialismo entusiasmado[6]. A Parte II será dividida como segue:

1 – "Gilberto Freyre contestado": breve síntese dos opositores a Gilberto Freyre;
2 – "O Lusotropicalismo e a realidade africana": conjunto de dados sobre a África entre os anos 1940 e 1950, em geral invocados como prova da falsidade das asserções do Lusotropicalismo;
3 – "A Política externa portuguesa e a política externa do Lusopicalismo": discute a utilização do argumento lusotropical por Portugal, principalmente na Organização das Nações Unidas, para a defesa da posse do Ultramar português; e
4 – "O Brasil e a política externa do Lusotropicalismo": recolhe impressões a respeito do "entusiasmo" do Brasil com a política portuguesa para o Ultramar e do engajamento brasileiro nas iniciativas bilaterais como um todo.

[6] Cf., por exemplo, MAGALHÃES, José Calvet de. *Breve História das Relações entre Brasil e Portugal*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 99: "durante os governos dos presidentes Getúlio Vargas, Café Filho e Juscelino Kubitschek, os representantes brasileiros nas Nações Unidas sempre se manifestaram solidários com a posição portuguesa".

Parte I
Do Absurdo ao Milagre

Os anos 1930 assistiram a Brasil e Portugal reanimando-se após crises. O Brasil, de uma crise mais espiritual que material; Portugal, de uma crise tão material quanto espiritual. O Brasil, fadado a carregar, ao menos por longo período de tempo, o fardo da mestiçagem e da inferioridade congênita que ela acarretaria[7], invertia, pela pena de Gilberto Freyre, os sinais da equação: transformava-se em exemplo de sincretismo racial. Este, como veremos, seu "Ovo de Colombo".

Coube a António de Oliveira Salazar operar a recuperação portuguesa, na qual Gilberto Freyre teve participação de não pouca monta. Um país pobre, com suas colônias abandonadas e negligenciadas e finanças em condições adversas, encontrava em um líder, convenientemente economista e teólogo, um misto de seminarista e nacionalista[8], a saída para seus problemas. Em 1924, Vicente Ferreira afirmou:

> An economist or statistician, looking at the diminutive resources of the mother country in men and goods, compared with the vastness of the dependent territories and the tenacity with which we maintain, control

[7] BENDER, Gerald F. *Angola under the Portuguese: the myth and the reality*. Los Angeles: University of California Press, 1978, p. 4.
[8] Cf. FIGUEIREDO, António de. *Portugal: cinquenta anos de ditadura*. Lisboa: Dom Quixote, 1975, pp. 31 e ss.

> and develop them, would sum up his survey with a single word: 'absurd'. A mystic or a simpleton, too ignorant of history to know what we did in the name of faith, but aware of what we achieved through faith, would certainly declare: 'a miracle'[9].

É verdade que Vicente Ferreira, que ocupou por quarenta anos altos postos – inclusive o de Alto Comissário para Angola e Moçambique – na burocracia colonial portuguesa[10], está entre aqueles que ainda acreditavam na superioridade da raça portuguesa. Vicente Ferreira sustentava que, de tão atrasados, os povos africanos não poderiam ser colonizados nem mesmo pelos portugueses, caracterizando-os como "nada mais que grotescas imitações de homens brancos"[11]. Ainda assim, mesmo que involuntariamente, deixou clara a distância entre as condições materiais portuguesas e a manutenção do Império.

Salazar deixava de lado critérios materiais[12] para definição do poder e do prestígio internacionais e, pelo contrário, frisava a importância de valores intangíveis de cuja defesa Portugal seria baluarte exemplar. Dessa defesa derivava, sustenta seu Governo, a missão civilizadora do português no mundo. O intrépido e destemido português seria o responsável por, após o início das Grandes Navegações, disseminar, de forma jamais antes vista, os valores cristãos e ocidentais pelos povos selvagens. Como afirma Malyn Newitt,

> Where she [Portugal] could not rival her critics, or meet their criticisms directly, she had to turn the argument and claim that she was attempting to carry out a totally different sort of policy to theirs – one in which intangible benefits of 'civilisation' were to be conferred in place of the more tangible objectives of British policy like capitalist economic development. Likewise, once African nationalism began to pose a threat

[9] Cf. HAMMOND, Richard J. *Portugal and Africa 1815-1910: a study in Uneconomic Imperialism*. Stanford: Stanford University Press, 1966, p. 1.
[10] Cf. idem.
[11] BENDER, Gerald F. *Angola*... cit, p. 19.
[12] "Salazar rejected material criteria for measuring power and prestige and substituted in their place such intangibles as the spirit, temperament and history of a people. In short, Salazar revived the imperial consciousness of the Portuguese, seeking in the great expanses of Portuguese-controlled Africa the prestige which was absent at home". BENDER, Gerald F. *Angola*... cit, p. 6.

> in the 1950s, Portugal sought to counter this by once again emphasising the difference of her régime from those of other colonial powers. As she could not meet the criticisms of nationalist in any other way, she had to do so by denying them the 'racialist' stick which had proved the most effective in beating the other colonial régimes[13].

Por influência direta do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, à lista de qualidades do português em sua "missão civilizatória" viria a incluir-se a miscigenação como virtude. Se nos primeiros tempos do Estado Novo português notam-se ainda referências a respeito de uma pretensa superioridade da raça portuguesa, vão elas se esvanecendo gradativamente. Esta a obra da teoria freyreana alcunhada de Lusotropicalismo.

O Lusotropicalismo, portanto, a um só tempo, continha a resposta à condenação do Brasil à marginalidade e à necessidade de Portugal de recuperação de autoestima e manutenção de suas possessões africanas e asiáticas. Nesta primeira parte, serão estudadas as principais características e manifestações do Lusotropicalismo, verificando-se como, gradativamente, a teoria foi penetrando no imaginário português até travestir-se de política de Estado em Portugal. Consolidou, com isso, o milagre português, cujo Império deixava de ser um absurdo. Como afirmou, no final dos anos 1930, o viajante inglês Patrick Balfour, "the Portuguese colonies are no longer a joke".[14]

1.1 Freyre e Lusotropicalismo: mística e conservadorismo

É muito difícil apreender Gilberto Freyre: "cada vez que julgamos apanhá-lo na rede, ele escapole pelos buracos como se fosse geléia"[15], dizia Darcy Ribeiro. Assim, ele não é nem mesmo o sábio de Apipucos: não é ninguém, mas, "como Macunaíma, ele é todos nós"[16]. É autor que não se presta a reduções e classificações. Multifacetado e, não

[13] NEWITT, Malyn. *Portugal in Africa – the last hundred years*. Londres: C. Hurst & Co., 1981, p. 169.
[14] HAMMOND, Richard J. *Portugal...* cit., p. 2.
[15] RIBEIRO, Darcy. *Gilberto Freyre: uma introdução a Casa Grande & Senzala*, in *Casa Grande & Senzala*, 39ª ed., São Paulo, Record, 2000, p. 14.
[16] Idem, ibidem.

raro, contraditório, Gilberto Freyre é revolucionário e é conservador a um só tempo. Adepto das dualidades e das antíteses, erige sínteses que se elevam para longe da mediocridade a qual posturas de mera equidistância normalmente encerram. Assim, o moderno e o tradicional, o contemporâneo e o reacionário convivem na obra de Freyre. É, sobretudo, um atípico: Gilberto é freyreano, não comporta tipificações sem reduções drásticas que empobrecem. Diante dessas dificuldades, como qualificar o caráter conservador e o caráter místico normalmente atribuídos ao Lusotropicalismo de Gilberto Freyre?

O cientificismo e o racionalismo em nada impressionavam Gilberto Freyre. Reagia contra eles com energia e virulência, revelando-se um pensador mais do intuitivo e do mítico que da tão propalada "verdade científica". "Tenho pena dos 'cientificistas' ou dos 'modernistas' para quem isso de literatura mística é arcaísmo, indigno de um 'moderno' de 'formação científica'"[17], afirmou ele. Não se podem ignorar valores que, mais importantes, revelam-se nas artes, na poesia, na estética; abrem os olhos e a mente para o intuitivo, para aquilo que a ciência e a razão não podem alcançar. Gilberto Freyre alegou:

> os místicos nos põem em contacto com o mundo que nos faz esquecer tantos valores modernos como os científicos, não por serem valores de todo sem interesse ou sem verdade, mas pela sua insignificância ao lado dos valores que só as instituições dos mais-do-que-poetas alcançam[18].

Freyre é, nesse sentido, um conservador que *reage* – reacionário, portanto – contra os excessos do científico e do racional, em termos que podem ser comparados aos dos reacionários contrários ao Iluminismo e à Revolução Francesa. Freyre se impressionou e se entusiasmou com herdeiros teóricos justamente desse "anti-Iluminismo". Não surpreende, assim, seu entusiasmo com as aulas a que teve oportunidade de assistir, em Paris, de Charles Maurras[19], monarquista fundador da *Action Française*

[17] FREYRE, Gilberto. *Tempo Morto e Outros Tempos – trechos de um diário de adolescência e de primeira mocidade (1915-30)*, 2ª ed. São Paulo: Global, 2006, p. 55.
[18] Idem.
[19] Charles Maurras foi ensaísta, jornalista, político, poeta e professor francês, nascido em 20 de abril de 1868 em Martigues. Fundou o jornal francês *l'Action Française*, em que defendia o retorno da Monarquia na França; foi um dos inspiradores do integralismo francês. Foi, a um só tempo, germanófobo e colaborador de Vichy. É considerado uma das maiores influências

e legatário de Joseph de Maistre[20], um dos grandes opositores justamente da Revolução Francesa e do Iluminismo; não surpreende sua confessa admiração por um Georges Sorel; não surpreende seu fascínio pelo antirracionalismo de um Miguel de Unamuno.

Para Gilberto Freyre, Maurras mostrava-se

> de uma inteligência admirável. Seu poder de crítica, de raciocínio, de argumentação, alguma coisa de extraordinário. Muito francês. Muito latino, mas pouco hispânico. Sem que o prejudique o sistema de raciocínio legalista dos advogados, sabe argumentar com agudeza analítica. O mal que prejudica de modo lamentável a inteligência do nosso Rui não afeta a sua[21].

Classificando-o como um "monarquista singular", por combinar seu ideal monárquico absolutista com o regionalismo e o sindicalismo, Gilberto Freyre parece encará-lo como contraponto ao que considera excessos da democracia liberal, sobre cujo fracasso julgava, na Paris de 1922, "não haver mais dúvidas"[22]. Freyre fala-nos da necessidade de "reajustamento da convivência democrática a novas formas de governo"[23], preservando o que sua obra deixa entrever como o essencial: "atividades estéticas, intelectuais, espirituais, dos homens"[24].

Charles Maurras era um antirracionalista convicto. Não era a ciência capaz de liderar o homem à verdade, mas antes a estética e a poesia. "Ontologie serait peut-être le vrai nom, car la Poésie porte surtout vers les racines de la connaissance de l'Etre... Il n'y a que le vers pour tenir dans sa griffe d'or l'appareil éboulé de la connaissance", disse ele[25].

Curiosas são também suas referências a Georges Sorel, importante pensador francês antirracionalista cuja revisão antimaterialista do marxismo é normalmente apontada como prenúncio da ideologia fascista. Para Sorel, a noção de classe presente no marxismo confere a

---

teóricas dos regimes de Salazar e, em menor escala, de Franco. Faleceu no dia 16 de novembro de 1952 em Tours.

[20] Cf., a respeito, a excelente dissertação de CARRIÈRES, Henri. *Joseph*... cit.

[21] FREYRE, Gilberto. *Tempo*... cit., p. 137.

[22] Idem.

[23] Ibidem.

[24] Ibidem.

[25] Apud PLANHOL, René de. *L'Oeuvre de Charles Maurras*. Paris: Éditions du Capitole, 1929, p. 23.

ele função mística e simbólica[26]. A dicotomia que separa possuidores de não possuidores tem o mérito, segundo ele, de criar um mito – que, admite, não corresponde à complexa realidade social, que inclui, por exemplo, uma classe média dotada de grande mobilidade. Esse mito tem a capacidade de inspirar grandes mobilizações. Para o autor francês, essa divisão dicotômica – possuidores e despossuídos, proprietários do meio de produção e trabalhadores – é uma questão de método, e não propriamente uma realidade material: é necessário simplificar a "excessiva complexidade da estrutura social" com o objetivo de tornar assimilável o ideal revolucionário[27]. Sorel crê que "el valor de la teoría marxista de la lucha de clases es comparable al valor 'de una imagen artística destinada a hacernos asimilar una idea'"[28]. Assim,

> o que Sorel quer dizer é que 'a divisão dicotômica' é, na verdade, uma abstração que permite situar os conflitos sociais em um marco teórico, que possui um valor mobilizador e ideológico enquanto permite organizar os conflitos sociais segundo uma visão da história totalmente coerente[29].

Apóstolo dessa "teoria dos mitos", Sorel defende que se abandone o propalado "conhecimento mediante conceitos", que considera por demais "inadaptado para explicar os fatos sociais"[30]. Ao criticar acidamente Enrico Ferri, líder socialista italiano, sustenta que é ele "una de esas 'personas estancadas que creen en el poder soberano de la ciencia' y que pretenden demostrar el socialismo 'como se demuestran las leyes del equilibrio de los fluidos'"[31]. O que Sorel acaba por elaborar é uma teoria dos mitos, revelando como se pode opor o valor operativo de uma teoria ao seu valor científico. O cerne dessa operação é o abandono do racionalismo científico – ou das "ilusões do progresso e do racionalismo"[32] – de forma a outorgar ao mito um valor absoluto: retira-se, da esfera do intelecto

[26] Cf. STERNHELL, Zeev. *El nascimiento de la ideología fascista*. Madri: Siglo XXI, 1994, pp. 78 e ss.
[27] Cf. idem, p. 79.
[28] Ibidem, p. 79.
[29] Ibidem, p. 79.
[30] Ibidem, p. 80.
[31] Ibidem, p. 80.
[32] Cf. STERNHELL, Steev. *Les Anti-Lumières*. Paris: Fayard, 2006, p. 441.

para a orbe da afetividade e da atividade[33], o mito, cuja função é o de "traduzir relações de ideias em relações de fatos, que tendem a ser a imagem destas ideias"[34].

É evidente que Sorel e Freyre guardam divergências profundas, a começar pelo fato de o primeiro ser um revolucionário, e o segundo, especialmente no que diz respeito ao mundo que o português criou, um conservador. Mas não chega a espantar que o francês lhe tenha inspirado tanto interesse – "Nova York, 1922: Interessadíssimo na obra de Georges Sorel"[35] e "Paris, 1922: São Sorel e Pareto – e também Maurras – que mais temos discutido nas nossas conversas de La Rotonde: o café que Lenine frequentava, segundo me diziam"[36], escreveu em seu diário. Em primeiro lugar, compartilham ceticismo em relação à verdade científica; em segundo lugar, o mito enquanto fundamento teórico mais ligado à afetividade que à racionalidade é fator importante para mitigar e temperar o cientificismo em Freyre, esse "quase-sociólogo".

O Lusotropicalismo não deixa de compreender uma dimensão mitológica, especialmente quando se refere ao heroísmo português nos séculos XV e XVI, ao período épico das Grandes Navegações, ao universalismo da singular experiência antropológica, missionária e humana dos portugueses nos trópicos. Como afirma o Embaixador Piñeiro Iñiguez, "la influencia de Sorel es persistente en su propensión a la épica."[37]

Com base em outra influência muito presente em Freyre, Miguel de Unamuno, em relação a quem Freyre também demonstra grande entusiasmo, é possível compreender melhor como o inefável, o intangível e o incompreensível permanecem como preocupações centrais para o sociólogo pernambucano em sua obra em geral e no Lusotropicalismo em particular. Um antissistemático por convicção – tanto no sentido de que recusa a sistematização, por ser expressão racional deletéria do conhecimento, como na sua própria obra, que combina filosofia, ensaísmo, teatro, poesia, política – Unamuno é, metodologicamente,

[33] STERNHELL, Steev. *El nascimiento*... cit., p. 83.
[34] Ibidem, p. 81.
[35] FREYRE, Gilberto. *Tempo*...cit., p. 128.
[36] Idem, p. 136.
[37] PIÑEIRO IÑIGUEZ, Carlos. *Sueños Paralelos: Gilberto Freyre y el Lusotropicalismo. Identidad, cultura y política en Brasil y Portugal*. Buenos Aires: Nuevohacer, 1999, p. 61.

quase um Freyre *avant la lettre*. Defensor de que lusófonos não devem aprender espanhol e hispânicos não devem aprender português[38], afirmava que os "luso-falantes" e os "hispano-hablantes" deveriam entender-se, como povos irmãos, cada um em seu idioma, como forma de fomentar a interpenetração cultural.

Poderiam sair, sem causar qualquer espanto, da boca do homem dos Apipucos, os inconformismos contra os excessos da sistematização racional e científica, contra o pedantismo de acadêmicos que apenas consideram válidas as asserções demonstradas segundo o método científico aceitável e consagrado manifestadas por Unamuno:

> Y aquí es donde tengo que acojerme a mi Señor Don Quijote para aprender a afrontar el ridículo [la razón que se burla de la fe y la desprecia] y vencerlo. (...) Sí, sí. ?Cómo no ha de sonreír mi razón de estas costrucciones seudo-filosóficas, pretendidas místicas dilettantescas, en que hay de todo menos paciente estudio, objetividad y método... científico? !Y, sin embargo... *Eppur si muove*! *Eppur si muove*!, sí. Y me cojo al dilettantismo, a lo que un pedante llamaría filosofía *demi-mondaine*, contra la pedantería especialista, contra la filosofía de los filósofos profesionales[39].

Para Unamuno, nem a ciência pode levar à verdade nem pode ela se ocupar de alguns dos assuntos de mais elevado interesse[40].

Debruçando-se sobre a imortalidade da alma, Unamuno busca demonstrar as limitações das explicações racionalistas sobre o tema[41], afirmando que a referida imortalidade apenas permanece intacta diante de uma explicação que rejeite o monismo imposto pela razão e aceite sistemas dualistas que "enseñan que la conciencia humana es algo

[38] A respeito, v. a obra de Julio García Morejón. GARCÍA MOREJÓN, Julio. *Unamuno y Portugal*. Madri: Cultura Hispánica, 1964.
[39] UNAMUNO, Miguel de. *Del sentimiento trágico de la vida*. Madrid: Alianza, 2000, p. 305.
[40] Cf. UNAMUNO, Miguel de. *Mi religión y otros ensayos breves*, 2ª ed. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1945, pp. 19 e ss.
[41] Afirma ele: "El racionalismo, y por éste entiendo la doctrina que no se atiene sino a la razón, a la verdade objectiva, es forzosamente materialista. (...) Es menester ponerlo todo en claro, y la verdad es que eso que llamamos materialismo no quiere decir para nosotros otra cosa que la doctrina que niega la inmortalidad del alma individual, la persistencia de la conciencia personal después de la muerte." UNAMUNO, *Del sentimiento...* cit., p. 97.

sustancialmente distinto y diferente de las demás manifestaciones fenoménicas"[42].

O retorno ao intangível como o cerne das preocupações do homem, que permeia toda a obra freyreana, confere-lhe grande profundidade. Seu método busca o perene e o espírito fundamental das relações sociais no Brasil e no mundo que o português criou, filiando-se a um tradicionalismo que não se contenta com o material, logicamente explicável e cientificamente comprovável. Pelo contrário, busca ir além: ao imaterial, ao ínsito não evidente, aos *Leitmotivs*, presentes em cada detalhe, em operação rumo ao total. O jovem Freyre de seus diários é um homem de inquietações metafísicas e românticas e diálogos surpreendentes. Um deles, com Oliveira Lima, sobre a inquietação com a morte e o nada, é revelador[43]. Afirma – no que poderia ser uma autodescrição – que

> O. L. [Oliveira Lima] não é nenhum caturra que se feche aos fatos novos e aos novos problemas para ater-se nostalgicamente a um passado morto; mas há nele um caráter e, à base desse caráter, um mundo inteiro em conflito como o de hoje [1921]. Daí seu repúdio a tantas atualidades[44].

Ao considerar Gilberto Freyre que o passado, que jamais é morto, permanece vivo e atual e determinando o futuro, é ele acusado de idealizar o passado, cultuando-o nostalgicamente. Para ele, o passado é presente em uma unidade totalizante na qual permanecem as "ultracoisas", como se verá adiante. O resultado dessas características teóricas, de grande importância para entender o Lusotropicalismo, é a um só tempo:

[42] Idem, p. 98.

[43] Freyre, ao revelar suas preocupações com o problema da morte e do nada, ouviu de Oliveira Lima ter passado por aflições semelhantes. Afirma, bonitamente, sobre a resposta do eminente Oliveira Lima: "Pareceu-me impossível um O. L. inquieto: romanticamente inquieto. Receoso da própria loucura. Entretanto, esse homem, que é hoje uma montanha de bom senso, chegou a temer a loucura, de tão inquieto que chegou a ser na mocidade. Fez-me bem essa conversa de homem para homem com O.L. Agora o vejo com outros olhos: como um homem que conquistou o bom senso atual através de terríveis batalhas mentais. (...) O. L. travou-as e venceu-as, sendo hoje uma espécie de Dr. Johnson brasileiro pela independência bravia e pelo quixotismo de atitudes. Mas sem que lhe falte um profundo bom senso. Quase como o também gordo, obeso, inglês". FREYRE, *Tempo...* cit., p. 100.

[44] Idem, p. 101.

a) o rechaço ao racionalismo e ao cientificismo;
b) a idealização das relações sociais que descreve;
c) uma valorização algo épica da história, que, segundo seus críticos, beira o culto ao passado;
d) generalizações teóricas dotadas de grande plasticidade, caráter difuso e, não raro, nebuloso;
e) para seus detratores, uma certa tendência ao legitimismo e à passividade; e
f) valorização da estética, em geral sedutora.

1.2 Todos os tempos em um só

Para Gilberto Freyre, passado, presente e futuro eram "dinamicamente inter-relacionados"[45]. Contrariando – e aviltando – o conceito linear de tempo caro aos historiadores, Freyre propositalmente não dotou *Casa Grande & Senzala* e *Sobrados e Mucambos* de "referências rigidamente cronológicas"[46]. Em "Nota Bibliográfica" que antecede o texto de *Ordem e Progresso*, o autor afirma: "O critério de dividir-se rigidamente a história de um país em épocas – épocas políticas – consideramo-lo uma arbitrariedade"[47].

Gilberto Freyre formula o conceito de tempo tríbio a partir das considerações de Santo Agostinho sobre a essência do tempo, no Livro XI das Confissões. Segundo Santo Agostinho, ao tempo dos homens opõe-se o tempo divino. O primeiro pode ser mensurado e expresso cronologicamente: passado, presente e futuro são categorias aplicáveis exclusivamente a esse tempo humano. Já o tempo divino diz respeito ao perene, àquilo que permanece. Afeito às "coisas eternas", o tempo divino desconhece o incessante correr do tempo humano. Para o autor, a eternidade divina, uma "eternidade-sempre-presente", antecede o passado mais remoto e amortalha todo o futuro em uma totalidade na qual reside a natureza e a verdade de Deus. Agostinho relaciona o conceito de tempo ao conceito de consciência e à consciência da eternidade, o que relativiza o tempo. Abre-se a possibilidade de vislumbre do tempo como realidade

[45] Cf. FONSECA, Edson Nery da. *Gilberto Freyre de A a Z*. Rio de Janeiro: Zé Mario Editor, 2002, p. 167.
[46] Cf. Idem.
[47] Ibidem.

subjetiva. Passado, presente e futuro só seriam possíveis, assim, na consciência. Destino e determinação temporal perdem objetividade e, a partir da ideia de eternidade presente no pensamento cristão, passam a responder à verdade divina e ao tempo de Deus[48].

Ao perguntar-se o que é realmente o tempo, Agostinho responde:

> posso dizer com segurança que não existiria um tempo passado, se nada passasse; e não existiria um tempo futuro, se nada devesse vir; e não haveria o tempo presente se nada existisse. De que modo existem esses dois tempos – passado e futuro – uma vez que o passado não mais existe e o futuro ainda não existe? E quanto ao presente, se permanecesse sempre presente e não se tornasse passado, como poderemos dizer que existe, uma vez que a sua razão de ser é a mesma pela qual deixará de existir? Daí não podermos falar verdadeiramente da existência do tempo, senão enquanto tende a não existir[49].

É bastante provável que Freyre tenha absorvido o conceito de tempo tríbio a partir da leitura de ingleses que sempre ocuparam papel de destaque em sua formação intelectual[50]. Especificamente no que diz respeito ao conceito de tempo tríbio e à interpretação da obra de Santo Agostinho, destacam-se os versos iniciais e finais de *Four Quartets*, de Thomas Stearns Eliot[51]. Nos Quartetos, T.S. Eliot faz longas considerações sobre o conceito de imortalidade e procede a uma análise do misticismo cristão e das origens da fé cristã. Ao buscar a natureza desse misticismo e os albores da fé em Cristo, fala da natureza do tempo, do significado da História, da religiosidade humana, de tentativas de resolver os conflitos entre o espiritual e o material, mostrando como os mistérios cristãos são

[48] "Eclesiastes III 14-15:
14 Eu sei que tudo quanto Deus faz durará eternamente; nada se lhe pode acrescentar, e nada se lhe pode tirar; e isso Deus faz para que os homens temam diante dele:
15 O que é, já existiu; e o que há de ser, também já existiu; e Deus procura de novo o que já se passou".

[49] SANTO AGOSTINHO, *Confissões*, 8ª ed., São Paulo, Paulus, 1984, p. 318.

[50] Cf. PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos*. São Paulo: UNESP, 2005.

[51] Nascido em 1888, em Saint Louis, Missouri, Estados Unidos, faleceu na Londres de 1965. Poeta e ensaísta norte-americano, naturalizado britânico. *Four Quartets* é uma compilação, de 1943, de poemas previamente publicados. Burnt Norton é de 1935.

reais e significativos. *Burnt Norton* é a base dos Quartetos, em que são apresentados tanto a problemática tratada como os conceitos elementares que guiarão a obra. No trecho, acha-se a relatividade do tempo, da consciência e do tempo em contraste com a eternidade (apresentada algo como a ausência de tempo):

> *I: Burnt Norton*
> Time present and time past
> Are both perhaps present in time future,
> And time future contained in time past.
> If all time is eternally present
> All time is unredeemable. (não pode ser trazido de volta)
> (...)
> Time past and time future
> What might have been and what has been
> Point to one end, which is always present.

Assim, uma única realidade temporal seria o repositório de passado, presente e futuro, de forma a se evitar o grave equívoco de se imobilizar o passado em períodos tão estanques quanto arbitrários e, ao mesmo tempo, desqualificar o futuro como mera conjectura. O tempo é, em Gilberto Freyre, portanto, uno, ou tríbio. Na medida em que todos os tempos se fundiam, a ideia de duração assumia a mesma unidade da ideia de espaço: um prolongamento do infinito. Três tempos distintos existiriam numa só integridade temporal, que se expande incessantemente[52]. Gilberto Freyre acredita, assim, em um tempo encravado na dimensão do vivido, o que suscita a existência e a simultaneidade de múltiplas temporalidades[53]. Afirma o autor:

> [minha obra] partida do Brasil, em obra de reinterpretação do passado que, intuindo um novo conceito de tempo – o tempo tríbio, segundo o qual passado, presente e futuro são simultânea e dinamicamente um tempo abrangente – se tornaria uma reinterpretação mais do que de um

[52] VELOSO, Mariza. *Gilberto Freyre e os futuros possíveis*, in: QUINTAS, Fátima (org.), *Evocações e Interpretações de Gilberto Freyre*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Massangana, 2003, pp. 211 e ss.
[53] Idem.

> passado: de uma experiência pré-nacional desdobrada, em tempo tríbio, em experiência nacional abrangente de dias atuais e de perspectivas já em parte imaginativamente a serem vividas[54].

Em *Casa Grande & Senzala*, Freyre já havia utilizado essa concepção temporal, intuitivamente ou não. O fim sempre presente das considerações acerca do passado e do futuro levou Gilberto Freyre à análise do brasileiro – ou do "ultrabrasileiro", como ele mesmo apelidou essa experiência tão instantânea quanto eterna, bem ao seu estilo antagônico, de ser brasileiro. Como ele afirma:

> Dentro de um sentido de tempo tríbio, possíveis futuros são parte do que, em experiências humanas – a brasileira, uma delas – são presente e passado já experimentados a serem completados por tempos ainda por ser vividos mas já componentes de uma síntese de tempo junto com os já vividos em carne e osso, como diria Unamuno. O pré-brasileiro da época chamada colonial já continha o gérmen do brasileiro já agora integral e a tornar-se, sob alguns aspectos, uma espécie de ultrabrasileiro. (...) Desse ultrabrasileiro não estão ausentes nem o brasileiro de hoje nem o pré-brasileiro: o tempo tríbio os reúne, inclusive através de expressões filosóficas, artísticas, literárias. Capitu é tríbia. É a Gioconda do Brasil em termos literários. Não de uma época nem de uma classe nem de uma raça, mas do Brasil total – ultrapassando seu rival Macunaíma: a brilhante criação de Mário de Andrade – e, como total, tríbio e metarracial[55].

As línguas portuguesa e espanhola, afirmava Freyre, eram as duas únicas nas quais o tempo e o sujeito podem se confundir, a demonstrar como o fenômeno temporal é intrínseco ao luso e ao hispânico em geral. De fato, são os idiomas nos quais se pode dizer "eu amanheci", "eu

[54] FREYRE, Gilberto. *Insurgências e Ressurgências Atuais – cruzamentos de sins e nãos num mundo em transição*, 2ª ed. São Paulo: Global, 2006, pp. 150-1. No prefácio à segunda edição em língua portuguesa de Vida Social no Brasil nos Meados do Século XIX: "abordei, desde dias tão remotos (1922), acontecimentos soltos no tempo, mais nas suas inter-relações de passados com presentes e futuros do que nas suas rígidas sequências cronológicas". V., ainda, FREYRE, Gilberto. *Além do apenas moderno*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Univercidade (sic), 2001, pp. 133 e ss.

[55] FREYRE, Gilberto. *Insurgências...* cit., pp. 190-1.

anoiteci", "eu madruguei", etc.[56]. O indivíduo se identifica de tal modo com o tempo que não é a manhã que desponta, mas é desvelada por ele.

É nesse conceito de tempo tríbio que reside a essência de seu método e um dos principais fatores que distinguem o autor e lhe confere originalidade. De fato, já foi dito que "um dos pilares mestres do pensamento de Gilberto Freyre encontra-se precisamente em duas noções básicas: tempo e mistura. Tempo que se mistura em tempo tríbio, onde raças, culturas e também indivíduos se misturam formando a sociedade brasileira"[57]:

> Nesse seu livro paradigmático, *Casa Grande & Senzala*, o tempo é concebido como intensidade, irradiação, e não como linha cronológica a desdobrar-se teleologicamente. Portanto, para Freyre, e desde a década de 1930, estudar o passado significava torná-lo vivo, impulsionar a compreensão do presente, abrindo, assim, a possibilidade de gestação de novos futuros[58].

Freyre analisa o Brasil, portanto, como síntese de uma variedade de tempos simultâneos, reunidos em uma irradiação agregadora e conclusiva, embora porosa. A plasticidade que caracteriza a formação cultural do Brasil se revela também nessa convivência simultânea de passado, presente e futuro, e abre possibilidades de, como característica tão agregadora de novos elementos no "estar sendo" que é a experiência humana, projetar novos futuros – os "futuros possíveis"[59].

Mais do que "atribuição de um sentido antropológico ao tempo e ao espaço"[60], Freyre adotou um método antropológico na análise, em perspectiva histórica, da sociedade brasileira: o método sincrônico, em oposição à tradicional diacronia dos historiadores, em que tempo, ao invés de uma impressão irradiada, é conceito linear. O método sincrônico, no qual a análise é sintetizada em uma unidade transcendente e em uma

[56] VELOSO, Mariza. *Gilberto Freyre*... cit., pp. 211 e ss.
[57] Idem, p. 212.
[58] Idem., p. 213.
[59] Cf. Idem., p. 219. Cf., ainda, FREYRE, Gilberto, *Além*...cit., pp. 32 e ss.
[60] VELOSO, Mariza. *Gilberto Freyre*... cit., p. 213.

instantaneidade eterna, fornece uma "fotografia" dessa "interpenetração dos tempos sociais"[61]. De fato,

> na formação gilbertiana, a antropologia, mais do que a sociologia, pelo menos como esta era convencionalmente entendida entre nós, veio a somar-se às sugestões da história social. A antropologia clássica, como também a sua contemporânea, a sociologia oitocentista, tivera por objetivo a explicação dos grandes esquemas evolutivos. Tais ambições começaram a se esvaziar a partir dos finais do século XIX e dos começos do XX, quando a antropologia trocou as macroexplicações de gabinete pelo trabalho de campo entre as sociedades primitivas. Destarte, ela tornou-se eminentemente descritiva, o que a habilitou a reconstruir as estruturas, no sentido de imbricação dos vários níveis sociais, dessas sociedades, com um êxito de dar água na boca às demais ciências sociais, cujos métodos haviam sido até então os métodos diacrônicos convencionalmente encarados como próprios às sociedades históricas[62].

Inovador metodológico, Gilberto Freyre recebeu algumas de suas maiores críticas e adulações em virtude dessa originalidade. Pioneiro, fundou, em 1933 (ou antes, em sua tese de mestrado de 1922) a história da vida privada, algo que a *École des Annales* só viria a reconhecer em sua terceira geração, entre os anos 1970 e 1980[63]. Combatido por sua "falta de metodologia" – proposital[64], de resto – Gilberto Freyre vem, ironicamente,

---

[61] FREYRE, Gilberto. *Insurgências*... cit., p. 169.

[62] MELO, Evaldo Cabral de. *O "Ovo de Colombo" Gilbertiano*, in: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *O Imperador das Ideias – Gilberto Freyre em Questão*. Rio de Janeiro: FRM/UniverCidade/Colégio do Brasil/Topbooks, 2001, p. 21.

[63] Cf. MELO, Evaldo Cabral de. *O "Ovo de Colombo"*... cit., p. 20.

[64] Na excelente síntese de Maria Lúcia Pallares-Burke: "Freyre era proposital e conscientemente anti-metodológico e impressionista. Dentro dessa dimensão sincrônica que ele privilegiava por possibilitar uma visão mais total da sociedade, com todas as suas relações, Freyre se permitia a liberdade de abordar seu objeto de estudo com o 'espírito de aventura intelectual' ou, como dizia, o 'unsystematic method of thinking' dos ensaístas ingleses que ele tanto admirava. (...) Parece-me lícito supor que, no entender de Freyre, seu *método anti-metódico* ao invés de ser obstáculo era condição indispensável para seu objetivo de pintar o retrato psico-sociológico do Brasil". PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Um método antimetódico: Werner Heisenberg e Gilberto Freyre*, in: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *O Imperador das Ideias – Gilberto Freyre em Questão*. Rio de Janeiro: FRM/UniverCidade/Colégio do Brasil/Topbooks, 2001, p. 39.

> sendo redescoberto entre nós por tabela, isto é, na esteira da moda europeia da história da vida privada e da história das mentalidades, o que equivale a dizer que o Brasil está redescobrindo Gilberto através da França, a qual, por sua vez, já o havia descoberto nos anos cinquenta graças a [Lucien] Febvre, a [Fernand] Braudel e a [Roland] Barthes[65].

Todavia, os críticos de Freyre alegam que o método sincrônico – e seu especialíssimo conceito de tempo tríbio e original aplicação de método antropológico à sociedade histórica –, se tem o mérito da abrangência, pode levar a generalizações excessivas. O excesso pode ocorrer em função do tempo – demasiado longo para uma explicação abrangente – ou do espaço – ao generalizar-se fenômeno observável em diversas localidades, pode-se ocultar realidades e experiências bastante diversas da hipótese formulada. Assim é que

> como nos indica a própria obra gilbertiana, a utilidade heurística do tratamento sincrônico de um determinado período histórico será tanto maior quanto for mais curto o macro cronológico adotado. Porque *Casa Grande & Senzala* teve por quadro os três séculos de história colonial, sua descrição da sociedade brasileira parece ao historiados menos convincente e mais vulnerável do que a de *Sobrados e Mucambos* ou de *Ingleses no Brasil*, limitada aos cinquenta ou sessenta primeiros anos do século XIX[66].

[65] MELO, Evaldo Cabral de. *O "Ovo de Colombo"*... cit., p. 22. Afirma, ainda: "Estou além do mais convencido de que a atual redescoberta de Gilberto Freyre (...) é também um produto da presente empolgação pela história de vida privada que, ironicamente para as nossas instituições universitárias, entrou na ordem do dia não graças à obra deste autor brasileiro que viera pioneiramente tratando do tema desde os anos trinta, mas por intermédio da França, vale dizer, da obra de Philippe Áries e de Georges Duby". p. 17.

[66] MELO, Evaldo Cabral de. *O "Ovo de Colombo"*... cit., pp. 27-8. O autor afirma, ainda, em advertência às inevitáveis diferenças entre a atividade de um antropólogo e de um historiador: "A antropologia e a história são como são porque não podem ser de outra maneira, limitadas que se acham pela natureza carente da matéria-prima que processam. Se a antropologia segregou-se na sincronia foi porque o antropólogo não dispõe, para o estudo das sociedades primitivas, da variedade e da riqueza das fontes com que conta o historiador para o estudo das sociedades históricas. Se, por sua vez, o historiador isolou-se na diacronia, foi porque não tinha o privilégio, ao contrario do antropólogo, de ser testemunha ocular da sociedade romana de finais da República, ou do funcionamento do *manoir* medieval". Idem., p. 30.

O que permite atacar o Lusotropicalismo de forma objetiva, recusando igualmente as interpretações que rotulam a obra de Freyre como um todo como "conservadora" ou "reacionária", é a análise das limitações do método adotado. É preciso fugir do

> oito e [d]o oitenta das modas intelectuais brasileiras, vale dizer, as oscilações bruscas e extremas a que nossa cultura submete seus produtos, como se ela se tratasse de uma bolsa de valores, fazendo com que os autores passem, de um momento a outro e ao sabor muitas vezes de caprichos políticos e ideológicos, de irrecuperáveis reacionários a gênios da raça[67].

A crítica que pode ser aposta ao Lusotropicalismo não contamina o Gilberto Freyre intérprete do Brasil, porque são adequadas as abrangências territorial e temporal de suas grandes obras de interpretação do País.

Se Gilberto Freyre realizou aquela operação de "transtroca" que consistiu em seu "Ovo de Colombo" – análise do privado ao invés do público institucional e elogio da miscigenação ao invés de sua condenação –, seus detratores afirmam que operação semelhante dificilmente poderia ser bem-sucedida em relação ao Ultramar português. A dominação portuguesa, alegam, era problema institucional por excelência. Transportá-lo para a esfera privada seria operação de dificuldade enorme, muito maior do que no caso brasileiro, o que a aplicação do método sincrônico para a análise de um período histórico longo demais e em relação a um território vasto demais não lhe permitiu ver. Por exemplo, ter-lhe-ia escapado, em virtude da impropriedade metodológica, que:

a) a miscigenação entre portugueses e nativos era infinitamente menor do que no caso brasileiro;
b) havia regras e normas que institucionalizavam diferenças de raças, contemporaneamente à formulação do lusotropicalismo; e
c) a diferenciação por raças era presente no ideário político português nada longínquo, como se pode atestar em discursos de altas

[67] MELO, Evaldo Cabral de. *O "Ovo de Colombo"*... cit., p. 17.

autoridades e influentes lideres portugueses ao longo dos decênios de 1930 e 1940.

Ao encobrir esses "erros"[68], dirão os críticos de Freyre, o Lusotropicalismo tornou-se especialmente interessante para a política externa portuguesa, pois:

a) resgatava, com a firma e a autoridade do já renomado antropólogo, a amplamente favorável imagem do português empreendedor e pioneiro;
b) representava a idealização da experiência portuguesa no Ultramar, outorgando-lhe caráter universal e perene;
c) apontava a singularidade da democracia racial construída no Ultramar pelos portugueses, único povo apto a fazê-lo; e
d) comprovava que as relações sociais entre colonizador e colonizado eram não apenas pacíficas, mas de intensa cooperação e miscigenação, de modo a atribuir aos emancipacionistas o ônus de destruir tão notável obra em troca de governos em que a segregação racial seria a regra.

1.3. Gilberto Freyre, intérprete do Brasil

Gilberto Freyre, nascido e morto nos Recifes de 1900 e 1987, aproximou-se de um sábio renascentista, não de um acadêmico-cientista-universitário estudioso de compartimentos do saber. Interessou-se pelos mais diversos campos do conhecimento, demonstrou seus talentos múltiplos e, desde muito cedo, provou-se um indivíduo de inteligência excepcional[69].

Filho de família aristocrática – seu pai era juiz e Professor de Economia Política da Faculdade de Direito do Recife –, Gilberto Freyre foi educado por um tutor inglês, Mr. Williams, alfabetizando-se primeiro na língua anglo-saxã e apenas depois em português. Foi criado, na infância, por

[68] A crítica não é de todo correta. Freyre, embora não tenha deixado de apoiar a política portuguesa para o Ultramar, não deixou de apontar os equívocos de políticas portuguesas para suas possessões, como se verá adiante.
[69] A descrição aproxima-se daquela feita por PIÑEIRO IÑIGUEZ, Carlos. *Sueños Paralelos: Gilberto Freyre y el Lusotropicalismo. Identidad, cultura y política en Brasil y Portugal*. Buenos Aires: Nuevohacer, 1999, p. 34.

uma babá negra, que sintomaticamente permanecia prestando serviço aos Freyre desde os tempos da abolição; sua iniciação sexual, na puberdade, foi com uma negra empregada doméstica, "brasileirissimamente", como ele mesmo definiu.

Publicou seu primeiro artigo aos dezesseis anos de idade. Formou-se em Ciências Políticas e Sociais na Universidade de Baylor, Texas, e tornou-se mestre em Ciências Políticas, Jurídicas e Sociais pela Universidade de Columbia, sob a orientação do antropólogo Franz Boas[70]. Sua tese, *Social Life in Brazil in the Middle of the 19th Century*, buscava demonstrar, para arrepio geral, que os escravos que viviam no Brasil no século XIX desfrutavam de melhores condições de vida que os proletários ingleses à época da Revolução Industrial. Com isso, o modelo de produção econômica baseada no engenho de açúcar começa a passar por processo de revalorização surpreendente, calcado, sobretudo, na ideia de que o relacionamento entre escravos e senhores de engenho era mais íntimo e menos exploratório do que se supunha.

A proposta é revolucionária, como o será *Casa Grande & Senzala*. A revolução é fruto, em grande medida, da hoje conhecida e propalada substituição do conceito de raça pelo de cultura, pela influência direta de Franz Boas. Como ele mesmo afirmou,

> Foi o estudo de Antropologia sob a orientação do Professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor – separados dos traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural. Aprendia a considerar fundamental a diferença entre *raça e cultura*; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio. Neste critério de diferenciação fundamental entre raça e cultura assenta todo o plano deste ensaio. Também no da diferenciação entre hereditariedade de raça e hereditariedade de família[71].

Sem pressa para voltar ao Brasil – ao qual, confessou, acreditava que não mais se adaptaria – viajou, com o objetivo de realizar novos estudos de antropologia, para Inglaterra, Alemanha, França e Portugal. Na antiga metrópole, deparou-se com traços brasileiros, com cheiros e

[70] Sobre seu método, cf. BOAS, Franz. *Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
[71] FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*, 39ª ed. São Paulo: Record, 2000.

cores de seu antigo Recife. É sintomático que em terras lusas tenha-se despertado seu apego pelas raízes brasileiras que, até então, embora latentes, adormeciam[72].

Sua ligação afetiva com Portugal, responsável pelo seu despertar brasileiro, permeará sua vida e obra e não pode ser negligenciada. *Casa Grande & Senzala* não é apenas um elogio da mestiçagem e "obra fundadora do 'mito' da democracia racial"; é também uma reconciliação com a colonização portuguesa e suas qualidades – além de ser muitas outras coisas.

A "explosão de deslumbramento"[73] que viria com *Casa Grande & Senzala* é multifacetada: introdutora de método revolucionário, precursora da história do cotidiano, portadora de injeção de autoestima, obra literária de primeira grandeza, obra científica, obra deliciosa; todas essas adjetivações, e muitas outras, já foram atribuídas a *Casa Grande & Senzala.* Como expõe logo no início da conhecida obra, Gilberto Freyre acredita que dois fatores são especialmente relevantes para qualificar, no Brasil, as "relações entre os brancos e as raças de cor": de um lado, a monocultura fundiária; de outro, a escassez de mulheres brancas, que levou o branco português, naturalmente inclinado à libertinagem, afeito ao licencioso e predisposto ao hedonismo, à mestiçagem[74]. Disse Freyre:

> Vencedores no sentido militar e técnico sobre as populações indígenas; dominadores absolutos dos negros importados da África para o duro trabalho da bagaceira, os europeus e seus descendentes tiveram entretanto

[72] A arguta observação é de PIÑEIRO IÑIGUEZ, *Sueños...* cit., pp. 36-7.

[73] A expressão é de Jorge Amado, citado em RIBEIRO, Darcy. *Gilberto Freyre: uma introdução a Casa Grande & Senzala*, in *Casa Grande & Senzala*, 39ª ed., São Paulo, Record, 2000, p. 13.

[74] Cf. FREYRE, *Casa Grande*, cit., *in verbis*: "No Brasil, as relações entre os brancos e as raças de cor foram desde a primeira metade do século XVI condicionadas, de um lado pelo sistema de produção econômica – a monocultura latifundiária; do outro, pela escassez de mulheres brancas, entre os conquistadores. O açúcar não só abafou as indústrias democráticas de pau-brasil e de peles, como esterelizou a terra, numa grande extensão em volta aos engenhos de cana, para os esforços de policultura e de pecuária. E exigiu uma enorme massa de escravos. A criação de gado, com possibilidade de vida democrática, deslocou-se para os sertões. Na zona agrária desenvolveu-se, com a monocultura absorvente, uma sociedade semifeudal – uma minoria de brancos e brancarões dominando patriarcais, polígamos, do alto das casas-grandes de pedra e cal, não só os escravos criados aos magotes nas senzalas como os lavradores de partido, os agregados, moradores de casas de taipa e de palha vassalos das casas grandes em todo o rigor da expressão".

> de transigir com índios e africanos quanto às relações genéticas e sociais. A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixarem de ser relações – as dos brancos com as mulheres de cor – de 'superiores' com 'inferiores'.

A operação de Gilberto Freyre, já descrita como seu "Ovo de Colombo"[75], foi de extrema habilidade. Em momento no qual a "formação brasileira nacional estava absorvida por dois grandes temas" – a "adequação de nossas instituições políticas à realidade brasileira" e "pretendidos efeitos negativos que a mestiçagem teria trazido para o futuro nacional"[76] – o antropólogo pernambucano inverteu ambos os problemas. Em *Casa Grande & Senzala* – e, de resto, em obras posteriores – Freyre sustenta a importância não dos grandes temas públicos, de estudo das instituições políticas, mas de uma história bisbilhoteira, de alcova, de sala de estar e cozinha; enfim, inaugurava a história da vida privada, que muito tempo depois seria apreendida por historiadores franceses por sua influência direta (para, em seguida, ser reintroduzida no Brasil a partir do estrangeiro). Além de promover o deslocamento da "análise sociológica do público para o privado", transformou o "fardo" da mestiçagem em prova da excelência da população brasileira que, miscigenada, é fruto da boa índole e do caráter de populações sem preconceito[77].

---

[75] Cf. MELO, Evaldo Cabral de. *O "Ovo de Colombo"*..., cit.

[76] Cf. Idem, pp. 19-20.

[77] Nesse sentido, veja-se, por exemplo, FREYRE, Gilberto. *Palavras aos Jovens do Ceará*. Fortaleza: Lusíadas, 1978, pp. 28-9: "Já não vigora entre nós um Progresso concebido apenas em termos econômicos e tecnológicos, e estes, os desenvolvidos principalmente por nórdicos da Europa e dos Estados Unidos, que arianistas e descrentes da ecologia tropical, como susceptível de receber tal Progresso com P maiúsculo, consideravam, no Brasil, somente no Sul e no Centro-Sul do País. (...) Sobre essa época brasileira de descrença em valores dentre os quais os nossos, acaba de pronunciar-se o ex-Ministro Severo Gomes, ao recolher, no seu *Tempo de mudar*, conferências e discursos proferidos no começo da década atual, conferências e discursos de homem público. Que disse ele em conferência pronunciada no Centro XI de Agosto da Faculdade de Direito de São Paulo em outubro de 1976? Que o Brasil republicano sofreu por largo tempo, de um 'entorpecente fatalismo' que classifica como 'colonial, tropical, racial e subdesenvolvimentista' que permeabilizava amplas camadas da sociedade brasileira.' E como exemplo dessa atitude mórbida destaca este pronunciamento do economista Joaquim Murtinho, famoso Ministro da Fazenda do Presidente da República, o paulista Campos Sales: 'não podemos tomar os Estados Unidos da América como tipo por não termos as aptidões superiores de sua raça, força que representa o papel principal no seu progresso industrial'".

Pouco depois de publicar *Casa Grande & Senzala*, Gilberto Freyre convocou o Primeiro Congresso Afro-Brasileiro[78], em Recife, no ano de 1934. O Congresso foi objeto de repressão policial, sendo interrompido violentamente. Um ano depois, Freyre une-se a intelectuais do porte de Roquette Pinto para publicar um "manifesto contra os preconceitos raciais", destinado a confrontar o ideário racista que o nazismo, àquela altura, propagava[79]. Seu elogio da mestiçagem e sua condenação ao racismo foram, portanto, veementes e engajados[80].

O elogio da mestiçagem tal como formulado em *Casa Grande & Senzala* está nas bases e nas origens do Lusotropicalismo. Em certo sentido, o "complexo de cultura lusotropical" pode ser entendido como uma generalização da experiência colonial portuguesa tal como exposta em *Casa Grande & Senzala* para todo o Ultramar português.

1.4. O Lusotropicalismo

O Lusotropicalismo, também chamado, por vezes, lusotropicologia, é o estudo da colonização portuguesa na América, na África e na Ásia[81]. Caracteriza-se pela busca de traços comuns da experiência colonizadora portuguesa nos trópicos. Parte integrante de uma tropicologia ou de um tropicalismo geral, o Lusotropicalismo reúne aspectos do que pode ser considerado uma "civilização luso-tropical"[82], caracterizada, entre outras qualidades: (a) pela miscigenação; (b) pela experiência mais cristocêntrica que etnocêntrica do colonizador; (c) pelo manejo

[78] Cf. FREYRE, Gilberto (org.). *Novos Estudos Afro-brasileiros.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

[79] Cf. PIÑEIRO IÑIGUEZ, *Sueños*... cit., p. 41.

[80] Ainda que os críticos de Gilberto Freyre tendam a oferecer interpretações, que fogem do interesse desta dissertação, segundo as quais o autor pernambucano teria ignorado manifestações de diferenças raciais, expressas sob a identificação de uma cor com uma classe explorada, não há dúvida de que há méritos do mestre dos Apipucos no tema da luta contra o preconceito, como hoje seus detratores reconhecem.

[81] Cf. FONSECA, Edson Nery da. *Gilberto Freyre de A a Z – Referências essenciais à sua vida e obra*. Rio de Janeiro: Zé Mario, 2002, p. 104.

[82] Cf., a respeito, FREYRE, Gilberto. *O Luso e o Trópico*. Lisboa: Congresso Internacional de História dos Descobrimentos, 1961. Por vezes, o autor escreve lusotropical ou Lusotropicalismo (com hífen) e, por vezes, lusotropical ou Lusotropicalismo. Como esta última forma parece ser mais comum, será adotada, embora as citações, literais que são, mantenham a grafia dada pelo autor.

ecologicamente correto das possessões portuguesas pelo colonizador luso, sempre propenso à adaptação ao meio; (d) pelo papel importante desempenhado pela mulher no mundo que o português criou; e (e) pelo caráter missionário e civilizador da obra portuguesa.

As bases do Lusotropicalismo foram lançadas na obra *Casa Grande & Senzala*, muito embora venham a ser aprofundadas em obras posteriores, a saber: *O Mundo que o Português criou* (1940), *Aventura e Rotina* (1953), *Um Brasileiro em Terras Portuguesas* (1953), *Novo Mundo nos Trópicos* (1972) e, particularmente, *O Luso e o Trópico* (1962). Nesta última obra, apresenta-se, em subtítulo, o resumo do que pretende o estudo denominado Lusotropicalismo: "sugestões em torno dos métodos portugueses de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da europeia num complexo novo de civilização: o Luso-tropical"[83]. Ao mesmo tempo, o Lusotropicalismo pretende estudar os fatores de aproximação entre todos os grupos luso-descendentes do globo, aproximação esta que é "consequência da mestiçagem que tem criado ambiente e temas comuns para estudos e pesquisas científicas"[84] em todo o complexo de grupos que constituem o "mundo luso-afro--asiático-brasileiro"[85].

Lançado por ocasião das festividades pelo V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, *O Luso e o Trópico* busca sistematizar os mais vários aspectos do grande legado do monarca: a civilização que os portugueses deixaram nos trópicos; nela, o principal traço é a miscigenação, fruto da missão civilizadora portuguesa, eminentemente cristã. Afirma Freyre: "o infante D. Henrique (...) concorreu decisivamente para dar às relações de europeus com não europeus, de brancos com povos de cor, um rumo peculiarmente luso-cristão"[86]. Na síntese, irônica, de Gerald Bender, "God created the Portuguese and the Portuguese created the mestiço"[87].

De fato, Freyre afirmaria, mais tarde, que a experiência portuguesa nos trópicos foi mais "cristocêntrica" do que "etnocêntrica":

[83] Cf. Idem.
[84] FREYRE, Gilberto. *O Mundo que o Português Criou*. Lisboa: Dois Mundos, 1940, p. 47.
[85] Idem.
[86] Ibidem., p. 3.
[87] BENDER, Gerald F. *Angola under the Portuguese: the myth and the reality*. Los Angeles: University of California Press, 1978, p. xxi.

> daí, hoje, em Malaca, 'parlar cristão' significar falar português – que ali ainda é falado por grupos mestiços, luso-tropicais, que conservam vários traços de cultura lusitana; (...) são inúmeras as palavras portuguesas que no Japão 'designam os objetos e as cerimónias do culto católico', e D. Rodrigo de Lima, ao defrontar-se com o imperador da Abissínia, disse-lhe ter chegado ali 'para servir a Deus' e 'ajudar cristãos com cristãos' – evidências todas essas a favor da tese brasileira de que o esforço português nos Trópicos e no Oriente tem sido antes cristocêntrico – sociològicamente cristocêntrico, isto é, empenhado em comunicar a povos não cristãos um conjunto de valores independentes da raça ou mesmo da civilização nacional de quem os propaga – do que etnocêntrico, com tem sido o esforço da parte de outros europeus nas mesmas áreas: o Holandês, o Inglês, o Francês[88].

Freyre busca, ainda, qualificar esse caráter cristocêntrico da experiência portuguesa. Ao afirmar que os colonizadores portugueses praticavam um cristianismo primário, calcado fortemente na humildade e no respeito ao próximo como igual, sustenta que o colonizador lusitano adotou uma espécie de cristocentrismo franciscano afeito à miscigenação. Para ele,

> [o português estava] consciente de uma missão cristã não apenas de boca e de sinal da cruz ou de dia de domingo, mas prática, cotidiana, recorrente. E como já tem sido destacado por mais deum observador, franciscana: sociologicamente franciscana. Consciente, portanto, de que essa missão não significava subjugar culturas, valores e populações tropicais para sobre eles reinarem, pelo menos superficialmente, homens, valores, e culturas imperial e exclusivamente europeias, mas importava em obras muito mais complexa de acomodação, de contemporização, de transigência, de ajustamento. De interpretação de valores ou de culturas, ao lado da miscigenação quase sempre praticada[89].

Outra característica fundamental da experiência portuguesa nos trópicos, para Freyre, foi o caráter ecológico da ocupação. Afirmando

[88] FREYRE, Gilberto. *O Luso e...* cit., p. 14.
[89] Idem, p. 34.

que "não é o Trópico que tem degradado a Europa, mas o Europeu que tem degradado o Trópico", sustenta o antropólogo brasileiro que a colonização portuguesa foi única em seu aspecto ecológico. Segundo o autor pernambucano, apesar da necessidade de avanços científicos no sentido de conferir à atividade agrícola, predominante nos trópicos, maior eficiência e produtividade, a sabedoria folclórica sobre a agricultura e seus segredos, desenvolvidos, sobretudo, por portugueses, deve desempenhar papel fundamental no auxílio à Ciência. Para ele, "o Português antecipou-se em quebrar o mito dessa falsa constante – a degradação do Europeu pelo Trópico – através de um esforço de amorosa identificação com o meio tropical, a que não faltou, entretanto, ciência, inclusive ciência agrária"[90].

A sistematicidade e cientificidade da experiência portuguesa nos trópicos é outro fator de destaque nas descrições de Freyre sobre o mundo que o português criou. Para ele, mais do que um aventureirismo intuitivo, caótico e desregrado, o português levou consigo o estudo, a previsão, a experimentação e a ciência[91].

A grande permeabilidade e a particular tolerância do homem luso, como era de se esperar, aparecem como caracteres de destaque nas descrições da experiência lusotropical de Gilberto Freyre. Como afirmou o autor pernambucano,

> o humano, e até certo ponto o cristão reagiram contra o rigidamente económico, através do dissolvente formidável que foi a mestiçagem. A mestiçagem impôs-se entre nós como uma fôrça física, diremos melhor biológica, e como uma força psicológica, ou, mais particularmente, sentimental, contra as quais nenhum outro elemento pôde prevalecer[92].

A confirmar a unidade dessa experiência portuguesa nos trópicos e seu caráter essencialmente multiétnico, o autor pernambucano invocava suas impressões do Ultramar, em especial quando realizou, entre agosto de 1951 e fevereiro de 1952, périplo pelas terras portuguesas que incluiu Lisboa, Coimbra, Porto, Bissau, Luanda, Lourenço Marques – em cujas mulheres a mestiçagem alcançava

[90] Ibidem.
[91] Ibidem, p. 49.
[92] FREYRE, Gilberto. *O mundo...*cit., p. 41.

"vitórias esquisitas de beleza e graça nas formas, nas cores, no sorriso, na voz e no ritmo de andar"[93] –, Panguin – a capital de Goa, que "pareceu-lhe São Luís do Maranhão"[94] – e as comunidades indo-portuguesas – cuja independência chegou a sugerir. Sua obra *Aventura e Rotina*, um diário dessa viagem, é um livro de encontro de recordações. Ali, são narradas confusões que o autor descobre entre suas reminiscências brasileiras, muitas delas abrigadas no mais recôndito meandro de memória longínqua, e o que via ali, ao vivo, como exemplo de lusitana ou africana brasilidade – ou, melhor, de luso-tropicalidade. A respeito de Angola, por exemplo, afirmou:

> O mundo lusíada tem alguma coisa de uma família só. Descubro constantemente afinidades com a gente luso-angolana que só o parentesco sociológico explica. De outro modo não se entenderia que, mal chegado a Angola, já me sinta tão à vontade no meio da sua população, à sombra das suas árvores, junto às suas igrejas e sobrados. Um jornalista com quem estou sempre – rapaz de talento que sonha dia e noite com o Brasil: em ir para o Rio ou São Paulo – é português nascido na Angola: e tem muito mais de brasileiro do que de português da Europa. O mesmo direi do fotógrafo que me tem fotografado vários dos aspectos de população e de paisagem mais interessantes para minhas observações da vida ou da atividade angolana: é um perfeito brasileiro. Até na fala, o português nascido na Angola ou aqui há várias gerações parece antes brasileiro do que português. No brasileiro como que se antecipou de modo definitivo o tipo de lusotropical apenas esboçado na velha Índia dos primeiros casamentos mistos de portugueses com orientais ou mouras; ou, em escala apenas experimental, na Madeira, em São Tomé e Cabo Verde. Pequenos laboratórios em que começou apenas a aventura étnica e de cultura que, no Brasil, tomaria proporções monumentais[95].

Angola despertou a memória do autor, ainda, de forma muito brasileira ao se lembrar de aspectos pitorescos do que observou, como,

[93] COSTA E SILVA, Alberto da. Prefácio a *Aventura e Rotina*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks / Univercidade (sic), 2001, p. 20.
[94] Cf. COSTA E SILVA, Alberto da. Prefácio a *Aventura e Rotina*, cit., p. 21.
[95] FREYRE, Gilberto. *Aventura e Rotina*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks / Univercidade (sic), 2001, pp. 352-3.

por exemplo, a origem das rainhas do maracatu ou a semelhança de alguns nomes comuns. "Venho encontrar em Angola", afirmou ele, "entre outras raízes africanas do Brasil, velhos nomes, hoje tão da geografia brasileira quanto da africana. Massangano é um deles. O nome do engenho em que nasceu Nabuco – e que no Brasil, na boca do povo, tornou-se Massangana – é angolano"[96]. Igualmente,

> Foi da Angola a célebre rainha Ginga que se ergueu contra os portugueses com todos o seu vigor meio matriarcal de mulher-homem, ainda hoje recordado no Brasil pelas 'rainhas do maracatu' do tipo de Dona Santa, no Recife. A esplêndida negra velha retratada por mestre Leitão de Barros, no filme sobre Castro Alves; e pelo pintor pernambucano Lula Cardoso Ayres, em mais de um painel de assunto luso-brasileiro[97].

Citando Maria Archer e Germano Correia, ambos asseclas do Lusotropicalismo freyreano, o sociólogo pernambucano apresenta outro traço distintivo do desenvolvimento da civilização lusotropical: a presença da mulher como elemento importante para seu sucesso. Para ele, nos locais em que a ação da mulher é mais presente, a civilização lusotropical desenvolve-se melhor e "mais solidamente", tornando-se uma civilização de identidade própria, extraeuropeia:

> [a ação] da mulher europeia ou da mulher, senão europeizada, harmonizada de algum modo com o europeu, fundador principal daquele tipo de civilização, hoje tão desenvolvida a ponto de ser menos subeuropeia que extra-europeia. O português vem-se desenvolvendo nos trópicos não como um subeuropeu mas como um europeu de tal forma plástico, no que tem sabido acrescentar à herança europeia de cultura, ou dela subtrair o bastante para torná-la ecologicamente tropical, que, sem ser um ex-europeu, é, sob vários aspectos, um extra-europeu[98].

Não seria de surpreender que Gilberto Freyre fosse acusado, como foi, de cooperar com o regime salazarista. O autor pernambucano não escondia sua admiração pelo Presidente do Conselho, António de Oliveira

[96] Idem, p. 353.
[97] Ibidem.
[98] FREYRE, *O Luso...* cit., p. 359.

Salazar, a quem dedica parágrafos de elogio em seu *Aventura e Rotina*. Um homem descrito como "grande intelectual", "a quem delicia a discussão, a crítica, o próprio choque de ideias", alguém de grande "franqueza", "nitidez", "às vezes um desassombro"; "é homem mais ágil de olhar, mais agudamente vigilante, mais didaticamente atento ao que houve, que tenho conhecido"[99]. Caracterizado como um agudo observador, diz Freyre que "não lhe escapa uma só das minhas pequenas hesitações de palavra, como se qualquer delas lhe revelasse uma ideia ainda verde para ser exposta; ou demasiado indiscreta para ser desenvolvida na presença de um Chefe de Estado". Para o pernambucano, Salazar era exemplo lapidar de professor universitário, da melhor tradição coimbrã[100].

Embora previsivelmente julgado como colaboracionista reacionário, Gilberto Freyre e seu Lusotropicalismo representaram, na verdade, um avanço na política portuguesa para a África no sentido de que afastaram, de vez, qualquer influência discriminatória teórica sobre o discurso oficial e a política portuguesa em relação à África. Em sua fase pré-freyreana, sobretudo, durante os anos 1930, o Governo português tendeu a fundamentar seu discurso colonialista na necessidade de preservação das colônias para manter Portugal como uma grande nação e na ideia de que a superioridade da raça portuguesa, conforme será visto, é fator determinante no sucesso da empresa colonial. Nesse sentido, foi fundado em 1935, por exemplo, o jornal "O Mundo Português", dedicado especificamente a tornar mais conhecidas as colônias e entusiasmar o orgulho português em possuí-las. Em seu primeiro editorial[101], afirma o periódico:

> We must always keep alive in the Portuguese people the dream of beyond-the-seas and the pride and consciousness of the Empire. Africa is more than agricultural land and it is capable of producing what a metropole needs. Africa is for us a moral justification and a reason for being as a power. Without it we would be a small country, with it we are a great nation[102].

[99] FREYRE, Gilberto. *Aventura*...cit., p. 44.
[100] Idem.
[101] Não foi possível acesso ao texto em português, mas apenas a tradução para o inglês realizada pelo Professor Gerald Bender.
[102] BENDER, Gerald F. *Angola...* cit., p. 6.

Do mesmo modo, podem-se encontrar alguns traços evidentes de racismo na política colonial portuguesa, em especial com o intuito de sustentar a superioridade racial lusitana. A postura racista da civilização ocidental como um todo representava a negação das possibilidades de progresso de sociedades mestiças como a brasileira; Freyre, como já afirmado, pôde inverter os sinais da equação e transformar esse passivo em crédito. Um passivo que, indiretamente, atingia também Portugal, responsável pela obra denominada Brasil. Como afirma, com clareza, o mesmo professor Bender,

> Western civilization was a racist civilization which considered as inferior not only black men but also any white man who socially and/or sexually mixed with blacks. This struck at the very core of Brazilian society and, especially, at the Portuguese settler 'responsible' for creating Brazil's multiracial population. It was difficult to maintain self-esteem when countries such as England considered the impoverished Portuguese settler 'on the zoological scale between the monkey and black'[103].

É bastante significativa a comparação que realiza o professor inglês sobre a forma como eram encarados o negro em Portugal e no Brasil, sobretudo no decênio de 1930. No Brasil, eram tidos, por um cada vez mais influente Gilberto Freyre, como influência positiva na formação brasileira: "Freyre stressed the symbiotic nature of the racial contact between the Portuguese and African civilizations, whereby each borrowed and profited from the other's culture. Observable differences between the races in Brazil were attributed to cultural and educational factors rather than to genetic or racial characteristics"[104]. Já em Portugal, ocorria o oposto:

> Portugal, on the other hand, characterized Africans as intrinsically inferior; in fact, Portugal's self-adulation over her 'civilizing mission' was dependent upon that inferiority. In 1933, both Salazar and his Colonial Minister Monteiro were explicit in this regard: Monteiro argued that colonization required 'boundless tolerance and pity for the inferiority

[103] Idem, pp. 6-7.
[104] Ibidem, p. 7.

> of the blacks in the bush', while Salazar held that is was imperative for Portugal to safeguard 'the interests of those inferior races whose inclusion under the influence of Christianity is one of the greatest and most daring achievements of Portuguese colonization'[105].

Exemplo lapidar dessa postura é a do já mencionado Vicente Ferreira, oficial português e ex-Alto Comissário Português e Governador-Geral de Angola, quem acreditava que, de tão atrasados, os povos africanos não poderiam ser colonizados nem mesmo pelos portugueses, caracterizando-os como "nada mais que grotescas imitações de homens brancos".

Não era essa a visão freyreana; no Brasil, mas dirá ele também no mundo que o português criou, "o amor do homem pela mulher e do pai pelos filhos", de tão intenso, puro, humano e genuinamente cristão, pairava acima de "preconceitos de cor, de raça, de classe, de posição", o que conferiu, em especial no Brasil, à mestiçagem sua expressão mais humana, e, ao mesmo tempo, mais cristã"[106].

Gilberto Freyre representou, portanto, uma importante lapidação das políticas portuguesas em relação ao Ultramar, que passaram, gradativamente, a prestigiar seu caráter multiétnico e abandonar a tese da superioridade da raça portuguesa. Acreditando ter encontrado a verdadeira natureza íntima da experiência lusitana nos trópicos, Freyre busca identificar traços perenes da civilização lusotropical desde em suas manifestações mais terrenas até em suas mais abstratas evidências, e encontra-as. Valoriza a política colonial portuguesa, mais por preservadora dessa extraordinária obra de que por simpatias políticas pessoais. "Na realidade", diz o Embaixador Alberto da Costa e Silva, "Gilberto Freyre, prisioneiro de seu sonho, estava a louvar o que, desde havia muito, estava deixando ou deixara de existir no império português"[107]. Gilberto Freyre, contudo, foi capaz de fazer críticas à política colonial portuguesa, na medida em que percebia que o sincretismo e a miscigenação nem sempre triunfavam. Na síntese do mesmo Embaixador Costa e Silva,

> [Gilberto Freyre] anotou que o Estado português e boa parte dos novos colonos estavam abandonando o jeito muçulmano de estar na África, e

[105] Ibidem.
[106] FREYRE, Gilberto. *O mundo...* cit., p. 41.
[107] Prefácio a *Aventura*... cit., p. 21.

> não mais se deseuropeizavam nem se misturavam aos africanos, nem casavam com mulheres africanas, nem adotavam valores africanos de cultura. Mas parecia que resistia, por não se conformar com a ideia, em aceitar que havia mudado (...) o comportamento português em relação aos africanos, ou, pelo menos, o daquele português que não se atrevia a contrariar as regras sociais da sociedade colonial[108].

Em relação ao regime português, Freyre nutria a mesma reticência. Em *Aventura e Rotina*, Freyre pergunta-se se, na eventualidade de ser português, se "conformaria" com o Estado Novo salazarista, "'ao ponto não digo de apoiá-lo, mas de não o combater', para responder com um 'não sei'. Gilberto Freyre não fazia segredo de que admirava o regime português, mas no fundo o queria como não era e nem podia ser, desbastado do que chamava de medievalismos, como a censura à imprensa e a onipresença da polícia"[109].

Assim, o Lusotropicalismo é teoria conservadora que busca preservar o que de mais profundo e importante tem e teve a experiência portuguesa idealizada por Gilberto Freyre. Ao atribuir à colonização portuguesa dos trópicos características que a tornam digna de elevada honraria – sustentando sua formulação a partir do que considera vestígios evidentes da elevada missão lusitana nos trópicos –, Gilberto Freyre busca sintetizar o espírito de uma obra monumental, em seus valores mais permanentes e abstratos. Busca aquilo que é, independente das contingências; busca o que a ciência não explica, mas apenas indica: a colonização em seu aspecto axiológico, em particular no que se refere aos valores morais que guiam a nação portuguesa em seu engenho no Ultramar. O método antropológico por ele utilizado para explicar a história adapta-se com especial felicidade a seu intento. Seu objetivo é apreender o permanente. Veja-se o trecho seguinte, sobre suas observações em Angola:

> Encontro felizmente aqui [em Angola] quem tenha este espírito de respeito a um passado que deve ser defendido não com exageros de antiquário, mas com um gosto pelos valores portugueses de sempre que transborde das noções convencionais de tempo para tornar-se uma

[108] Idem, p. 18.
[109] Ibidem.

> espécie de 'semprismo'. Nem passadismo, nem arcaísmo mas um como 'semprismo'. (...)
> Simplesmente isto – nada mais do que isto – eu quisera ver em Luanda, em vez de um modernismo desbragado que considere arcaísmos inúteis todas as sobrevivências do passado: inclusive as básicas para a civilização lusotropical. Civilização que para desenvolver arrojos modernos de técnica não precisa de repudiar aqueles valores que se destaquem do seu passado, não por uma grandiosidade excepcional, mas por serem valores de sempre. Constantes. Valores cuja presença é necessária e até essencial ao caráter da cidade[110].

Enfim, esse sentimento de "pan-lusitanidade" é a característica essencial do Lusotropicalismo de Gilberto Freyre. Como afirmou o autor, ao desembarcar em Portugal antes do início de seu périplo:

> Insurgindo-me contra artifícios e falsos requintes é que cheguei á minha condição ou posição actual de escritor que, sendo intensamente brasileiro, considera-se, pelo sentimento e pela cultura, tão da cultura pan-lusitana quanto qualquer português de Portugal, ou dos Açores, ou da África ou de Cabo Verde. É considerada em suas inter-relações que essa cultura – pan-lusitana nos seus fundamentos – pode ser bem compreendida e bem interpretada e não separando-se o português do brasileiro ou o açoreano do luso-africano. Somos, repito, um mundo verdadeiramente só. Uma constelação de valores que se completam[111].

Essa é a teoria – o Lusotropicalismo – que permitiu ao Governo português apresentar, perante seu público interno e perante a comunidade internacional, as provas que julgava definitivas sobre a singularidade do mundo que o português criou. Já definido como um "amálgama de mitos históricos" e "reivindicações de multirracismo"[112], a teoria contém inegável idealização das relações sociais no mundo português, buscando o que seriam suas características perenes e sem se deixar impressionar pelos argumentos estatísticos que pulularam em sentido contrário. Ainda

[110] FREYRE, Gilberto. *Aventura*... cit., p. 358.
[111] Cf. *Diário da Manhã*, edição de 19 de agosto de 1951, in AHI Volume 26-2-12.
[112] MAXWELL, Kenneth, *Chocolate, Piratas e outros Malandros*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 260.

que provavelmente não concebido propriamente para uso político, o Lusotropicalismo e, de resto, seu autor, justificaram a dominação portuguesa em África e Ásia, instrumentalizado que foi no que se pode denominar "política externa do Lusotropicalismo".

1.5. A raça portuguesa e o Brasil moderno

Diversas iniciativas de política externa deram corpo à ideia segundo a qual Portugal, porta-estandarte excelso e prodigioso de missão civilizadora, tinha no Brasil seu mais notável exemplo de sucesso. Mais que isso, buscaram demonstrar que a antiga metrópole e a ex-colônia mantinham laços tenazes: o Brasil, de gratidão ao passado luso; Portugal, de orgulho da obra que empreendeu na América.

Nos anos 1930, 40 e 50, ocorreu enorme fortalecimento da cooperação acadêmica e intelectual, sempre com esses objetivos em vista. Particularmente após a instauração da ditadura varguista, com o Estado Novo, intensificaram-se os acordos e as trocas de visitas de intelectuais. Os eventos de 1937 ecoaram muito positivamente em Portugal, com quem o Brasil passava a compartilhar inclusive o nome do "sistema de governo". O Embaixador de Portugal, à época, reportou-se ao Chanceler nos seguintes termos:

> Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia que no devido tempo foram recebidas nesta Embaixada as varias circulares telegraphicas com as minuciosas noticias das transformações politicas e sociaes operadas no Brasil em virtude da outorga da Constituição promulgada em 10 do corrente mez de novembro. Já tive occasião de dar conta telegraphicamente a Vossa Excelência do enthusiasmo e carinho com que toda a imprensa portugueza acompanhou as varias phases dos acontecimentos desenrolados nos primeiros dias do novo regimen constitucional: os jornaes não só publicaram um copioso serviço telegraphico, como consagraram varios editoriaes salientando a finalidade do movimento politico brasileiro[113].

[113] Arquivo do Itamaraty em Brasília (AIB). Ofício nº 245/500, de Araújo Jorge a Pimentel Brandão, em 20 de novembro de 1937, Confidencial.

Uma das primeiras iniciativas do Estado Novo português no que diz respeito à aproximação "espiritual" com o Brasil foi a criação de um Centro de Estudos Brasileiros, iniciativa recebida com entusiasmo pelo lado português, que não deixava de enfatizar – desta feita para júbilo do lado brasileiro – as virtudes de sua ex-colônia, então já exemplo cabal de modernidade. Antonio Ferrão, em artigo[114] de 27 de abril de 1937, publicado no Diário de Lisboa, justifica a importância da criação do Centro afirmando que

> o Brasil é já hoje um grande país e uma importante nação, e não apenas pela extensão enorme do seu território e pelas possibilidades infinitas da densidade na sua população, mas, tambem, pelo progresso constante da sua agricultura, pelo avanço ininterrupto das suas industerias (sic), pelo volume sempre crescente do seu comercio[115].

Da mesma forma, a modernidade e o progresso característicos do Brasil de então teriam expressão equivalente no meio intelectual. António Ferrão saúda, nesse sentido, o "notável escol de pensadores" brasileiros[116], muitos dos quais participariam de intercâmbios de conferencistas em uma intensidade jamais antes vista. O articulista ressalta que "o Centro de Estudos Brasileiros[117], com a criação da 'Biblioteca do Brasil' e de um

[114] O artigo leva o título "Uma iniciativa feliz: o Centro de Estudos Brasileiros – propõe-se estudar a vida literaria e artistica da grande nação sul-americana.", in Diário de Lisboa, 27 de abril de 1937. Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI) Lata 542.6 (88) Maço 34-256.

[115] AHI Lata 542.6 (88) Maço 34-256.

[116] António Ferrão cita, pela ordem: Gilberto Freyre, Azevedo Amaral, Oliveira Vianna, Alberto Rangel, Tito Livio de Castro, Alberto Torres, Baptista Pereira, Pandiá Calógeras, Pedro Calmon, Afonso Arinos, Rocha Pombo, Oliveira Lima, Afonso de Taunay, Diogo de Vasconcelos, Basilio de Magalhães, Araujo Jorge (embaixador brasileiro em Portugal), Gilberto Amado, Roland de Carvalho, Tristão de Ataíde e Plínio Salgado. Cf. Idem.

[117] O Centro de Estudos Brasileiros foi organizado em comissões que buscavam estudar os mais diversos aspectos do Brasil e das relações luso-brasileiras. Segundo o programa do Centro, são as comissões que então já funcionavam: (a) a de estudos culturais brasileiros; (b) a de intercâmbio científico, literário e artístico luso-brasileiro; (c) a de intercâmbio econômico luso-brasileiro; (d) a de relações comerciais, marítimas e aéreas, postais e telegráficas; (e) a de recepção de brasileiros ilustres; (f) a de turismo; (g) a de imprensa e propaganda. A direção do Centro de Estudos Brasileiros era composta pelo Conde de Penha Garcia (antigo Ministro de Estado e representante de Portugal junto à Sociedade das Nações) como presidente; Coronel Mimoso Guerra (antigo Ministro de Estado e então Diretor-Geral do Instituto Geográfico e Cadastral) como vice-presidente; António Ferrão (sócio da Academia das Ciências de Lisboa e Inspetor das Bibliotecas e Arquivos) como Secretário-Geral; e então Deputado José da Penha

anexo 'Gabinete de documentação brasileira' (...) não constitui qualquer duplicação (...) de alguma outra instituição actualmente existente no nosso país", garantindo o ineditismo da iniciativa e conferindo-lhe maior importância. O Centro de Estudos Brasileiros[118] funcionava na Sociedade de Geografia de Lisboa.

A justificativa para a criação do Centro de Estudos Brasileiros contém, nítida, a ideia de laços de origem indissolúveis que, de forma absoluta, impõem um destino igualmente comum. A unidade de espírito entre brasileiros e portugueses, ideia a que o Lustropicalismo dará maior conteúdo, aparece como *Leitmotiv* a guiar a iniciativa. Afirma-se que

> ambos os povos têm as mesmas origens étnicas, falam a mesma língua, seguem a mesma religião, e apresentam tão grandes afinidades sentimentais e intelectivas que até o primeiro quartel do século XIX tiveram uma comum literatura, e, ainda muito pequenas são hoje as variantes do modo de ser espiritual e ético dos dois povos. Enfim, pode dizer-se que a amisade [sic] dos dois países entra nos domínios das verdades tradicionais ou acroamáticas, isto é, daquelas que, por serem tão evidentes, inútil é escrevê-las para as sentirmos e compreendermos.

Além da criação do Centro, diversas outras iniciativas foram tomadas no sentido de aproximar Brasil e Portugal no período.

Garcia como 1º Secretário; e o Capitão José Maria Moreira como 2º Secretário. Cf. AHI Lata 542.6 (88) Maço 34-256.

[118] O CEB teve como principais objetivos de seu programa oficial: (a) conhecer a geografia, etnografia, história, literatura e arte do Brasil, bem como das manifestações da vida econômica, financeira, política, moral e social do Brasil; (b) reunir todo o material que lhe seja possível amealhar para cumprimento do objetivo anterior, e disponibilizar o conteúdo para os estudiosos; (c) estudar os diversos problemas brasileiros, especialmente aqueles que interessam mais diretamente a Portugal; (d) publicar monografias e outros trabalhos sobre o Brasil e um boletim; (e) promover conferências sobre o Brasil, em especial por brasileiros, sessões de arte e exposições de trabalhos de artistas brasileiros, e outras relativas à terra, costumes e manifestações da vida brasileira; (f) proporcionar aos brasileiros mais representativos que visitem Portugal uma fraternal recepção e amável convívio e trabalhar, da forma mais eficiente possível, para o estreitamento das relações morais, intelectuais e econômicas entre os dois países. Diz Ferrão: "Das nações como das pessoas se pode dizer, que tanto mais se estimam quanto melhor se conhecem. Ora, é precisamente, para que o Brasil e Portugal melhor se entreconheçam – a fim de que mais se estimem – que são criadas as duas instituições [também o Centro de Estudos Portugueses, então ainda não fundado] que devem funcionar em estreita correlação e objectivos". AHI Lata 542.6 (88) Maço 34-256.

Multiplicaram-se as visitas bilaterais e intercâmbio de conferencistas e acadêmicos. Paradigmático deste novo esforço de aproximação foi a conferência proferida pelo Prof. Martinho Nobre de Mello, Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, na Biblioteca do Itamaraty, sob os auspícios do Serviço de Cooperação Intelectual do Ministério das Relações Exteriores. Intitulada "Relações e estreitamento das culturas brasileira e portugueza [sic]", contou com a presença do então Chanceler, Mario Pimentel Brandão.

A Conferência é paradigmática por conter uma síntese do espírito que passava a nutrir as relações entre ambos os lados do Atlântico. Em sua alocução, estão presentes os principais elementos que caracterizaram este primeiro esforço de aproximação dos "Estados novos", a saber:

a) o resgate do passado heroico português, com ênfase no período imperial e nas grandes navegações;
b) a afirmação de Portugal como cultura universal e única;
c) a defesa do gênio da raça lusa;
d) a afirmação do Brasil como exemplo de modernidade;
e) a alegação de que a pujança brasileira é fruto direto da herança portuguesa; e
f) a ideia de que Portugal é bastião da cristandade ocidental e legítimo disseminador da palavra de Cristo.

Nobre de Mello empreende esforço para afirmar a cultura portuguesa como obra única por sua universalidade e pela contribuição que deu à humanidade. Ao mesmo tempo, malgrado reconhecendo a especificidade da cultura brasileira – igualmente notável dentro de suas particularidades – situa-a como tributária, principalmente, da cultura brasileira. Afirma ele:

> Em verdade, facilmente demonstrarei por um lado: que a cultura pórtuguesa se affirma bem nacional no seu *processus* específico de crescimento e desenvolvimento, com um estilo absolutamente proprio e inconfundível através de tua a sua vida multisecular e, por outro lado: que nenhuma outra cultura mais do que ella contribuiu á causa da humanidade, se elevou, em summa, ao universal. É desta base, aliás, que partirei para tambem assignalar o estilo proprio da cultura brasileira, de que Portugal

> foi o mais precioso dos valores formadores, e emfim dada a autonomia e a excellencia das duas culturas irmãs, a communidade dos seus fins e interesses que impõe um fraternal intercambio cultural entre os dois paizes[119].

O Embaixador português chega a afirmar que apenas gregos, latinos e portugueses teriam criado poemas épicos (respectivamente, a Odisseia, a Eneida e os Lusíadas, o que, como será visto, atestava a superioridade da raça portuguesa). Portugal foi, nos salões do Palácio Itamaraty do Rio de Janeiro, apresentado como responsável pela abertura das portas do mundo para uma Europa que, de Mediterrânea, passaria a ser Atlântica. Nada menos do que a mudança do eixo do mundo era obra portuguesa, e o Brasil, filho natural e legítimo do empreendimento.

Não parou aí o conferencista em seu ânimo para adular o povo português. Citando Eugenio d'Ors, segundo ele "o maior crítico de arte hespanhol contemporaneo", afirma:

> quem deseje possuir uma das chaves mestras que permittem explicar a arte hespanhola e definir-lhe o caracter, procure-a em Portugal; de Portugal, com effeito, provém a metade do sentido secreto da nossa historia espiritual. Que digo eu? De toda a historia mesmo. Avancei já, muitas vezes, que no complexo designado pelo nome e cultura, a Europa não apresenta, em face de uma analyse rigorosa, senão dois corpos simples: Grecia e Portugal. O resto é uma questão de dosagem. (...) Em três grandes artes, diz-nos Eugenio d'Ors, Portugal criou, antes e acima dos outros povos modernos, três grandes poemas: na literatura: os Lusiadas; na arquitectura: a janella do Convento de Tomar; na pintura: o poliptico de Nuno Gonçalves[120].

Conferências proferidas em Portugal sobre o Brasil e em Brasil sobre Portugal pulularam à época, e foram estimuladas e elogiadas pelos Governos como meio eficiente de aproximação entre a ex-colônia e sua antiga metrópole[121]. Um dos mais assíduos palestrantes brasileiros a

[119] AHI, Lata 542.6 (88) Maço 34-256.
[120] AHI, Lata 542.6 (88) Maço 34-256.
[121] O jornal "O Primeiro de Janeiro", de 20 de novembro de 1937, publicou o artigo "Esforços úteis pró-aproximação intelectual luso-brasileira", de Nuno Simões. Nele, o autor elogia essas

participar, à época, desse intercâmbio luso-brasileiro foi Pedro Calmon. O historiador, recebido com festa e admirado em terras portuguesas, referia-se ainda aos portugueses como uma "raça" que teria predominado em relação às demais no processo de formação do Brasil. Apesar de ter cunhado a interessante expressão "lei etnógena do amor" – para identificar o que seria a forma peculiarmente tolerante de relacionamento dos portugueses com as demais "etnias" – Calmon acredita que o mestiço constitui uma raça marginal. Mais que isso, a raça é, ainda, um fator determinante, algo que só desaparecerá por completo pela influência de Gilberto Freyre.

O Jornal de Notícias, de 15 de dezembro de 1937, em notícia intitulada "Brasileiros ilustres: o dr. Pedro Calmon, historiador insigne, fez uma brilhantissima conferencia na sala dos Estudos Portugueses", reproduz palestra do historiador brasileiro muito significativa de seu pensamento. Acompanhado de Afrânio Peixoto, disse Calmon, em sua conferência cujo título foi "O Império Colonial Português na América. O Brasil e o sentido da sua civilisação (sic). Biografia duma Nacionalidade":

> O valor português continuava a projectar-se sobre o mundo. O Brasil de hoje – na ufania da Nação imensa e poderosa, Estados na America do Sul – orgulhava-se de apresentar, nas linhas coloniais de seu crescimento e nos brazões de sua velha civilização, que lhe deu unidade territorial, raça e fé, o grande modêlo da capacidade colonizadora de Portugal. Lá, por Deus e pela Pátria, construiram os pais da nacionalidade – sólida e bôa gente lusa das equipagens que dominaram sete mares – um Império que poude ser, em área cósmica, tal a imensidade, pertença e força dum povo, hoje 45 milhões, que continua fiel ao idioma de Camões, á religião

iniciativas estabelecidas à margem dos mecanismos oficiais de aproximação: "consola vêr como, em curto prazo, a obra de intercâmbio intelectual e literário entre Portugal e Brasil se vem ampliando e intensificando, fóra de quaisquer gestões oficiais e a mercê apenas da boa vontade de meia dúzia de pessoas e entidades que crêem mais em si próprias." Nuno Simões menciona como grandes responsáveis pelo êxito da empreitada autores como João de Barros, José Osório de Oliveira, Casais Monteiro e Fidelino Figueiredo, além de Julio Dantas e Mendes Correia. Para ele, "não precisou esse movimento senão de boas vontades, de dedicações, de simpatia. Fez-se sem dinheiro, sem apoios, sem as influências do Poder e sem as chancelas oficiais." Cita como exemplo a Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, para afirmar: "Muito mais útil e muito mais eficaz tem sido a acção, na matéria, dessa benemérita agremiação do que a de alguns organismos oficiais ou especializados que teem (sic), no seu programa, a aproximação intelectual luso-brasileira."AHI, Lata 542.6 (88) Maço 34-256.

de Anchieta, aos sentimentos estructurais da nobre alma racial, de que se encheu nos três séculos primeiros.

Especialmente interessante é a forma como Calmon procura resumir a história brasileira. O autor elabora um "Decálogo" em que pode ser entendida a história do Brasil, no qual se nota, como coluna vertebral, a herança portuguesa. O Brasil, obra singular, aparece como ponto culminante do desempenho engenhoso do português nos trópicos. Alguns dos "capítulos" do decálogo são os seguintes:

1) "No trópico, a mãe-pátria (Os portugueses transportaram consigo Portugal, nos costumes, na civilização material...)";
2) "Na Diversidade dos matizes, o génio português (Ligando-se ás raças auxiliares, prevaleceram os portugueses, na língua, no tipo físico, na fé...)";
3) "A lei etnógena do amor (Os portugueses congraçaram as raças)";
4) "Sobre terras e almas, a união na fé e a conformidade como Estado (Impuzeram (sic) a mesma religião, a mesma língua: é a indissolúvel unidade do Brasil)";
5) "Filho do primitivo povoador português, o 'mamaluco' – sub-raça senhora dos 'sertões' – dilatou o território (...)"; e
6) "O Império construido pelo espírito lusiada: Brasil unico. Uma realização... [sic]".

É possível vislumbrar, de fato, um esforço comum de reescrita da história por ambos os regimes. Entre as iniciativas para concretizar, oficialmente, um projeto historiográfico comum, destacou-se a revisão dos textos escolares de modo a uniformizar o ensino da história e da geografia de ambos os países. Alegando a necessidade de preparar "ambiente favorável" às comemorações centenárias de 1940, o Embaixador do Brasil em Portugal, Arthur Guimarães de Araújo Jorge, propõe consultar o Governo português a esse respeito, com a finalidade de celebração de um convênio para a revisão dos textos escolares[122].

[122] Telegrama 243, de Arthur Guimarães de Araújo Jorge, Embaixador em Lisboa, para Oswaldo Aranha, em 12 de agosto de 1938. AHI Lata 542.6 (88) Maço 34-256.

O Embaixador Araújo Jorge menciona, para justificar seu pedido, entrevista concedida em São Paulo pelo "homem de letras português" Fidelino Figueiredo, então fazendo curso na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo:

> eu só desejaria uma coisa, que já não é intercâmbio, é justiça, desintoxicação espiritual: que entre Portugal e o Brasil se firmasse um acôrdo (...) para revisão dos textos escolares de história. Os manuais brasileiros de história estão, na sua parte colonial, inçados de erros, provenientes, uns, de visarem a divulgar uma coisa ainda não solidamente construida, a história do Brasil, outros, da insuficiência da documentação pela maior parte guardada em Portugal, e, muitos outros, da aplicação de prejuizos nacionalistas aos seculos passados. Bem sei que nestes países jovens da América a historiografia não é só uma disciplina científica de estrito objeto especulativo, é também um fator eficiênte na formação da consciência nacional, com seus mitos, martírios, heroísmos e lendas. Mas os eruditos e educadores de ambos os países saberiam conciliar as legitimas prioridades da verdade científica e os impulsos de autonomia espiritual da pátria mais nova.

O Embaixador Araújo Jorge adverte, contudo, que a opinião do Professor Figueiredo seria parcial, pois o mesmo tipo de problema seria verificável nos textos portugueses, ou seja, "documentação insuficiente em relação ao Brasil e injustiças no julgamento de certos aspectos de nossa história, sobretudo no período da Independência"[123].

O enaltecimento de um passado comum glorioso era gradualmente erigido à condição de material aglutinante das relações bilaterais. O esforço seria coroado, em 1941, com a assinatura de um Convênio Cultural entre ambos os países. O "Projeto de Convênio Cultural entre o Brasil e Portugal", apresentado pelo Conselheiro Bueno do Prado à Comissão encarregada da participação brasileira nas Comemorações Centenárias de 1940, dizia, em seu preâmbulo, que os Governos do Brasil e de Portugal assinariam o acordo

[123] Idem.

> inspirados nas recordações gloriosas do passado comum; animados pela mesma fé com que os navegadores portugueses cruzavam o Oceano para assegurar a conquista das terras da América, onde implantaram bases essenciais da civilização brasileira; e convencidos da indissolubilidade dos vínculos de sangue, cultura e religião que ligam as duas nações, constituindo uma sólida garantia de mútua cooperação e assistência[124].

A repercussão da assinatura do Convênio, em setembro de 1941, não foi pequena. Os mecanismos de propaganda oficial de Portugal não demoraram a exaltar o feito, o que não passou despercebido pela Embaixada em Lisboa, que reportou: "este acordo, cujo texto acaba de ser publicado na íntegra por todos os jornais, foi acolhido com verdadeiro jubilo em todos os circulos politicos e literarios do pais". E prosseguiu: "A opiniao publica considera este acto como dos mais significativos nesta hora em que os dois póvos estão empenhados com fervor em assentar sobre bases realistas a tradicional amizade luso-brasileira (sic)"[125]. As "bases realistas" incluíam a cooperação estreita entre os órgãos de propaganda oficiais das ditaduras de Salazar e Vargas.

De fato, nota-se avanço notável na cooperação entre os regimes com o objetivo de elevação do passado comum, por meio da subordinação da produção das diversas entidades luso-brasileiras que já existiam e das que eram criadas aos órgãos de propaganda oficial (em Portugal, o Secretariado de Propaganda Nacional – SPN; no Brasil, o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP). Como afirmou editorial do "Diário da Manhã", de 12 de setembro de 1941, "o Acôrdo – diz-se no seu breve preambulo – foi estabelecido para 'promover uma íntima colaboração cultural entre o Brasil e Portugal por intermédio dos organismos oficiais a quem incumbe nos dois países a orientação dos serviços de propaganda'". O jornal elogia a iniciativa, afirmando:

[124] O Artigo II, Segunda Parte, do referido projeto previa a centralização, nas mãos do Estado, dos frutos das iniciativas de qualquer entidade luso-brasileira: "Todos os Institutos, Sociedades ou Associações luso-brasileiras que exerçam atividades de ordem cultural enviarão, anualmente, um relatório dos seus trabalhos ao Govêrno do país onde têm sua séde, apresentando-lhe, com a devida justificativa, as sugestões que lhe parecerem aconselháveis, de acôrdo com os frutos da sua experiência". AHI Lata 542.6 (88) Maço 34-256.

[125] Telegrama 187, de Arthur Guimarães de Araújo Jorge, Embaixador em Lisboa, para Oswaldo Aranha, em 15 de setembro de 1941. AHI Lata 542.6 (88) Maço 34-256.

> Obedece, sem dúvida, este Acôrdo, aos altos fins duma *politica atlantica* de aproximação e entendimento cada vez maiores de Portugal e Brasil, *politica* comandada pelo imperativo da História, das posições geográficas, das afinidades etnicas, dos extensos e importantes interesses imperiais e da necessária defesa do património moral comum, e, felizmente, entrevista com toda a clarividencia pelos grandes Chefes políticos das duas nações, Salazar e Getúlio Vargas.

Consequência direta do Acordo de 1941 foi a inauguração de uma seção brasileira no Secretariado de Propaganda Nacional português e de uma seção portuguesa no Departamento de Imprensa e Propaganda. O convênio entre os órgãos de propaganda de Brasil e Portugal havia sido assinado também em setembro de 1941, no Palácio do Catete, na presença de Getúlio Vargas[126]. Os objetivos formais do acordo, na síntese do jornal "O Radical", de 5 de setembro de 1941, em artigo intitulado "Assinado convenio entre os órgãos de propaganda do Brasil e de Portugal", eram:

> Entre outras atribuições, figuram as de: divulgação do livro português no Brasil e do livro brasileiro em Portugal, realização de emissões diretas de radio concernente aos fins deste acordo, bem como a permuta de programas radiofônicos; criação de um prêmio pecuniário anual atribuído conjuntamente pelos dois organismos ao melhor trabalho literário, artístico, histórico ou científico, publicado em Portugal no Brasil, de interesse comum; realização e permuta de exposições de arte nacional e o intercâmbio de artistas brasileiros e portugueses isoladamente ou em grupos; e troca de atualidades cinematográficas (...) e o estudo da eventual realização de filmes de grande metragem, de interesse histórico ou cultural para os dois países.

A abertura da seção brasileira no SPN, amplamente divulgado em Portugal, foi cercada de simbolismo e permeada pela afirmação da concórdia universal emanada pelos portugueses, raça de gênios que criou o Brasil[127]. A inauguração deu-se em abril de 1942, e contou com a presença do Diretor do DIP, Lourival Fontes, e do diretor do SPN,

[126] Cf. Ilustrações adiante.

[127] Cf. Telegrama 74, de Arthur Guimarães de Araújo Jorge, Embaixador em Lisboa, para Osvaldo Aranha, em 15 de Abril de 1942. AHI Lata 542.6 (88) Maço 34-256.

António Ferro. Em seu discurso, publicado no Diário da Manhã de 15 de abril de 1942, Ferro qualificou as seções (também a portuguesa no DIP) como "fortalezas luso-brasileiras". Conexões entre Brasil e Portugal se dão, segundo ele, pelo "valor das constantes históricas das correntes subterrâneas ou submarinas da alma dos povos". Apesar dos declarados objetivos de intercâmbio de artigos, intelectuais, promoção de concursos sobre a cultura do outro país, entre outros, é lícito supor-se que o intercâmbio entre dois órgãos de propaganda de duas ditaduras "irmãs" poderia ir mais além, com a troca de experiências e favores. Salta aos olhos a cobertura amplamente favorável que o governo e a pessoa de Getúlio Vargas receberam de uma imprensa portuguesa cuidadosamente lapidada pela censura, até a queda do mandatário, em 1945. Tal enaltecimento do amigo do outro lado do Atlântico era necessário, pois, afinal, disse Ferro, "chegou, precisamente, o momento, brasileiros e portugueses, em que temos de subir á estratosfera para salvarmos a constante histórica da nossa amizade"; e arrematou: "o Atlântico somos nós".

1.6. Raças e tipos nos templos imemoriais

O Estado Novo português, inaugurado em 1933 com a aprovação de nova Constituição em plebiscito nacional, foi um regime autoritário que se fundava no tripé Deus, Pátria e Família. Caracterizava-se, ainda, por um discurso colonialista que "se baseava essencialmente na ideia de um pretenso direito imperial de conquista, exploração, missionação e 'civilização'"[128]. O conservadorismo totalizante praticado por Salazar mal ocultava, além disso, a ideia de que uma raça portuguesa, fundadora de uma civilização multicontinental, era merecedora de elevadas distinções. Foi neste afã que o Estado português promoveu e participou de feiras e exposições coloniais. Nelas, a raça ainda era importante.

Em 1931, realizou-se, em Paris, a Exposição Colonial Internacional. Ela foi visitada por oito milhões de pessoas e prometia um "tour du monde en un jour". Dela participaram França, Holanda, Bélgica, Portugal, Dinamarca, Inglaterra e Estados Unidos. Portugal, entusiasmado com o convite para participar da exposição parisiense, prontamente acedeu

[128] MEDINA, João. *Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colónias portuguesas como alibi colonial do salazarismo*, in Revista USP, n. 45, março-abril-maio de 2000, p. 49.

ao convite e procedeu aos preparativos de "quatro palácios situados ao longo do caminho que circundava o lago e de um pequeno pavilhão octagonal isolado"[129]. O resgate da história das descobertas e das grandes navegações eram os principais objetivos da participação portuguesa na Exposição Colonial Portuguesa em Paris.

Em 1934, foi a vez de Portugal sediar, na cidade do Porto, sua Exposição Colonial Nacional, patrocinada, sobretudo, pela burguesia do norte do País e pela Igreja Católica[130]. Como salienta Omar Ribeiro Thomaz, "um mês e meio antes da abertura da exposição, no dia 24 de abril de 1934, Oliveira Salazar salientava os elementos que deveriam estar devidamente representados no evento: a história e a realidade presente do império e a unidade territorial e espiritual da metrópole com as suas colônias"[131]. Restaurado o Palácio de Cristal para servir de Palácio das Colônias, em frente à praça do Império e ao Monumento do Esforço Colonizador Português, foram erigidas estátuas representando tanto o exotismo colonial (como uma gigantesca estátua de um elefante) como o Monumento aos Mortos da Colonização Portuguesa[132]. Thomaz afirma, contudo, que

> o que mais chamava a atenção da população era a chegada dos nativos das diversas colônias. (...) Tal como indicou Mendes Corrêa[133], (...) os 324 nativos, entre adultos e crianças, foram cuidadosamente observados e analisados por professores e estudantes da Universidade do Porto desde o momento em que chegaram à cidade. A partir de 'observações sistemáticas', os cientistas do Porto chegariam a conclusões com respeito a sua maior ou menor aptidão ao trabalho manual, sua capacidade intelectual, 'usos e costumes', etc.[134]

[129] THOMAZ, Omar Ribeiro. Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português, Rio de Janeiro, UFRJ / FAPESP, 2002, p. 214.
[130] Cf. Idem, p. 215.
[131] Idem, p. 217.
[132] Idem, pp. 219-220.
[133] Exemplar do pensamento determinista de matriz lombrosiana – embora o autor procure atenuar algumas das conclusões do penalista italiano –, Mendes Corrêa, em seus estudos de antropologia criminal, descreve cada um dos crimes presentes no Código Penal Português, acompanhados de fotografias de condenados pelos crimes citados, como que a permitir a identificação do tipo biológico que comete os delitos. Cf. MENDES CORRÊA, *Os Criminosos Portugueses – Estudos de Anthropologia Criminal*, 2ª ed. Coimbra: França Amado, 1914.
[134] THOMAZ, *Ecos...* cit., p. 220.

Bem se vê o elemento racial presente na Exposição.

> O seu fim último [da política indigenista portuguesa] seria a incorporação plena dos 'portugueses' de todas as 'raças' a um patrimônio cultural comum caracterizado pela compreensão da língua e pela fé católica. (...) A colonização adquire aqui um sentido moral elevado: trata-se da salvação das almas, fim só possível a partir da transformação do colonizado num português.[135]

Armindo Monteiro (poderoso Ministro das Colônias dos primeiros tempos do Salazarismo), João Ameal e Henrique Galvão[136] são alguns dos expoentes dessa primeira fase salazarista, em que estão presentes as ideias de civilização e raça portuguesas. Essas mesmas ideias estavam no cerne das iniciativas de exposições do tipo realizado em Paris e no Porto. Estes grandes empreendimentos tinham o objetivo, como afirma Thomaz, de criar os chamados "templos do império". O autor demonstra que os museus coloniais etnográficos, originados a partir das exibições e exposições coloniais cujo ápice se deu entre o final do século XIX e a Primeira Guerra Mundial, tornaram-se centro de pesquisas científicas centradas na tipologia humana:

> verdadeiros 'templos do império' – na feliz definição de Annie Coombes –, os museus etnográficos foram cenário de debates e disputas entre antropólogos que tinham como propósito educar e informar o público ocidental. Estes profissionais acabaram por estabelecer correspondências entre teorias científicas e populares acerca de noções como 'raça', 'cultura' e 'civilização' e fixar, no espaço do museu, os 'tipos' humanos nos distintos estágios de desenvolvimento a partir de sua produção material e tecnológica[137].

[135] Idem, pp. 222-3.
[136] Henrique Galvão é autor especialmente interessante no que tange a posições políticas por ele adotadas. Após verificar *in loco* casos de exploração de colonos, faz corajoso discurso na Assembleia Nacional denunciando o abuso. De homem forte do governo Salazar e adepto de primeira hora do Estado Novo, cai em ostracismo.
[137] Idem, p. 205.

Prossegue o autor, demonstrando a sensível oposição entre a ideologia estadonovista portuguesa dessa época e o pensamento de Gilberto Freyre:

> Nos 'templos imperiais' a diversidade era revelada, tipificada e fixada; definiam-se os distintos estágios do desenvolvimento humano, elaborados cientificamente por antropólogos e legitimados, diante do público europeu, pela ciência e pela técnica. Nas exposições, eram os 'tipos vivos' que compareciam e que 'representavam' os diferentes estágios preservados pelos museus[138].

A raça portuguesa era, assim, tema presente nas discussões sobre o papel e o resgate do Império português. Ameal, dois anos antes da Exposição no Porto, afirmara, a propósito de defender o nacionalismo que embasava o Estado Novo que nasceria formalmente em 1933, que "a corrente nacionalista é hoje, entre nós, a fôrça mais viva, mais importante e mais progressiva – a fôrça que representa o despertar consciente de uma grande ***Raça***, apta a reatar uma grande História *(grifo nosso)*"[139]. Todavia, tal abordagem estava longe de ser uma unanimidade entre os portugueses. Mesmo o citado Mendes Corrêa preferia postura menos etnocêntrica. O mesmo ocorria com Henrique Galvão, grande idealizador da Exposição de 1934, defensor do papel civilizador de Portugal e formulador do mote "Portugal não é um país pequeno"; ele, apesar de abusar dos adjetivos "civilizado" e "não civilizado", admite que atrelar tais qualidades a cores pré-determinadas é mero preconceito: "a diferença das cores, conquanto importe um caráter de raça, não tem para o fim deste trabalho uma importância muito grande. Brancos, pretos e mulatos, em igualdade de educação e dentro de certos limites, valem o mesmo; separam-nos mais os preconceitos do que a cor"[140].

A divisão entre etnocentristas e demais intelectuais permaneceu pelo menos até meados da década de 1940, em Portugal. Durante o Congresso do Mundo Português, de 1940, notam-se intervenções sérias de autores como Eusébio Tamagnini e Aires de Azevedo, buscando

[138] Idem, Ibidem.
[139] AMEAL, João. *Panorama do Nacionalismo Português*. Lisboa: José Fernandes Júnior, 1932, p. VI
[140] GALVÃO, Henrique; SELVAGEM, Carlos. *Império Ultramarino Português*, v. 2. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1951, p. 359.

afirmar que a raça portuguesa mantinha-se "bioquimicamente pura", contrariando tantos outros autores, como Mendes Correia. No mesmo ano de 1940, o General Carmona, presidente da república portuguesa, agradecendo a Getúlio Vargas a deferência de presidir o encerramento das Comemorações Centenárias e oferecendo-lhe honrarias, afirma:

> atendendo finalmente ao presente momento, excepcional e soleníssimo, em que um Chefe de Estado da Nação Brasileira vem encerrar nesta Embaixada, ou seja em terra portuguesa, as comemorações dos Centenários que assim ficam definitivamente incorporados no patrimônio histórico comum da nossa ***raça*** *(grifo nosso)*[141].

A despeito desses remanescentes de etnocentrismo, pode-se afirmar que o regime e seus intérpretes oficiais evitaram abusar do argumento racial. É certo, contudo, que hesitaram em utilizar o sincretismo racial como elemento central distintivo da experiência portuguesa no Ultramar. O elogio da mestiçagem só será adotado por influência direta de Gilberto Freyre, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. Na realidade, nesta primeira fase, mais que a afirmação do português como uma raça superior, era necessário manter a unidade do Império. Mostrar Portugal como uma civilização una, eis o grande desafio dos primórdios do salazarismo. Como consequência óbvia, a questão colonial era central para o Estado Novo português. Nesta primeira etapa do regime de Salazar, o Ultramar é parte integrante de um Império colonial. Trata-se de colônias, e não de províncias.

Em 1940, como registra Thomaz[142], a Espanha saía de uma das mais cruéis guerras civis da história mundial e a Europa apenas iniciava seu mergulho na mais sangrenta das guerras. Em Portugal, eram promovidas as comemorações centenárias, celebrando o oitavo centenário da Fundação do Reino (1139), o quarto centenário do fastígio do Império (1540) e o terceiro da Restauração (1640). Para tanto, foram organizados congressos e uma grande exposição histórica: a Exposição do Mundo Português. Saint-Exupéry, tendo visitado a exposição, estranhou o fato

[141] Carta do Senhor Presidente da República Portuguesa ao Presidente do Brasil, transcrito em telegrama da Embaixada do Brasil em Lisboa para o Rio de Janeiro. *Arquivo Histórico do Itamaraty* (AHI), Lata 664, Maço 9884.
[142] THOMAZ. *Ecos*... cit., p. 237.

de Portugal "agarrar-se desesperadamente à ilusão da sua 'felicidade' numa cidade que era uma espécie de paraíso claro e triste"[143].

António Ferro, poderoso diretor do Secretariado Nacional de Propaganda e grande figura das comemorações, pretendia fossem elas guiadas pela chamada "política de espírito", acima de tendências e ideologias, refletindo um nacionalismo puro. Foi responsável, ainda, por uma opção modernista, para "'anular o clichê' que havia caracterizado as manifestações anteriores quando Portugal aparecia 'vestido de época'"[144]. De fato, o objetivo de Ferro ao excluir, por exemplo, painéis naturalistas oitocentistas que adornariam os pavilhões era "combinar o *moderno* – cosmopolita – ao *nacional* e *nacionalismo*"[145]. No entanto, a própria circunstância de se tratar de um triplo centenário revela a intenção de reviver os áureos tempos do Império português. Nas palavras de Fernando Catroga *et al*., "o que estava em causa era a realização de um espetáculo cívico capaz de convencer que era real a ilusão que representava (a grandeza do Portugal Imperial)"[146]. O historiador português é especialmente feliz ao descrever o mal oculto autoelogio do regime presente nessas evocações: "o salazarismo acabava por perseguir os objetivos característicos da evocação historicista do passado: este (ou certos aspectos dele) servia de fundamento e de lenitivo para as tarefas do presente"[147].

Em 27 de março de 1938, Oliveira Salazar anunciou, com pompa, a realização das comemorações centenárias. Relembrando que no ano seguinte, 1939, Portugal completaria oitocentos anos, contados desde a proclamação de D. Afonso Henriques como rei, afirma que 1940 representa, ainda, "o terceiro centenario da reafirmação, sollenemente selada com o sangue de muitas batalhas, da mesma independência"[148]. A evocação do passado singular do povo português transparece nas palavras do Presidente do Conselho de Ministros, que, à época, mal oculta sua concepção de

[143] Apud idem, p. 247.
[144] Idem, pp. 247-8.
[145] Idem, p. 248
[146] CATROGA, Fernando; TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado. *História da História de Portugal – sécs. XIX-XX*, v. 2. Lisboa: Temas & Debates, 1998, p. 268.
[147] Idem, p. 265.
[148] Nota de Oliveira Salazar: in "O Século", de 27 de março de 1938. AHI Lata 542.6 (88) Maço 34-256

superioridade da raça portuguesa, responsável por obra monumental que "nem a confusão de raças" fora capaz de minar:

> Ter oito séculos de idade é caso raro ou unico na Europa e em todo o mundo, sobretudo se para a definição da identidade política se exigir o mesmo povo, a mesma Nação, o mesmo Estado. Quasi dêsde o principio, com o esfôrço dos primeiros reis, ficaram definidas e fixadas na peninsula iberica as nossas fronteiras. Guerras, muitas; mas nem invasão ou confusão de raças, nem anexações de territórios, nem substituição de casas reinantes, nem variação de fronteiras: do primeiro ao ultimo os proprios chefes tinham nas veias o mesmo sangue português[149].

Igualmente significativo do espírito que guiava as comemorações é a menção de Salazar ao português a um só tempo "soldado", "missionário", "explorador", "descobridor" e "portador de uma doutrina e de uma civilização". A tolerância enquanto valor intrínseco do português conforme defendido por Freyre ainda não está presente:

> Liberto de todas as perturbações da Europa donde foram surgindo uns após outros os Estados modernos, Portugal viu nascer muitos, juntarem-se ou desmembrarem-se alguns, desaparecerem uns tantos. A todos sobreviveu e não no apagamento do olvido mas realizando através dos seculos da sua existencia uma das obras mais vastas e valiosas para o património colectivo da humanidade de que algum povo se poderá ufanar. Isto é, não durou porque se furtou a viver: durou porque viveu – a vida intensa do soldado, do trabalhador da terra, do explorador do mar, do descobridor, do missionário, do portador duma doutrina e duma civilização.

O presidente Salazar, em texto publicado no jornal "O Século", em 27 de março de 1938, expôs o primeiro esboço de como as referidas comemorações seriam organizadas. Anunciou uma série de iniciativas que vão desde benfeitorias nas principais cidades portuguesas – o Presidente do Conselho anunciou um conjunto amplo de obras, restauros e reformas como forma de afirmar o "espírito realizador" do português[150] – até um

[149] Nota de Oliveira Salazar: in "O Século", de 27 de março de 1938. AHI Lata 542.6 (88) Maço 34-256

[150] O ditador anunciou, na ocasião, o seguinte conjunto de obras: "(a) Acabamento das obras de

esboço propriamente dito dos festejos previstos para o ano seguinte. Salazar cogitou roteiro para as comemorações que incluísse: (a) uma Grande Exposição Histórica do Mundo Português; (b) uma Exposição de Arte Portuguesa; (c) uma Grande Exposição Etnográfica; (d) uma Grande Exposição do Estado Novo; e (e) pequenas exposições a cargo de governos locais[151].

O Presidente estimulou, ainda, a realização de congressos, dentre os quais destacou

restauração do palácio, jardim e parque de Queluz; (b) acabamento da Casa da Moeda; (c) as obras do anexo do Museu das Janelas Verdes; (d) construção de autoestrada para Cascais; (e) construção do Estádio; (f) libertação definitiva da Torre de Belém – "ninguém compreenderia que ao realizarem-se comemorações de datas de tão grande significado na nossa História, e quando exactamente por meio delas se procura exaltar o valor da raça e o seu esfôrço mundial, aquele belissimo monumento não esteja livre da aviltante vizinhança que há perto de meio século o enodôa"; (g) conclusão das obras no palácio de São Bento e urbanização da região; (h) resolução do problema do Parque Eduardo VII e construção de um Palácio de Exposições; (i) reparações necessárias no Teatro São Carlos; (j) avanços no parque florestal de Monsanto e arborização da encosta marginal do Tejo; (k) início da construção dos novos Hospitais-Escolares, de tal modo "que pelo menos se visione a grandeza da obra"; (l) impulso nas obras de novos bairros econômicos, "de modo que se possam fazer desaparecer os bairros miseráveis que cercam Lisboa"; (m) ligação por rádio de Lisboa com o "seu Império", com o objetivo de, "durante as festas e depois a partir delas todos os dominios ultramarinos possam seguir em cada momento as manifestações espirituais da Mãe-Pátria". AHI Lata 664, Maço 9884.

[151] O roteiro mencionado é o seguinte: 1º. a Grande Exposição Histórica do Mundo Português, uma "imposição natural", "dada a índole das comemorações". Salazar afirma que "o local poderia ser os terrenos vagos da Junqueira até Belém, já nessa altura certamente do Estado e da Camara Municipal; os fins da Exposição são apresentar uma síntese da nossa acção civilizadora, da nossa acção na História do mundo, mostrar por assim dizer todas as pégadas [sic] e vestigios de Portugal no globo". 2º "Exposição de Arte Portuguesa, que deverá, na parte relativa á pintura, restringir-se aos primitivos. Na parte decorativa acessoria poderiam figurar obras de outras épocas. Os trabalhos de restauração a começar imediatamente poriam em estado de ser expostos polípticos e tábuas, que, no conjunto, seriam uma atentica [sic] revelação para nacionais e estrangeiros. O local poderá ser o anexo ao Museu de Arte Antiga". 3º "Grande Exposição Etnográfica, na Tapada da Ajuda. Tentar-se-ia a reprodução da arquitectura caracteristica de cada uma das 21 provincias portuguesas, de áquem e de além-mar, em casa onde os habitantes, com indumentária própria, reproduzissem os usos e costumes das suas regiões". 4º "Grande Exposição do Estado Novo, na qual se procuraria mostrar tudo quanto o Estado Novo tem feito, desde a sua estrutura e organica até á obra de renovação e de ressurgimento moral e material, o que está realizado e a projecção no futuro". 5º "Julga-se que, por iniciativa de sub-comissões da provincia ou de outros organismos competentes, poderiam ainda realizar-se pequenas exposições acessórias e locais, como, por exemplo, uma de ourivesaria em Coimbra; outra, de barroco, no Porto, etc." Cf. AHI Lata 664, Maço 9884.

> apenas um Congresso do Mundo Português, ao qual é de esperar concorram eminentes vultos de ciencia estrangeiros, com os seus materiais e trabalhos de investigação relacionados com a nossa História. E numa das secções dêste Congresso, onde se tratasse de politica indigena e de colonização, poderiam ser versados com interêsse internacional problemas da maior oportunidade.

O chefe de governo português favoreceu, ainda, a realização de cortejos, festas, manifestações patrióticas e cívicas, alegando que as datas históricas e feriados deveriam ser festejados com especial entusiasmo nos anos de 1939 e 1940[152].

As comemorações centenárias ocorreram de 2 de junho a 2 de dezembro de 1940. Em seu formato definitivo, envolviam três "'peças centrais': uma, o Congresso do Mundo Português (subdivididos em nove congressos especiais), foi pensada para ser 'o seu sexto augusto'; outra, a Exposição Histórica do Mundo Português, pretendeu representar as suas 'ilustrações sumptuosas'; a terceira, o Cortejo do Mundo Português, tentou criar, através de 'imagens que marcham', a síntese expressiva, deslumbrante e móvel de oito séculos de existência nacional"[153].

O Congresso do Mundo Português trouxe, em sua concepção, um conjunto de congressos menores, em total de nove, cada qual sobre um período específico da história portuguesa, sendo o sétimo deles o Congresso luso-brasileiro de História. A participação do Brasil no Congresso foi de destaque, como de resto nas comemorações em geral – conforme será visto no item 7, a seguir. Por ora, basta salientar que foi formada uma Comissão de Honra do Congresso do Mundo Português, de que faziam parte o Presidente de Portugal, o Presidente do Brasil, o Cardeal Patriarca de Lisboa, o Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, Presidente do Conselho de Ministros de Portugal e diversas outras autoridades portuguesas e brasileiras.

---

[152] Disse ele: "parece ainda que dois grandes cortejos podem ser tentados com êxito: 1º. em Lisboa, um cortejo do Mundo Português, por assim dizer apoteose da Exposição e do Congresso do mesmo nome; 2º. no Porto, grande cortejo do trabalho em Maio de 1940, onde desfilariam representantes de todas as actividades economicas nacionais, sindicatos, grémios, casas do povo, etc.. continuando-se a tradição já estabelecida nos ultimos anos e realizando-se um mais larga escala, o que já se fez em Braga, Barcelos, Guimarães e êste ano se projecta em Viana de Castelo". Cf. Idem.

[153] CATROGA et. al., cit., p. 269.

Salazar pretendia que "eminentes vultos da ciência" estrangeiros viessem prestigiar as reuniões, em assuntos relativos à história portuguesa, além de prever uma seção "onde se tratasse de politica indigena e de colonização", ocasião em que esses assuntos "poderiam ser versados com interêsse internacional problemas da maior oportunidade"[154]. Na definição do chefe de governo luso, "O Congresso do Mundo Português é o congresso da História de Portugal"[155]. As reuniões ocorreram nas três cidades universitárias portuguesas (Coimbra, Lisboa e Porto), tendo sido inaugurado o Congresso no dia 1º de julho de 1940[156].

Mais que isso, como afirma o historiador português Fernando Catroga, "quer na estratégia subjacente às produções simbólicas, quer nos seus enquadramentos discursivos, tudo se conjugava para fazer das comemorações a consagração do regime enquanto expressão última da nossa história". O regime era apresentado como o ponto de chegada, e Salazar representaria a síntese da lusitanidade em seu mais alto grau – "o seu próprio perfil desenharia o mapa de Portugal". O mandatário português emergia das festividades como a personificação das virtudes de uma raça:

> Mendes Correia, no discurso inaugural do I Congresso do Mundo Português (4 de julho de 1940), isto é, num areópago que se dizia científico, ousava afirmar que, se Viriato abriu 'o ciclo dos chefes gloriosos', o novo ciclo refundador tinha, 'perante o mundo alanceado e atónito', 'como alma e serena encarnação lusitana, outro português da Beira, expressão das virtudes perenes duma ***Raça***, vivificada pela chama da fé em valores espirituais e nos destinos sagrados da Pátria'[157].

Verifica-se, ainda, já nesta época, que se realçou o caráter religioso da experiência portuguesa, de forma algo distinta do que viria a ocorrer após a influência de Gilberto Freyre. O autor pernambucano e seus seguidores procurarão demonstrar que a experiência portuguesa foi universalista; este universalismo adviria da missão cristã do português, que espalhou pelo mundo o princípio fundamental da igualdade do gênero humano.

[154] Cf. AHI Lata 664, Maço 9884.
[155] Idem.
[156] Composição do Congresso: v. Anexo I.
[157] CATROGA, cit., p. 271.

Nesta primeira fase, a religião aparece mais como missão outorgada pela Santa Sé e com contornos mais conservadores.

Nesses "templos imemoriais", Portugal era reproduzido da seguinte maneira: (i) relativamente ao passado, Portugal, titular das responsabilidades inerentes a um povo pioneiro, destemido e dotado de uma história de glórias e inovações, teria uma missão civilizadora que se expressaria por meio da conquista territorial e da catequese católica; todos tornar-se-iam portugueses e fiéis à Pátria após convertidos em tementes a Deus e à Igreja e adeptos do ideal familiar católico e português; (ii) o presente (década de 1930 e início da década de 1940) seria etapa especialmente fecunda desse processo civilizador; nesse estágio, a Família, uma das bases do salazarismo, era praticado na vida privada e na vida pública, pairando o Presidente do Conselho como um *pater familias* sobre os seus filhos protegidos, a nação portuguesa; (iii) o êxito futuro dependeria da defesa desse legado histórico e da adesão aos valores maiores da civilização portuguesa; e (iv) o paradigma etnocêntrico ainda desempenhava um papel que vinha sendo gradativamente abandonado; de toda sorte, o elogio da mestiçagem não está, ainda, presente.

O regime salazarista é apresentado como o futuro, ou ao menos o guardião do futuro. Apenas ele seria capaz de projetar o esplendor *anteacto* em esperanças *a posteriori*. Esse formato de nacionalismo, de todo conhecido, não suportaria a queda do nazi-fascismo na Segunda Guerra Mundial e a onda humanitária e anticolonialista que a sucederam. Como afirma João Medina,

> outro ciclo do pensamento justificativo do nosso colonialismo [o português] se seguiria, em larga medida adaptado ao novo condicionamento mundial posterior ao fim da Segunda Guerra. (...) recorreu a Ditadura portuguesa a uma formulação ideológica mais sofisticada, agora com o tão útil e oportuno suporte achado na colaboração prestigiante, activa e politicamente assumida por parte do sociólogo Gilberto Freyre[158].

[158] MEDINA, *op. cit.*, p. 49.

1.7. Brasil, árvore transplantada: o encontro de Portugal e "a sua mais extraordinária realização"

O Brasil prestou-se ao papel de desmentido histórico da suposta inépcia portuguesa para o desenvolvimento e o progresso. Desde o Estado Novo, no Brasil, o País fornecia o que se considerava exemplo cabal do talento português na arte de colonizar. Em um primeiro momento, por ser, como consequência direta da ancestralidade lusitana, um país moderno, desenvolvido, organizado, merecedor de admiração e digno de exaltação; em um segundo momento, por ser tudo isso e, mais especialmente, um monumento à concórdia racial. Bajulação que não era meramente figurativa e ocultava intercâmbio de posições políticas que pode, certamente, ser qualificado como vantajoso a Portugal: a variável portuguesa, concreta e mensurável, a defesa do colonialismo português; a brasileira, uma abstrata e difusa promoção do "Brasil moderno".

A consequência direta dessa mútua adulação foi o conveniente abandono de referências históricas ao período republicano em Portugal, pleno de "desordem" na visão dos asseclas de Salazar, e da República Velha no Brasil, expressão de uma política de favorecimentos e de um federalismo descentralizado cuja dissolução foi obra de Vargas. Esse é um aspecto significativo do espírito que guiou o relacionamento entre o Brasil e sua ex-metrópole em todo o período estudado, de forma geral, e a participação brasileira nas comemorações centenárias, em particular.

Bom exemplo é o recorte do jornal "O Século", com texto intitulado "O Brasil e a questão colonial", enviado em 15 de maio de 1936 pela Embaixada brasileira em Portugal à Secretaria de Estado[159], dando conta da repercussão no Brasil das pretensões alemãs, acalentadas por políticos ingleses entre os quais Lloyd George, de reaver possessões coloniais. No artigo, o Brasil é apresentado – citando, para tanto, inclusive o Ministro de Estado Macedo Soares – como o exemplar mais bem acabado da colonização portuguesa:

> No Brasil, que é o florão mais precioso da grande Colonização Portuguesa; no Brasil, que é hoje não só um grande Estado em extensão, mas uma das

[159] Correspondência nº 115, de 15 de maio de 1936, da Embaixada em Lisboa para a Secretaria de Estado, recebida em 06 de junho de 1946.

> potencias com que é preciso contar da resolução dos problemas que ao mundo interessam; no Brasil, que é o melhor documento, o mais largo e sugestivo, de que as divisões geográficas e os concertos políticos não definem as raças, porque é a língua comum e o pensamento igual que as comandam – a campanha contra a integridade do Império Português deu pretexto a notáveis afirmações de homens eminentes que representam a mentalidade e a política brasileira contemporânea; afirmações que envolvem a melhor consagração da obra dos portugueses em todo o mundo.

O mesmo artigo menciona textos e declarações do embaixador de Portugal no Brasil, Professor Martinho Nobre de Melo e de Afrânio de Melo Franco, antigo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, para quem "Portugal e Brasil devem constituir um só Estado, cuja lei suprema não será obra de legisladores e de governos, mais [sic] sim a expressão da força imanente da raça e imperativo absoluto do espírito e da consciência colectiva dos dois povos – espírito e consciência que são eternos em sua unidade". O chanceler José Carlos Macedo Soares é também mencionado como entusiasta da ideia. O periódico português reproduz as seguintes palavras publicadas no Diário de Notícias do Rio de Janeiro: "O Brasil, dentro de seu destino americano, é a obra máxima de Portugal, e, na formação étnica como na espiritual, recebemos a herança do grande povo, que deu ao mundo as contribuições inestimáveis do seu gênio político, militar e estético".

O jornal Gazeta de Notícias, "um dos mais antigos e melhores jornais do Brasil", segundo "O Século", publicou artigo corroborando a defesa do colonialismo português feita pelo embaixador português, e afirma:

> o problema da conservação do império colonial português, mesmo posto de lado, o que seria absurdo, o aspecto sentimental, o prestigio de nossa língua e da nossa raça, é um problema nitidamente luso-brasileiro e da mais alta transcendência. Concorrendo, por conseguinte, para preservar o império colonial lusitano, o Brasil defende um patrimônio comum, que pertence a ambos os povos, por amor cultural, com obrigação étnica e por dever histórico.

Após mencionar opiniões semelhantes de Assis Chateaubriand, o artigo arremata, com ironia: "O interesse que o problema despertou no

Brasil é consolador. Quasi que podíamos agradecer ao sr. Lloyd George o pretexto, que nos deu, de se criar um mais estreito entendimento entre Portugal e o Brasil".

Nuno Simões, ex-ministro de Estado de Portugal, publicou, em 28 de setembro de 1935, artigo no jornal "O Primeiro de Janeiro", do Porto, intitulado "O Brasil, amigo da hora incerta", em que exalta o apoio brasileiro contra "o boato dos conluios internacionais contra a nossa integridade territorial". "Uma imprensa houve que, pode-se dizer, unanimemente e exprimindo um pensamento e um sentimento coletivos, se pos clara e decididamente ao nosso lado na hora incerta (...). Refiro-me à imprensa brasileira", escreveu o autor. Caracterizando o Brasil como "a obra prima da colonisação portuguesa", Simões afirma que a imprensa brasileira soube captar não apenas o "nobre sentimento de fraternidade" e "pensamento elevado de justiça moral", mas também os interesses futuros do Brasil. Segundo o autor, o Brasil, herdeiro de "compreensão e construção pacífica e jurídica", poderia ser prejudicado com o surgimento, do outro lado do Atlântico, de país com semelhantes características. Para ele, "o próprio interesse moral e político futuro do Brasil (...) não pode ser indiferente a que na outra margem do Atlântico Sul se continue a construir uma nova grande nação de língua portuguesa e de índole cristã e pacífica".

Não foi modesta a participação do Brasil nas comemorações centenárias nem o papel atribuído ao País nas festividades. O Governo de Salazar conferiu grande importância à incorporação do Brasil nos festejos, ao qual pediu que ajudasse Portugal a "fazer as honras da casa"[160]. Nas palavras de Oliveira Salazar:

[160] O assunto é mencionado em documento com o título "Bases de um programa de participação do Brasil nas Comemorações Centenárias", elaborado por Heitor Lyra, em 12 de abril de 1939: "o Senhor Oliveira Salazar traduziu pelas seguintes palavras a natureza da participação do Brasil: 'ajudar a fazer as honras da casa portuguesa'". AHI, Lata 664, Maço 9884. Salazar, de fato, afirmara: "Eis algumas das razões por que havemos de pedir ao Brasil que venha a Portugal no momento em que festejarmos os nossos 800 anos de idade, ajudar-nos a fazer as honras da casa; que erga o seu padrão de Historia ao lado do nosso; que não seja apenas nosso hóspede de honra, mas, como da família, a par de nós acolha as homenagens que o mundo nos deve e nos trará nessa ocasião; que nos mande, no maior numero, os mais egrégios dos seus filhos, em romagem patriotica e civica". Cf. Nota de Oliveira Salazar, in "O Seculo", de 27 de março de 1938, AHI Volume 25-4-12.

> Ao Brasil é devida referencia especial, pois, seja qual fôr a parte que nas comemorações centenarias queiram amavelmente tomas os outros Estados, não podemos dispensar na gloriosa festa a presença, a participação, o concurso permanente e activo do Brasil. A Historia dos dois povos é comum a ambos até ao alvorecer do seculo XIX; e quando os dois reinos se separaram, fizeram-no em termos que não têm precedentes na Historia tem precedentes na Historia[161].

O Presidente Getúlio Vargas aceitou o convite, e copresidiu as solenidades. O fato rendeu-lhe a mais alta condecoração do Governo português: a Banda das Três Ordens, que jamais fora concedida a um Chefe de Estado estrangeiro[162]. Mas Salazar vai além: entrega ao

---

[161] Nota de Oliveira Salazar, in "O Seculo", de 27 de março de 1938, AHI Volume 25-4-12. Também: SALAZAR, António de Oliveira, *Antologia*, Coimbra, Coimbra Editora, 1966, p. 330. A referida "Nota" é o documento fundamental de lançamento das comemorações e, em deferência ao Brasil, Salazar deu conhecimento antecipado dele ao Embaixador Araújo Jorge, conforme reza o telegrama número 89, de Araújo Jorge para Oswaldo Aranha, em 27 de março de 1938: "O Dr. Oliveira Salazar, num requinte de gentileza, convocou-me especialmente hontem á noite na Presidencia do Conselho, no Palacio de S. Bento, para dar-me leitura antecipada das expressivas palavras consagradas ao Brasil naquele documento [sobre as comemorações projetadas para o duplo centenário]".

[162] Comunicação de Martinho Nobre de Mello para Oswaldo Aranha, de 03 de dezembro de 1940, Protocolo 15827, in AHI Lata 664, Maço 9884:

"Excelentíssimo Senhor Dr. Getúlio Vargas,

Ilustre Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil,

Ao agradecer a Vossa Excelência a honra de presidir á solenidade do encerramento das Comemorações Centenárias da Fundação e da Restauração da Nação Portuguesa, tenho a grande satisfação de comunicar a Vossa Excelência que Sua Excelência, o General António Oscar de Fragoso Carmona, Presidente da República Portuguesa, conferiu a Vossa Excelência a Banda das Três Ordens ou sejam as Ordens Militares de São Thiago da Espada, de Cristo e de Avis.

Com êste acto o meu Governo infringe as regras estabelecidas, e aliás rigidamente respeitadas pelo Estado Novo, para a atribuição de condecorações aos Chefes de Estado estrangeiros que, por norma, só devem ser, tratando-se de formas de govêrno republicanas, ou de principes de sangue, a Grã-Cruz da Torre e Espada e, quando muito, a Banda das Duas Ordens.

Atendendo porém aos altos méritos de Vossa Excelência;

Atendendo ao actual estado de relações de verdadeira fraternidade existentes entre os nossos dois países;

Atendendo á especial cooperação que o Governo Brasileiro quiz tomar nas comemorações dos nossos Centenários dando pública fé de eles serem tanto de Portugal como do Brasil;

Atendendo aos repetidos actos e declarações de sincera amisade pela Nação portuguesa que Vossa Excelência vem fazendo no exercício do seu alto cargo;

Atendendo finalmente ao presente momento, excepcional e soleníssimo, em que um Chefe de

Brasil as chaves do futuro da lusitanidade e outorga ao Brasil, um "quase-continente", a responsabilidade pela manutenção das tradições portuguesas, de que é legítimo herdeiro e à luz das quais tanto orgulharia a ex-metrópole. De fato, a tendência de apresentar o Brasil, mais uma vez, como a extraordinária realização do povo português é evidente:

> A atitude constante de Portugal para com o Brasil, desde o dia da nossa bifurcação no vasto mundo, é a de terna e carinhosa solidariedade. Orgulhamo-nos tão naturalmente de quanto empreenderam os nossos antepassados, como do que fizeram e têm de fazer os nossos descendentes. A nossa lingua é a sua lingua, e enquanto Portugal continental é estreita nesga de terra na Europa onde nunca poderão caber senão escassos milhões de almas, o Brasil é quasi um continente, um mundo novo, e dêle jorrarão pelos seculos adiante torrentes de humanidade em cujas mãos estará bem entregue o tesouro das tradições de que hão-de ser herdeiros, em sagrada partilha connosco. (...)
>
> Não nos deteremos a precisar a forma a que aspiramos da colaboração brasileira nos centenarios de 1939-1940. Queremos que o encontro dos nossos povos seja então efectivo e intenso como nunca foi; e que o mundo

---

Estado da Nação Brasileira vem encerrar nesta Embaixada, ou seja em terra portuguesa, as comemorações dos Centenários que assim ficam definitivamente incorporados ao patrimônio histórico comum de nossa raça;

Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa, o General António Oscar de Fragoso Carmona, decidiu honrar com aquela altíssima distinção a pessoa do Presidente da República Brasileira, e em Vossa Excelência, o Senhor Dr. Getúlio Vargas, a todo o povo da Nação irmã.

Estou ainda incumbido por Sua Excelência o Dr. António de Oliveira Salazar, Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, de comunicar a Vossa Excelência que oportunamente o Governo português fará entrega a Vossa Excelência das insígnias da Banda das Três Ordens, com a solenidade que é de uso para tão relevante distinção".

Em retribuição, foi concedida condecoração equivalente ao Presidente Carmona: o número Um do Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Cf. Carta de Getúlio Vargas ao General António Oscar de Fragoso Carmona, Presidente da República Portuguesa:

"Grande e Bom Amigo,

No intuito de testemunhar a Vossa Excelência mais uma vez os sentimentos da minha leal amizade e, no momento em que a nobre Nação Portuguesa comemora os dois mais altos centenários da sua gloriosa história, querendo dar uma prova do elevado aprêço em que tenho as relações amistosas que sempre existiram entre os nossos dois países, relações de consaguinidade, de comunhão histórica, de identidade de língua, de religião e sentimentos, é para mim motivo de profunda satisfação conferir a Vossa Excelência a mais alta insígnia das Ordens Honoríficas Brasileiras: o número Um do Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. (...) Getúlio Vargas".

> seja testemunha do que é o Brasil na Historia portuguesa – uma das suas páginas mais belas e a sua mais extraordinaria realização, e do que é Portugal para o Brasil – a fonte inicial da sua vida, a Pátria da propria Pátria.[163]

A atitude de Portugal em relação ao Brasil é, como se pode ver, uma atitude de Portugal em relação a si próprio. Quer mais significar que a pequena nesga de terra lusa é capaz de grandes feitos do que, propriamente, um ato de deferência a sua "obra". As raízes lusitanas, fundamentais, aparecem como *raison d'être* do Brasil em todas as suas qualidades. Essas raízes ter-se-iam mantido íntegras, permitindo ao brasileiro ser portador legítimo da cultura portuguesa:

> Eis effectivamente o que desde logo caracteriza o phenomeno brasileiro: arrancados do solo natal os portuguezes do povoamento transplantaram-se com as suas raízes integras para o solo da America. Os resultados foram admiráveis: mas acentue-se que não se trata de desenraizados, de cosmopolitas vagabundos que perdem a sua patria de origem e não reencontram nenhuma outra. As raizes com que os portuguezes se transplantaram eram de ordem demographica e cultural: para o Brasil as trouxeram, no Brasil as enterraram, regando-as com o suor do seu esforço épico e o seu proprio sangue. (...) O influxo da terra é primordial. Spengler insiste na sua importancia definitiva. (...) Tambem Boas mostrou que os filhos dos judeus sicilianos com cabeças compridas e os filhos dos judeus allemães com cabeças curtas nascem na America com a mesma fórma craneana[164].

[163] Nota de Oliveira Salazar, in "O Seculo", de 27 de março de 1938, AHI Volume 25-4-12. Também: SALAZAR, António de Oliveira, *Antologia*, Coimbra, Coimbra Editora, 1966, p. 330.

[164] Conferência do Prof. Martinho Nobre de Mello, Embaixador de Portugal, na Biblioteca do Itamaraty, sob os auspícios do Serviço de Cooperação Intelectual do Ministério das Relações Exteriores. O Embaixador Nobre de Mello reconhece a importância das influências africana e indígena na formação cultural brasileira, fatores capazes de conferir-lhe autonomia. Frisa, contudo, a preponderância da matriz portuguesa. O autor é, ainda, bastante afeito ao paradigma racial: embora o tema de sua palestra seja "cultura", busca sempre dar contorno fisiológico a suas argumentações. Afirma ele, ainda, que "No caso da arvore lusa transplantada ainda concorreram outros factores typicos: os enxertos indios e africano. Accentuo isto porque: tratando eu hoje de intercambio cultural, não seria elle possivel se não tivessemos em face de nós dois termos, dois povos, absolutamente distinctos e autonomos, para uma reciproca interpenetração. (...) O Brasil é já hoje um ente racial perfeitamente constituído com um fundo essencial e intransformavel e o seu *processus* especifico de desenvolvimento". Cf. AHI Lata 542.6 Maço 34-256.

A atitude do Brasil em relação a Portugal, por seu turno, pode ser caracterizada menos como uma atitude favorável de Estado a Estado, e mais como a atitude positiva de um regime em relação a outro. Vargas interessou-se pelo entendimento diplomático Brasil-Portugal, que carrega ares de verdadeiro projeto historiográfico com vistas a reescrever a história comum, apresentando os dois regimes como seu ponto culminante, como uma forma de defesa de seu governo e do Estado Novo português, com o qual mantinha identificação. As palavras do ditador brasileiro se referem menos a Portugal e mais a seus líderes e ao momento favorável por que passava a economia e a vida política portuguesas. De fato, as palavras de Vargas sobre Portugal e Salazar podem até ser interpretadas como também palavras sobre o Brasil e si próprio:

> Excelentíssimo Senhor General Antonio Oscar de Fragoso Carmona,
> Presidente da República Portuguesa
> Tenho a honra de acusar o recebimento da carta de Vossa Excelência, trazida pelo General Francisco José Pinto, meu Embaixador Especial às festas centenárias de Portugal.
> Devo reafirmar a Vossa Excelência que, participando dessas Comemorações, o Brasil e o seu Govêrno quizeram testemunhar a Portugal os seus sinceros sentimentos de sólida e fraternal solidariedade.
> Do meu enviado, por todos os títulos habilitado a representar o Brasil, ouví comovida a minuciosa descrição das cerimônias realizadas, que bem demonstraram o vigor da Nacionalidade e o carinho pelas suas gloriosas tradições.
> Foram, também, das mais lisongeiras para Portugal as referências do General Francisco José Pinto à obras de reconstrução nacional empreendida por Vossa Excelência, bem reveladora do alto descortínio dos estadistas portugueses, durante oito séculos de Independência, e agora reafirmado com o verdadeiro renascimento espiritual, político e econômico da Nação Portuguesa (...).
> Getúlio Vargas[165].

[165] Despacho telegráfico número 43, de 21 de Setembro de 1940, de José Carlos Macedo Soares, Ministro de Estado interino, para Arthur Guimarães de Araújo Jorge, Embaixador do Brasil em Lisboa. AHI Lata 664, Maço 9884.

A missão brasileira[166] que, sob a presidência do General Francisco José Pinto, cooperou com o Itamaraty na organização da representação do Brasil às Comemorações Centenárias elaborou projeto de participação do Brasil nas solenidades, posteriormente aprovado com modificações de pouca monta, em que se previa a criação de uma Embaixada Especial, com vistas a garantir que o Brasil participaria de todas as cerimônias[167].

A recepção à delegação do Brasil às Comemorações não deixou de apresentar toques de forte conteúdo simbólico. Uma de suas primeiras tarefas foi a de prestar visita e, segundo os presentes, comovedora homenagem ao coração de D. Pedro I, preservado, em álcool, na Igreja da Lapa, na cidade do Porto[168].

---

[166] Caio de Mello Franco, Abelardo Bretanha Bueno do Prado, Heitor Lyra, Major Francisco Affonso de Carvalho, Capitão de Fragata Didio Yratim A. da Costa, Oswaldo Orico, Rodrigo M. F. De Andrade e Antonio Augusto de Lima Junior. Memorandum de Caio de Mello Franco para o Senhor Ministro de Estado Oswaldo Aranha, de 8 de novembro de 1939. Centro de Documentação do Itamaraty, Brasília. Maço com expedientes sobre Portugal, sem numeração.

[167] Em detalhes, foi a seguinte a participação do Brasil nas Comemorações: "(a) o Brasil tomará parte direta em todos os itens do programa organizado pela Comissão Executiva de Lisboa, dando sua presença e colaboração a todas as solenidades, Congressos e Exposições culturais e econômicas. (b) O Brasil estará presente às solenidades de 1940, representado por uma Embaixada Especial que acompanhará todas as cerimônias cívicas. (c) Organizará delegações dos Congressos culturais e científicos que se relacionarem com as comemorações centenárias de 1940. (d) Uma divisão de navios de guerra brasileiros ficará fundada no Tejo por ocasião do início das cerimônias de Guimarães, de Braga e de Lisboa. (e) Transportes de guerra da Marinha conduzirão contingentes militares brasileiros para o desfile em Lisboa. (f) Serão publicadas numerosas obras históricas pelo Govêrno brasileiro, relacionadas com a formação e evolução brasileiras. (g) O Brasil fará uma grande Exposição em Lisboa, abrangendo, tanto quanto possível, todos os seus aspectos culturais. Quanto ao que se refere propriamente à participação do Brasil na execução das obras dos Pavilhões, o Govêrno português nos fez saber que o nosso país teria um pavilhão fazendo parte de um grande Palácio de 164 metros de comprimento, colocado à direita dos Jerônimos e que constituiria, juntamente com aquele Mosteiro e o Pavilhão de honra de Lisboa, um corpo central. Além disso, haveria no logar de honra da Exposição uma outra ala com Palácios dedicados aos portugueses no mundo, seguido de dois corpos extremos: do lado do Tejo, o Palácio de Portugal 1940; do lado dos Jerônimos, o do Brasil Atual". AHI Lata 664, Maço 9884.

[168] Descrição detalhada da visita à víscera real foi feita pelo Cônsul-Geral no Porto. Cf. Telegrama número 150 do Consulado-Geral no Porto para Oswaldo Aranha, AHI Lata 664, Maço 9884:

"Tenho a honra de acrescentar alguns detalhes à homenagem prestada [pela Embaixada Especial do Brasil às Comemorações Centenárias de Portugal], na Igreja da Lapa, ao coração do nosso primeiro Imperador, D. Pedro I, que foi, tambem, D. Pedro IV, Rei de Portugal.

2. Não tenho dúvida em dizer que, de todos os atos e cerimônias realisados, nessa ocasião, esta simples visita foi o mais comovedor, o que mais tocou os corações brasileiros.

A par da grandiosidade da participação do Brasil e de seu simbolismo, chama atenção a prioridade conferida, na participação brasileira, aos períodos colonial e imperial da história do País e às realizações do regime varguista, em detrimento da República Velha. É reveladora a estrutura da representação brasileira nas comemorações dos centenários nesse sentido. Compreendia duas seções diferentes: (i) o Pavilhão Brasileiro na Exposição do Mundo Português; e (ii) o Pavilhão do Brasil independente. No primeiro caso, as figuras do índio – com curiosa menção ao trabalho missionário "contemporâneo" que o governo Vargas levaria a cabo – e do bandeirante, bem como expressões artísticas como a de Aleijadinho são evocadas. A participação do Brasil no Pavilhão do Mundo Português compreendia:

a) Exposição etnográfica, relativa ao índio. Juntamente deverá ser apresentada a obra de catequese nos termos contemporâneos, com uma exibição missionária e dos trabalhos da Comissão Rondon;
b) Exposição de uma coleção de armas usadas no Brasil pelo colono, desde as primitivas; mapas das primeiras fortificações, alguns canhões históricos, etc. Coleção de moedas do Brasil colônia;
c) O bandeirismo paulista e o recúo do Meridiano;

(...) 11. O Sr. General Francisco José Pinto aproximou-se do escrínio mural, que fica ao lado direito da nave, e, com as pessôas que o acompanhavam, ficou alguns minutos contemplando a peça de granito primorosamente trabalhada, atrás da qual está guardado o coração do primeiro Imperador do Brasil. Depois, S. Exa. aproximou-se do muro e depositou na base do monumento funerário um rico ramo de flores.
12. Nessa ocasião, estavam já a póstos, por ordem da Irmandade da Lapa, vários operários com escadas e cordas para descerrar a lápide, operação que foi feita rápidamente, descobrindo-se o escrínio vedado por uma grade de ferro, de gracioso desenho.
13. Dentro dêsse escrínio, pousado em base de granito, vê-se um cofre de mogno fechado.
14. Havia 32 anos que êsse cofre não fôra aberto para exposição da nobre víscera real. A primeira e última vez fôra por ocasião da visita ao Porto, de D. Manuel II, Rei de Portugal, que manifestou o desejo de ver o coração de seu ilustre antepassado. Fóra dessa vez, a urna só fôra aberta para os exames médicos, sendo que o último foi feito em 1858, ou seja, há mais de 80 anos.
(...) 19. O General e os membros da sua comitiva curvaram-se piedosamente sôbre a urna e verificaram que o sagrado órgão estava intacto [em álcool], não exalando a urna de crista o mais leve cheiro, nem havendo sinal algum de deterioração".
Fez-se um minuto de silêncio, cronometrado pelo General Pinto, enquanto os militares brasileiros se perfilaram para prestar homenagem ao Imperador do Brasil.

d) Vistas de cidades e monumentos coloniais, bem como de peças de mobiliário antigo. Fachadas e retábulos de igrejas. Obras do Aleijadinho e de outros artistas coloniais;
e) Retratos de figuras mais ilustres do período colonial e painéis decorativos dos principais fatos militares da colonia (Guerras holandezas, Invasões francêsas, etc.); e
f) Exposição do Musêu Histórico, do Musêu do Ipiranga e do Instituto Histórico, sôbre assuntos coloniais[169].

O Pavilhão do Brasil Independente[170], tal como concebido, demonstra claramente a ênfase conferida à promoção do regime em vigor no País. Se "período contemporâneo" é merecedor de distinção na elaboração do plano de participação do Brasil, o republicano não recebe a mesma importância:

a) Inconfidência Mineira – Retratos e episódios;
b) D. João VI e os estadistas de sua época – Iconografia – Grande tela com o retrato do Visconde de Cairú;
c) Pedro I e a Independência;
d) O reinado de Pedro II – Guerra do Paraguái e Campanhas do Prata – Iconografia; e
e) A Abolição e a República – Iconografia.

[169] Anexo ao ofício número 10 da Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal de 13/06/1939. AHI Lata 664, Maço 9884.

[170] O *memorandum* número 32, de Martinho Nobre de Mello para Oswaldo Aranha, de 25 de maio de 1939, encaminha a Memória descritiva da área reservada ao Pavilhão do Brasil, que, como se vê, era de grandes proporções: "o Pavilhão do Brasil faz parte dum grande Palácio de 164 metros de comprimento, colocado á direita dos Jerónimos e que constitue, juntamente com êste Mosteiro e o Pavilhão de Honra de Lisboa, a Praça do Império. Êsse Palácio, construído no logar de honra da Exposição, compõe-se de um corpo central, dedicado aos 'portugueses no Mundo', e de dois corpos extremos: do lado do Tejo, o de 'Portugal 1940'; do lado dos Jerónimos, o do 'Brasil' actual. As duas Nações encontram-se assim em posição simétrica que as irmana em relação ao Presente e ao Passado de que o corpo central é uma evocação. (...) O Pavilhão do Brasil compõe-se, segundo se vê no 'croquis' junto, de um vestíbulo e de uma grande sala, além de pequenas dependências, que não vôa indicadas na planta, para serviços administrativos ou outros". AHI Lata 664, Maço 9884.

Período contemporâneo:

a) Saneamento e Saúde Pública – Exposição retrospectiva – Mapas, fotografias, gráficos e maquetes;
b) Instrução Pública – Mapas, fotografias, gráficos e maquete; e.
c) Resumo histórico e Estatísticas – Ensono e atividades. – Exposição de pintura e escultura – Exposição do Livro Brasileiro.

Transportes e comunicações:

a) Gráficos, fotografias e maquetes – Mapas das Estradas de Ferro, de rodagem e linhas aéreas – obras contra a seca – Portos e Navegação;
b) Exposição dos Correios e Telégrafos – Mapas e demonstrativos Broadcasting.

Agricultura e Produção Mineral:

a) Fotografias de regiões colonizaveis – Os curráis gaúchos – Os cafesáis de São Paulo – Algodoeiros e culturas principáis. Casas de colonos, etc. Cana de açúcar – Lavouras e Engenhos – O trigo no Brasil – A laranja – A borracha – O cacáu e as sementes oleaginosas;
b) Riquezas mineráis do Brasil – Mostruários e Estatísticas;
c) O petróleo e o carvão de pedra – O ferro – O manganês – O níquel – O ouro;
d) O comércio interior e exterior; e
e) A organisação do trabalho e a assistência social – Gráficos, mapas e fotografías.

O realce dado ao período Vargas, em desfavor da República Velha, não é ocultado; tampouco o é o caráter oficialista dedicada à participação brasileira: "além da exibição dos films preparados pelo D. N. P., deverão os Estados, para o mesmo fim, remeter seus próprios films demonstrativos da *ação civilizadora* e da organização do trabalho, bem como *serão distribuidas elucidativas da expansão e progresso do Brasil nos últimos dez anos (grifo nosso)*". De

resto, a obra seguiu os planos do primeiro esboço elaborado sobre o Pavilhão, por Heitor Lyra, em 12 de abril de 1939: "Deverá ter [o Pavilhão], como recheio, um pouco de tudo que é nosso – produção agrícola, industrial, cultural, as atividades dos Governos da União e dos Estados. Será, em suma, uma feira brasileira – matérias-primas, produtos manufaturados, estatísticas, objetos de arte, etc. etc.". O diplomata brasileiro confere ênfase à necessidade de concretizar o que apelidou "colaboração espiritual" entre os dois países, por meio da elaboração de livros, memórias, monografias escritas por brasileiros sobre assuntos da história comum de Brasil e Portugal, sugerindo que o Governo brasileiro estimulasse esse tipo de produção com prêmios.

Há, ainda, um aspecto a destacar a respeito do Pavilhão do Brasil: seu custeio. Heitor Lyra, ao elaborar o primeiro esboço da participação brasileira nas Comemorações, aduziu ao fato de que "em Lisbôa que o Senhor Oliveira Salazar está tão empenhado em que o Brasil tenha um pavilhão seu na Exposição, que se não nos resolvermos a construí-lo, Portugal o faria, oferecendo-nos, depois, o Pavilhão. Parece-me que mais vale, para nosso decôro, que construamos nós mesmos, êsse Pavilhão". Apesar do apelo de Lyra, o Brasil acabou por aceitar a gentileza portuguesa de construir o pavilhão, cujo projeto ficou a cargo do arquiteto português Raul Lino.

O destaque conferido à participação brasileira, compreensível principalmente à luz da proximidade dos regimes entre Portugal e Brasil, é revelador da estratégia de utilização do Brasil como uma evidência empírica do engenho português. Após a queda de Vargas, contudo, a aproximação não esmoreceu, especialmente no período Juscelino Kubitschek. Nesta segunda fase, Portugal é dominado pela sua luta em favor da manutenção de suas possessões ultramarinas, e o Brasil gradativamente vai adquirindo feições diferentes no discurso diplomático português: o de um exemplo de sociedade tolerante e multirracial, incorporando-se de forma mais abrangente o Lusotropicalismo de Gilberto Freyre.

Parte II
Do milagre, de volta ao absurdo

Se o nacionalismo salazarista, combinado ao Lusotropicalismo de Gilberto Freyre, operaram o milagre de justificar, com surpreendente eficácia, a manutenção do Ultramar sob domínio português, logo as contradições apareceram. As constatações de Freyre, pelas idealizações e mistificações que seus detratores apontaram, iludiam; não resistiam a uma observação empírica, e deveriam ser demolidas.

A Parte II busca apresentar, sumariamente, como Gilberto Freyre foi contestado por emancipacionistas africanos; como a realidade africana permitia concluir que as asserções freyreanas não se confirmavam; como o Lusotropicalismo foi instrumentalizado por Portugal em estratégia que contribuiu para o crescente isolamento do país; e como a política externa brasileira, a despeito do apoio tradicional a Portugal, deu demonstrações de incômodo em relação à posição adotada.

2.1. Gilberto Freyre contestado

Alguns dos mais proeminentes próceres da emancipação da África portuguesa foram também alguns dos mais acerbos críticos de Gilberto Freyre. Não se trata de coincidência. O Lusotropicalismo foi considerado instrumento eficaz de perpetuação do domínio português no Ultramar, fornecendo o fundamento para uma abordagem convincente para a

manutenção da unidade de um país presente há séculos na África e na Ásia.

Medina[171], em artigo paradigmático sobre a contestação a Gilberto Freyre promovida por autores, sobretudo africanos que lutavam pela descolonização, aponta que a primeira crítica ao sociólogo pernambucano parece ter sido feita por Mário Pinto de Andrade, em artigo chamado *Qu'est-ce que le "lusotropicalismo"?*, publicado na revista parisiense *Présence Africaine*, nº 4, em outubro/novembro de 1955. "Foi (...) este o intelectual angolano que, pela primeira vez, tomou a iniciativa de denunciar no lusotropicalismo freyriano o insustentável alibi do colonialismo luso em África"[172].

Pinto de Andrade nega veementemente o mito de Portugal como lugar livre de racismos e pluricontinental e multirracial por vocação. O "português colonizador, avesso ao racismo, eroticamente vocacionado a ligar-se sem quaisquer preconceitos racistas com índias e negras" será desconstruído, primeiramente, com números a demonstrar a composição populacional de Moçambique. As impressionantes cifras de 5.640.363 indígenas "não civilizados" contra apenas 4.349 "assimilados" demonstram que a elogiada mestiçagem era nada mais que um pretexto. O mesmo ocorre, demonstra o autor, em Guiné Bissau e Angola. O próprio estatuto do "assimilado" é criticado pelo autor angolano, como afirma Medina, *in verbis*:

> Como o sublinhara também André Julien na sua *Histoire de l'Afrique* (Paris, 1955), citada por Andrade, o que se observara na África portuguesa não fora a mestiçagem mas antes o *racismo*, uma vez que o estatuto do *assimilado* exigia que este só podia ser considerado tal se tivesse frequentado uma escola secundária ou comercial e falasse correntemente o português[173].

Pinto de Andrade refuta, ainda, o alegado cristianismo português como força indutora da mestiçagem. Se "o povo português seria 'o mais cristão dos colonizadores modernos nas suas relações com as gentes ditas inferiores, o mais transbordante de simpatia'", como afirmara

[171] MEDINA. *Gilberto...* cit., pp. 48 e ss.
[172] Idem, pp. 51-2.
[173] Idem, p. 53.

Freyre, "pergunta então Pinto de Andrade por que é que o tráfico negreiro praticado pelos lusos não encontrou qualquer objeção vinda desse mesmo cristianismo que diziam praticar, ou o *trabalho forçado* em Angola, Guiné, São Tomé e Moçambique"[174]. Disse o autor angolano: "'Não existe problema indígena nas colónias portuguesas na medida em que os negros são mantidos num estado próximo da servidão'"[175].

Em suma, o autor angolano afirma taxativamente que não apenas não houve um encontro de culturas, um "complexo cultural", mas uma relação de dominação entre uma cultura subordinada (a africana) e uma dominante (a portuguesa)[176]. Para Pinto de Andrade, o lusotropicalismo era uma "impostura velada", uma síntese do que representava sua teoria que tanto levou à justificação do brutal colonialismo português.

Amílcar Cabral, outro crítico de Gilberto Freyre, é também citado por Medina, em trecho que merece ser reproduzido:

> introduzindo às pressas alterações na Constituição portuguesa com o fim de escapar à obrigação das Nações Unidas, o colonialismo fascista de Portugal conseguiu, além disso, cortar todas as possibilidades de informação não oficial acerca das suas 'províncias ultramarinas'. Uma importante máquina de propaganda foi posta a funcionar com o fim de convencer a opinião internacional de que os nossos povos viviam no melhor dos mundos, que éramos portugueses felicíssimos e cujo único sofrimento seria a nostalgia da branca mãe-pátria separada pela fatalidade geográfica[177].

Prossegue o autor, responsabilizando diretamente Gilberto Freyre pela empreitada:

> todo um mito foi construído. E, como em todos os mitos, sobretudo quando se referem ao domínio e exploração dos povos, não faltam 'homens de ciência' entre os quais um sociólogo conhecido, para lhe dar uma base teórica: o lusotropicalismo. Gilberto Freyre, confundindo, talvez involuntariamente, realidades (ou necessidades) biológicas e realidades

[174] Idem, ibidem.
[175] Ibidem.
[176] Idem, p. 54.
[177] Idem, p. 54.

> sócio-económicas (históricas), fizera de todos nós, povos das colónias-províncias portuguesas, os felizes habitantes do paraíso lusotropical[178].

Baltasar Lopes, autor caboverdiano, é outro agudo crítico do colonialismo de matriz freyreana. Medina explica que

> aos microfones de Rádio Barlavento, de São Vicente, de 12 de maio a 23 de junho de 1956, Baltasar Lopes pronunciou uma série de seis palestras que iria publicar no mensário *Cabo Verde* (...) e por fim reunir em folheto, nesse mesmo ano, sob o título de *Cabo Verde Visto por Gilberto Freyre*. Afirmando que Freyre apenas "arranhou o litoral" da ilha em sua visita, incita-o a fazer mais que uma interpretação "não eivada da pressa jornalística"[179].

Lopes analisa diversas generalizações feitas por Gilberto Freyre sobre Cabo Verde – "caboverdiano é mais africano que português" – e alguns de seus aspectos – religião, artesanato, cultura, etc. – e as refuta uma a uma. Um resumo das criticas de Baltasar Lopes dá bem o tom não só da crítica em si, mas também do que representava a visita de Gilberto Freyre ao país: "o Messias desiludiu-nos".

2.2. O Lusotropicalismo e a realidade africana

O Lusotropicalismo foi aceito como argumento válido por diversos teóricos e mesmo por Governos. A política de Portugal em relação à África angariou muitos apoios com base no argumento lusotropicalista. É o caso de aliados como os Estados Unidos, o Reino Unido, a França e a Alemanha. Políticos estadunidenses como Dean Acheson, George Kennan, Almirante George Anderson e George Ball declararam apoio à política colonial portuguesa por crê-la um exemplo de tolerância racial. Em 1970, William Rogers, então Secretário de Estado nos Estados Unidos, afirmou ao Presidente Nixon que "the declared Portuguese policy of racial toleration is an important factor in this equation [of progress

[178] Ibidem.
[179] Idem, p. 57.

toward self-determination]. We think that this holds genuine hope for the future"[180].

Todavia, seus opositores arrolavam uma gama variada de argumentos para buscar comprovar a incorreção das afirmações de Gilberto Freyre. Segundo eles, Freyre nada mais fez do que outorgar um caráter místico à experiência colonial portuguesa, exploradora das riquezas dos territórios ocupados, desrespeitosa da dignidade dos colonizados e promotora da desigualdade racial[181]. Uma perversa fantasia, capaz de ocultar a realidade, seria o resultado da teoria freyreana sobre o mundo que português criou. Nas palavras de Ronald Segal,

> It is not enough that Portugal should retain her empire because she needs it economically; her government must claim that its rule is a service to mankind. This fantasy – that forced labour and political repression, illiteracy and starvation, are signposts of civilization – is one which it must be difficult for the governing families to believe. That they should expect Africans to believe it as well is grotesque[182].

Em geral, os críticos da atuação portuguesa nos trópicos argumentavam que uma análise, ainda que perfunctória, da realidade colonial desmontaria o que qualificam de "mito da concórdia racial e da

[180] Cf. BENDER, cit, pp. xxxii e xxxiii.

[181] Na síntese de BENDER, Whereas most Portuguese and many American and European statesmen accepted the validity of the lusotropical assertions of racial toleration in the colonies, a number of prominent black, mestiço and white Angolans condemned lusotropicalism as a cruel myth perpetrated to blind the world to the realities of racial oppression and exploitation. They particularly attacked the doctrines of Brazilian sociologist Gilberto Freyre – the 'father' of lusotropicalism – and those who endorsed his theories, for dwelling on interracial sexual liaisons while ignoring the basic economic and political facts. In the mid-1950s Mario Pinto de Andrade declared: 'Luso-tropicalism, not valid for explaining the formation of Brazil, is entirely false for the colonial circumstances in Africa. *Angola*...cit., p. xxiii. Para ele, o Lusotropicalismo nada mais era que um "myth that ignored the realities of racial arrogance, cultural genocide, human degradation, and exploitation." Idem, p. xxiv.

[182] SEGAL, Ronald. Prefácio editorial a DUFFY, James. *Portugal in Africa*. Baltimore: Penguin, 1962, p. 16. James DUFFY, igualmente, faz crítica ácida à instrumentalização do Lusotropicalismo em prol da política colonial portuguesa pelo Estado Novo, acusando a propaganda de atribuir caráter místico à colonização: "Certainly no Portuguese government has worked as diligently as Premier Salazar's *Estado Novo* – New State' in planning and publicizing its overseas policy and in creating a colonial mystique from the values of the past and the promises of the future." *Portugal in Africa*. Baltimore: Penguin, 1962, p. 149z.

interpenetração social" nas províncias ultramarinas. Para tanto, em geral arrolam, como argumentos:

a) a parca parcela da população nos territórios do Ultramar qualificados como "assimilados" ou "civilizados";
b) a pequena quantidade de mestiços na composição populacional e sua situação social relativamente desfavorável;
c) participação política e influência na administração pública dos colonos muito reduzidas, seja no Ultramar ou na Europa;
d) condições sociais adversas, com massacres e abusos praticados contra os colonos;
e) o caráter civilizador da colonização portuguesa se expressaria na instrumentalização de Portugal pela Igreja Católica para a catequização de fiéis.

O primeiro argumento se baseava na constatação de que, mesmo sob os critérios da legislação portuguesa, a pretensa assimilação do colonizado teria sido muito limitada. Durante boa parte do século XX, vigorou, no Ultramar, o chamado sistema do indigenato, segundo o qual a população da África portuguesa era dividida em duas categorias jurídicas: os indígenas (africanos não assimilados) e os não indígenas (brancos e africanos assimilados, negros ou mulatos). Reconhecia-se, na prática e em legislações várias a partir dos anos 1930, a categoria dos "assimilados", uma subcategoria dos não indígenas[183].

O último censo a registrar "civilizados" ou "assimilados" como uma categoria à parte foi o de 1950. Os dados dessa pesquisa são repetidos à exaustão por aqueles que procuram demonstrar o fracasso da "missão civilizadora" portuguesa nos trópicos. O jornal londrino *Daily Telegraph* publicou, em 20 de dezembro de 1961, comentário sobre os resultados do censo em apreço nos seguintes termos: "Portugal's almost five centuries of spiritual and intellectual labour in Africa, therefore, had by 1950 produced a harvest of 0.39 per cent in Portuguese Guinea, 0.44 per cent in Moçambique and 0.74 per cent in Angola"[184]. No mesmo sentido, pronunciou-se o professor Gerald Bender, para quem, depois

[183] Cf. DUFFY, *Portugal*...cit., p. 162.
[184] Cf. DUFFY, James. *Portugal*... cit., p. 09.

de 500 anos de colonialismo, menos de 1% dos africanos em Angola eram considerados "civilizados" ou "assimilados" de acordo com a lei portuguesa anterior a 1961. Aí residiria a prova cabal do malogro da pretensa "missão civilizadora" dos portugueses em África[185].

De fato, segundo os dados estatísticos colhidos em 1950, apenas 30 mil angolanos e 5 mil moçambicanos eram considerados "civilizados", em um universo de mais de 4 milhões de habitantes em Angola e 1 milhão em Moçambique. Ainda que a contundência dos números seja inegável, é preciso julgá-los à luz da legislação portuguesa a respeito do tema. De fato, é possível admitir que, em virtude das dificuldades para a obtenção do status de civilizado, ocorriam eventuais desvantagens advindas da mudança de rótulo legal. Como salienta o Professor Malyn Newitt,

> An African could apply to the local administration for a certificate which would classify him as *civilisado*, after which he theoretically enjoyed all the rights and obligations of a white Portuguese. By the end of colonial rule, relatively few Africans had achieved this formal state of being 'civilised', principally because they saw no advantage to themselves in abandoning the status of *indígena* (native)[186]. (...) It is clear that few Africans had availed themselves of the opportunity to enter the 'civilised' community of the whites. There were two reasons for this. First, very few Africans wanted to become 'civilised'; secondly for those who did want to, it proved very difficult to achieve the status[187].

Entre as principais desvantagens de se tornar um "civilizado" figuravam: (a) a proibição de ser titular de direitos sobre terras comunais em África; (b) não poderia se tornar um chefe ou desfrutar de direitos consagrados pelo direito africano; (c) a obrigação de pagar tributos de acordo com a lei europeia, o que, além de, por si só, tornar o custo de vida mais oneroso, dificultava a evasão tributária dada a fiscalização mais eficiente em comparação com as cobranças de impostos consagrados nas legislações de origem africana; (d) era-lhes negado o acesso a serviço

[185] BENDER, *Angola*... cit., p. xxiii. Vide, ainda, a respeito, GARCIA, Carlos Moreira. *A Descolonização Portuguesa*. Tese do VI Curso de Altos Estudos, Secreta, Ministério das Relações Exteriores: Brasília/Lisboa, 1982, p. 06.
[186] NEWITT, Malyn, *Portugal*... cit., pp. 100-1.
[187] Idem, p. 138.

médico gratuito e escola pública; e (e) competição no mercado de trabalho com brancos pobres, ou ainda mestiços, em condição de inferioridade pela cor da pele[188]. À luz dessas desvantagens, afirma Newitt que "it is fairly certain that many more Africans qualified, in terms of education, wealth, and so on, to be considered 'civilised' than ever attained that status"[189].

Não eram de pouca monta, ainda, as dificuldades para tornar-se um "assimilado". Volubilidade das regras e das autoridades encarregadas de definir se eram civilizados ou não os colonos sob análise está entre as maiores dificuldades:

> Until 1954 the qualifications were not clearly defined, and an aspiring *civilisado* had to apply to the administration. There were long delays and considerable expense before success was possible, and the authorities appear to have made few efforts to see that the policy succeeded. Probably the administration also used a process of political selection. In spite of their emphasis on the education of an élite, comparatively few Protestants were accepted as 'civilised'. In 1950 only 21 per cent of Angolan *civilisados* were Protestant – the 79 per cent who were Catholic no doubt being considered more favourably disposed towards the régime[190].

O segundo argumento – relativo à pequena porcentagem de mestiços da população – também se baseia em dados estatísticos: a pequena percentagem relativa de mestiços na população demonstraria que o Lusotropicalismo e a diplomacia portuguesa mentiriam ao sustentar a mestiçagem como grande mérito da experiência civilizadora do português nos trópicos. Segundo os dados dos censos de 1950 e 1960, os mestiços

[188] Cf. idem, p. 139.

[189] Ibidem. A legislação direcionada aos nativos, cuja implementação não parece ter sido entusiástica, tinha declarado conteúdo civilizador. Como esclarece James DUFFY, o estatuto político civil e criminal dos indígenas nas colônias em Angola e Moçambique era, segundo J. M. da Silva Cunha, informado por duas ideias: "one is to guarantee the natural and unconditional rights of the native whose tutelage is confided to us... and to assure the gradual fulfilment of this moral and legal obligations to work, to be educated, and to improve himself... The other is to lead the natives, by means of appropriate to their rudimentary civilization... to the profitable development of their own activities and to their integration into the life of the colony, which is an extension of the mother country. The natives are not granted, because of the lack of practical application, the rights associated with our own institutions". Cf. *Portugal*... cit., p. 164.

[190] Ibidem. Para uma descrição detalhada dos procedimentos para atingir o *status* de "assimilado" ou "civilizado", cf. DUFFY, James. *Portugal*... cit., p. 165.

compunham a maioria da população em Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné; nas demais possessões portuguesas e no Brasil, o número seria inferior ao de brancos[191]:

Território	Censo oficial	População total	População mestiça	Percentagem de mestiços	Mestiços por 100 brancos
Cabo Verde	1950	148.331	103.251	69,69	4.600
Brasil	1950	51.836.142	13.786.742	26,60	43
São Tomé e Príncipe	1950	60.159	4.300	7,15	400
Angola	1960	4.830.449	53.392	1,10	31
Guiné	1950	510.777	4.568	0,90	200
Moçambique	1960	6.578.604	31.465	0,48	32
Macau	1950	187.778	122	0,06	4
Goa e Damião	1950	637.591	200	0,03	22
Timor	1950	442.378	48	0,01	8

Não apenas a quantidade de mestiços foi considerada modesta para qualificar a colonização portuguesa como multirracial, mas também a evolução da população mestiça era tida como indicadora de crescente segregação racial. Como afirma Newitt,

> Although their numbers had increased since the beginning of the century, relatively the *mestiços* had undergone a massive decline. In the nineteenth century they had outnumbered the tiny white population, and had held important positions in commerce and the administration. In 1900 they still equalled the number of whites; by 1950 they were outnumbered 2:1 in Mozambique and 3:1 in Angola. Only in the smaller colonies did they retain something of their former importance[192].

[191] Cf. BENDER, Gerald. *Angola...* cit., p. 32. Também: NEWITT, Malyn. *Portugal...*cit., p. 142
[192] *Portugal...*cit., p. 142.

Como afirma o autor, a constatação é surpreendente, já que jamais houve, nas possessões portuguesas, qualquer tipo de proibição para casamentos ou relacionamentos entre pessoas de cores diversas[193]. O fato é ainda mais curioso se comparado com a experiência sul-africana, em que, a despeito de limitações crescentes, culminando com a proibição de casamentos "inter-raciais", a população mestiça cresceu. Os dados sobre uniões e casamentos sugerem que os mestiços foram sendo absorvidos pelos dois espectros: negro e branco; os matrimônios mais comuns eram entre negros e mestiços ou entre mestiços e brancos, mas raramente entre mestiços[194].

Ao mesmo tempo, crescia a população branca no Ultramar português, a partir do século XX. É comum encontrar-se, entre os críticos da colonização portuguesa, a afirmação de que se formava, em diversas regiões das províncias ultramarinas, uma espécie de "sociedade branca": o grande afluxo de brancos teria permitido que uma comunidade formada por europeus pudesse se autossustentar, em detrimento da miscigenação e da aceitação de crenças, costumes e valores africanos que casamentos "intrarraciais" proporcionariam[195]. Abaixo, dados relativos à evolução da população branca em Angola e em Moçambique:

População branca em Angola e Moçambique[196]

Ano	Moçambique		Angola	
1940	27.400	(100)	44.083	(100)
1950	48.200	(176)	78.826	(179)
1960	97.200	(355)	172.529	(391)
1970	150.000	(547)	290.000	(658)
1973	200.000	(730)	335.000	(760)

Com isso, surgiram conflitos, sobretudo pela posse da terra, entre as "comunidades brancas" e as populações mestiças, além de cresceram as

[193] Idem, p. 143.
[194] Ibidem.
[195] Cf., por todos, idem, p. 168. A região sul de Angola é normalmente citada como exemplo mais bem acabado do argumento.
[196] Cf. idem, p. 164.

pressões por uma legislação baseada na segregação racial, nos termos praticados pelo colonialismo britânico:

> It was among the planters (...) that the most strongly articulated racial feelings emerged and the strongest demands for racially based legislation were made. They were tacitly encouraged in this by the generations of colonial administrators of the 1890-1910 period. Men like Mouzinho de Albuquerque were avowed admirers of British imperialism, and adopted many of the racial attitudes common in British colonies at this time. (...) The writings of these administrators and colonial governors are quite explicitly racialist in their values and assumptions[197].

Além disso, a colonização portuguesa, pretensamente multirracial, não teria sido capaz de impedir a crescente segregação profissional entre mestiços e brancos. Se, no século XIX, os mestiços não apenas eram a maioria da população no Ultramar como também dominavam o setor de comércio e compunham o alto escalão militar e político nas colônias, ao longo do século XX, os índices indicam que teriam perdido, gradativamente, o antigo destaque na economia e na política ultramarina. Como afirma Newitt, "during the twentieth century, their position was continually depressed as they were displaced by white officials from

[197] Idem, p. 168. Apesar de acerbo crítico da colonização portuguesa e das tentativas do Governo de Lisboa de procurar justificar sua presença no Ultramar como missão civilizadora, Newitt reconhece que a experiência lusitana é bastante diversa daquela levada a cabo pelos britânicos. Nem tudo era propaganda, afirma ele: "Nevertheless it was not all a propaganda exercise. In the 1940s and 1950s, there was never the close correspondence between class and race that existed in British Africa. Although coloured people were seldom to be found in the top jobs, no hard and fast colour line could be found lower down in the hierarchies of business and the professions. In Angola, whites and *mestiços* dominated the retail sector, ran country stores, and drove trucks; in Mozambique Indians, and in Guiné Lebanese, successfully defended their position in trade against white rivals. In the coffee country of Angola, some African planters survived alongside their white counterparts, even into the period of intense capitalisation after the Second World War. In São Tomé there were even coloured owners of cocoa *roças*. (...) In other sectors of the economy, black and white were to be found doing similar jobs even down to the level of domestic servant and farm labourer, for some Portuguese immigrants worked in this capacity for other whites. The massive influx of poor and uneducated Portuguese not only created a 'poor white' community but one which the state was unwilling to support with the same props that were provided for its counterpart in South Africa. No laws enforced ratios of black and white workers and there was no legal job reservation. Business was free to appoint or promote cheaper black labour if and when it could." Cf. Idem, p. 170.

Portugal and their wealth was displaced by white immigrant capital. As the capitalist economy grew, they were to be found occupying skilled jobs but seldom any longer owning their own businesses"[198].

Do ponto de vista político, o século XX igualmente assistiu a queda consistente da influência da população miscigenada dos territórios portugueses. Na monarquia e na República, quando havia liberdade de imprensa, as comunidades mestiças de Luanda e Lourenço Marques faziam oposição ao governo colonial local, com grande repercussão na medida em que ocupavam proeminentes cargos na administração pública e no comércio local[199]. O século XIX assistiu a mestiços como generais, advogados, deputados, legisladores municipais e prefeitos[200]. Nas palavras de Newitt, "their press was radical, republican and anti-colonial in the sense that it expressed the interests of their class against the policies of Lisbon"[201]. Exemplos notórios de jornalismo engajado representando os interesses da classe local contra Lisboa são os jornalistas Fontes Pereira (trabalhou de 1881 e 1891), A. J. Miranda (1913-4), e António de Assis Júnior, além de associações como a Liga Angolana (1912), e o Grêmio Africana[202].

Em 1927, contudo, o Governo de Lisboa reage e as associações compostas por mestiços e assimilados deixam de ser politicamente engajadas, após perseguição policial e infiltração de agentes de inteligência, de modo a transformá-las, na definição de Newitt, em "harmless social clubs which avoided controversial statements or objectives"[203]. Segue-se a isso o silêncio absoluto das elites mestiças até o decênio de 1950. Tanto assim que a geração entre 1926 e 1950 foi referida por Pélissier como "géneration silencieuse"[204]. O autor arrola, como fatores a contribuir para esse silêncio: (a) o isolamento a que estavam submetidos em relação a qualquer influência externa; (b) a concentração de potenciais líderes nacionalistas nas cidades, onde ficavam sob o olhar da administração portuguesa; (c) o fato de que o meio pelo qual se poderia desenvolver qualquer consciência política (sic) seria pela religião, mas "the church

[198] Idem, p. 143.
[199] Idem, p. 144.
[200] Ibidem.
[201] Ibidem.
[202] Ibidem.
[203] Idem, p. 145.
[204] Apud ibidem.

appears to have retained the loyalties of its members and to have bred dissidence to a lesser extent than in other colonies"; (d) a emigração em larga escala, tendendo a contemplar, naturalmente, descontentes com o regime; (e) apesar de problemas econômicos e restrições políticas, o cultivo nas colônias portuguesas vinha encontrando mais sucesso que os vizinhos; e (f) se comparadas às colônias inglesas e francesas, as fases por que passaram os territórios dominados são, em geral, mais lentas no caso português, com maior dificuldade de imposição de controle rígido da colônia, mas, ao mesmo tempo, maior tempo de permanência de empresas concessionárias e de maturação de movimentos nacionalistas[205]. De resto, a participação política em Lisboa seria igualmente fictícia. Entre os membros da Assembleia, estavam deputados eleitos representantes de Angola e Moçambique. Todavia, de um lado a falta de importância do legislativo no trato de matérias de interesse das colônias e, de outro, o fato de que não eram os parlamentares residentes no Ultramar – eram candidatos escolhidos pelo governo – torna a representação meramente formal[206].

Enfim, no que diz respeito ao aspecto "racial" da colonização portuguesa, seus críticos costumam afirmar que, obnubilada pela necessidade de justificar e comprovar o que seria o mito da tolerância racial inata ao português, Lisboa ignoraria estrategicamente os preconceitos diários a que eram submetidos negros e mulatos, seja no plano econômico ou no político[207].

As condições sociais a que eram submetidos os colonizados são igualmente utilizadas para comprovar que a "missão civilizadora" a que estaria destinado o português era irreal. Segundo Segal, dos mais de dez milhões de habitantes de Angola e Moçambique, 99% eram analfabetos

[205] Idem, pp. 146-7.

[206] Cf. DUFFY, James, *Portugal*... cit., p. 157. A discriminação em relação à representatividade política em razão de cor de pele seria tradicional na colonização portuguesa. Para o Professor Charles Boxer, "it is quite clear from the surviving records of these four Camaras [Goa, Macau, Bahia e Luanda] that they were officered predominantly by men of European birth, or at any rate by men with a relatively small admixture of indigenous blood. In other words, if there was not always a rigid colour-bar, there was a definite, and, in the circumstances, a natural and inevitable prejudice in favour of white blood." BOXER, Charles Ralph. *Portuguese Society in the Tropics – the municipal councils of Goa, Macao, Bahia, and Luanda, 1510-1800*. Madison/ Milwalkee: The University of Wisconsin Press, 1965. p. 147.

[207] Cf. NEWITT, Malyn. *Portugal*... cit., pp. 169-70.

no início do decênio de 1960. Além disso, menos de 4% da população angolana e 8% da moçambicana saberiam falar português. Para completar o quadro, registra o autor que

> less than five per cent in Moçambique and less than ten per cent in Angola live in or around the white men's towns, the only centres where some development is achieved by the natural process of social contact. If there has been any serious interest in these people, it has been in how better to shape their lives to economic exploitation[208].

O autor afirma, ainda, que, apesar dos 800 mil milhas quadradas de seu Império, do qual Portugal retira 12,5% de suas importações e 25% das exportações, o país permanecia com renda per capita que não chegava, no início dos anos 60, a £ 70. Com mortalidade infantil próxima dos 90 mortos para mil nascidos (o dobro de Tchecoslováquia e Japão) e analfabetismo nas nuvens, seria embaraçoso, sustenta, pretender ser portador de pretensões missionárias nos campos espiritual e intelectual[209].

---

[208] SEGAL, Ronald. Prefácio... cit., pp. 10-1. Não há dúvidas de que uma série de melhorias, sobretudo na infraestrutura, foram introduzidas principalmente a partir de 1950, período a partir do qual o Ultramar conheceu grande desenvolvimento econômico. Alega-se, em geral, que se trataria mais de uma resposta aos movimentos de libertação que uma manifestação da intrínseca boa vontade do português em relação às populações nativas. A respeito, v. BRUCE, Neil. *Portugal: The Last Empire*. Nova Iorque/Toronto: John Wiley & Sons, 1975, p. 66: "Of these territories, Angola, by the end of 1973, was a boom state by any standards in Africa. The population of its capital, Luanda, doubled in each of the two decades between 1950 and 1970, with newcomers, black and white, drawn to the big capital city on the Atlantic by the prospects of good jobs and higher wages – both for the skilled and for the unskilled. Angola had rich deposits of diamonds and iron, fine productive coffee plantations, hydroelectric power and, especially in its little enclave of Cabinda north of the Congo River, it had discovered huge oil deposits offshore. In Mozambique, the construction of the immense Cabora Bassa dam, to provide hydroelectric power, to harness the Zambesi for traffic over a large part of its length inside Mozambique (and to link it with Zambia), to diversify agriculture, and provide new light industries to process their produce and, with new sources of power and new communication links, to start work on the exploitation of the known, varied wealth of the district – all this work was on schedule, despite the increased guerrilla attacks on the feeder roads and railways. Guinea (Bissau) – poor relation of the three – now had for the first time an excellent all-weather road network, and extensive health service, and proliferating primary schools for Africans". p. 66.

[209] Idem, p. 13. Em Lisboa, as má condições sociais chegaram a ser abordadas por parlamentares, em geral depois perseguidos. Em janeiro de 1947, o Capitão Henrique Galvão, então membro da União Nacional, de apoio a Salazar, proferiu discurso na Assembleia Nacional em que denunciava problemas por que passava o Ultramar. Afirmou que regiões inteiras de fronteiras

A situação era tanto pior se somada a ela for a política repressiva do Estado Novo português, que aparentemente se tornava cada vez mais violenta conforme avançavam os movimentos de libertação. Prisões arbitrárias, torturas e massacres de vilas inteiras são mencionados como algumas das práticas do regime para manter as rédeas de suas possessões ultramarinas[210].

O caráter missionário da colonização portuguesa tampouco resistiu, imune, a críticas. De fato, foi ele, às vezes, apresentado como instrumento a serviço de objetivos materialistas do Governo de Lisboa – "it is not surprising to find that Christianity took root and grew in the Portuguese colonies – the religion of individualism establishing itself alongside the economic individualism of wage-earning and market production"[211]; outras vezes, aparece como a consagração de Portugal como representante dos interesses católicos – "once again the state recognized the rights and special functions of the Church 'to Christianize and educate, to nationalize and civilize'. The Catholic missionary programme in Angola and Moçambique", continua, "is governed by appropriate provisions of the Constitution, the Missionary Accord of 1940 (which developed the principals contained in the Concordat of 7 May 1940 between the Vatican and the Portuguese government), and the Missionary Statue of 1941."[212]

Ainda assim, parece não haver dúvidas de que, sendo a conversão de nativos ao Catolicismo um objetivo da presença lusitana em África e Ásia, foi ele cumprido com eficiência notável:

> If official statistics mean anything , they show a quite remarkable advance of the Christian churches, at least in Angola. In 1933, less than 10 per cent of the African population was estimated to be Christian, but in 1950 this figure had risen to 50 per cent and by 1960 to 66 per cent, 2.2 million being Catholics and 800,000 Protestants. In Mozambique it was estimated that in 1960, 10 per cent of the population were Christian[213].

estavam sendo despovoadas, que os índices de mortalidade infantil cresciam enormemente enquanto os nascimentos diminuíam, e que cresciam as enfermidades e as mortes por causas várias, em especial ligadas às más condições de trabalho. Cf. Idem, p. 15.

[210] Cf. BENDER, Gerald. *Angola...* cit., p. xxiv.

[211] Cf. NEWITT, Maylan. *Portugal...* cit., p. 124.

[212] DUFFY, James. *Portugal...*, p. 172.

[213] NEWITT, Maylan. *Portugal...* cit., p. 124. Para suposições sobre a diferença entre Angola e Moçambique no quesito religioso, v. pp. 124 e ss. O autor, em suma, argumenta que a

No mesmo sentido James Duffy afirma:

> Hand in hand with the New State's plans to improve the material existence of the African went the Portuguese missionary effort to improve his spiritual and intellectual life. The Colonial Act simultaneously provided for the freedom of conscience and the freedom of various religions and for the special protection and assistance of the Catholic mission programme[214].

2.3. A Política externa portuguesa e a política externa do Lustropicalismo

Apontam-se, em geral, duas grandes ameaças a Portugal como definidoras de suas prioridades de política externa e de defesa. Trata-se, em primeiro lugar, da "ameaça à sobrevivência como Estado independente", ou "ameaça à integridade territorial metropolitana"[215], representada sobretudo pela suposta histórica tendência espanhola à anexação. Em segundo lugar, trata-se da ameaça sobre o patrimônio colonial, que era expressa por uma gama relativamente ampla de atores, indo desde movimentos emancipacionistas até Estados nacionais, em geral em atuação nas Nações Unidas; nesse mister, chama a atenção a atuação da União Indiana, que notificou Portugal, após sua independência, no sentido de concretizar a anexação de Goa ao seu território.

Como nação "atlântica e colonial", para sua maior segurança, Portugal mantinha três eixos principais em sua política externa: a automarginalização em relação à Europa[216] (fator preponderante, sobretudo na definição da neutralidade europeia na Segunda Guerra

---

maior penetração do islamismo em Moçambique aliada a uma maior resistência das antigas sociedades tribais, que não se desvaneceram tão rapidamente, explicariam a maior dificuldade do Cristianismo penetrar na colônia.

[214] *Portugal...* cit., p. 171.

[215] ROSAS, Fernando, in: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal – o Estado Novo*, v. 7. Lisboa: Estampa, 1994, p. 296.

[216] Para mais detalhes sobre a postura do Salazarismo em relação à Europa, cf. TORGAL, Luis Reis. *O Estado Novo. Salazarismo, Fascismo e Europa*, in MATTOSO, José et al., 2ª ed. Bauru: Edusc; São Paulo: UNESP; Lisboa: Instituto Camões, 2001, pp. 391 e ss.

Mundial); a tradicional aliança luso-britânica; e a chamada "amizade peninsular"[217].

Todavia, entre os anos 1930 e 60, tornou-se comum a menção também à amizade entre Brasil e Portugal como um dos eixos principais da atuação externa de Lisboa, que gradativamente se aprofundou no período e institucionalizou-se com a criação da "comunidade luso-brasileira", por ocasião da assinatura do Tratado de Amizade e Consulta em 1953[218]. De fato, o próprio Salazar chegou a sugerir formarem Reino Unido, Espanha e Brasil os três eixos fundamentais da política externa portuguesa:

> A nossa feição atlântica e actividade colonial estão na base da aliança inglesa; a vizinhança e solidariedade peninsular cimentam a fraternal amizade com a Espanha; o heroico esforço de Portugal, criador de Impérios, domina as relações como Brasil – nem simpatia, nem amizade, mas o próprio sangue e alma dos avós; a nossa compreensiva universalidade e a extensão dos nossos interêsses permitem as melhores e mais amigáveis relações com todos os Estados[219].

O problema do Colonialismo foi tratado pela Organização das Nações Unidas desde sua fundação. O artigo 73 da Carta da ONU impôs aos países que detivessem territórios não autônomos sob sua administração que, em suma, se reportassem periodicamente ao Secretário-Geral; respeitassem a cultura dos povos administrados; assegurassem o progresso político, econômico, social e educacional desses povos; e obrigassem esses povos a desenvolver sua capacidade de governo próprio[220].

---

[217] Idem, p. 297.

[218] Para ela, segundo José Calvet de Magalhães, contribuíram especialmente a obra de Gilberto Freyre e a participação brasileira nas comemorações centenárias. Cf. MAGALHÃES, José Calvet de. *Breve...* cit., p. 89.

[219] Cf. BRAZÃO, Eduardo. *Relance da História Diplomática de Portugal*. Porto: Civilização, 1940, p. 307. Em sentido semelhante, cf. CARVALHO, Henrique Martins de. *Política Externa Portuguesa*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1964, pp. 15 e ss.

[220] Artigo 73 da Carta da ONU: Os Membros das Nações Unidas, que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos ainda não tenham atingido a plena capacidade de se governarem a si mesmos, reconhecem o princípio de que os interêsses dos habitantes dêsses territórios são da, mais alta importância, e aceitam, como missão sagrada, a obrigação de promover no mais alto grau, dentro do sistema de paz e segurança internacionais estabelecido na presente Carta, o bem-estar dos habitantes dêsses territórios e, para tal fim,
a) assegurar, com o devido respeito à cultura dos povos interessados, o seu desenvolvimento

Em 1960, foi aprovada a Resolução 1.514 (XV) da Assembleia-Geral da ONU que, ao reafirmar o princípio da autoderminação dos povos e a firme intenção da Organização em pôr fim ao colonialismo, afirma que "a sujeção de povos à dependência, dominação e exploração estrangeiras constitui negação dos direitos fundamentais do homem", bem como dispõe que "a falta de preparo nos domínios político, econômico ou social ou no do ensino não deve ser jamais tomada como pretexto para retardar a independência".

Com isso, a ONU consagrou, juridicamente, o princípio da primazia dos interesses das populações nativas (*paramountcy of native interests*). A leitura que Portugal fez dessa escolha política é clara: as relações colonizador-colonizado podem adotar três formas: (a) a supremacia do colonizador, que a todos submete a serviço de seus interesses e segundo seu alvitre; (b) a supremacia do colonizado, "no sentido de favorecer e fazer progredir as populações nativas, subordinando a esse propósito os próprios interesses dos colonizadores e da obra económica da colonização"[221]; ou (c) a equiparação entre colonizadores e colonizados, sem reconhecimento da superioridade de nenhum dos grupos, seja com base em raça, religião ou nacionalidade, criando-se um amálgama civilizacional em que se estabelece elevado e profícuo intercâmbio cultural entre nativos e europeus. Esta última representaria a experiência portuguesa, tão largamente exposta no Lusotropicalismo[222].

político, econômico, social e educacional, o seu justo tratamento e a sua proteção contra abusos;
b) desenvolver sua capacidade de govêrno próprio, tomar devida nota das aspirações políticas dos povos, auxiliá-los no desenvolvimento progressivo de suas instituições politicas livres, de acôrdo com as circunstâncias peculiares a cada território e seus povos, e suas diferentes fases de evolução;
c) favorecer a paz e a segurança internacionais;
d) promover medidas construtivas do desenvolvimento, estimular pesquisas, cooperar uns com os outros e, quando fôr o caso com entidades internacionais especializadas, tendo em vista a realização prática dos propósitos de ordem social, econômica ou científica enumerados neste artigo; e
e) transmitir regularmente ao Secretário Geral para fins de informação sujeitas às reservas impostas por considerações de segurança e de ordem constitucional, informações estatísticas ou de outro caráter técnico, relativas às condições econômicas, sociais e educacionais dos territórios sob sua respectiva responsabilidade, que não estejam incluídas entre aquêles territórios a que se referem os Capítulos XII e XIII.

[221] CAETANO, Marcelo. *A internacionalização dos problema africanos*, Ática, 1963, p. 220.

[222] Para detalhamento dos argumentos portugueses na ONU, v. GONZALES BARROS, Luis. *Portugal y la solidaridad de occidente*, t. I. Lisboa: edição especial limitada, 1965, pp. 11 e ss.

Portugal tornou-se membro da ONU em 1955, com o importante e entusiasmado apoio do Brasil. Em 24 de fevereiro do ano seguinte, o Governo português recebeu carta do Secretário-Geral em que eram reafirmadas as obrigações constantes do Capítulo XI da Carta (intitulado "Declaração relativa a territórios sem Governo próprio") e requisitando fossem informados os territórios não autônomos que possuísse. A resposta portuguesa foi a de que Portugal era dividido em províncias, e de que os territórios não contíguos ao território europeu eram províncias ultramarinas[223].

A Assembleia-Geral das Nações Unidas indicou, então, uma Comissão Especial para averiguar o real status das províncias ultramarinas portuguesas, concluindo que não se tratavam de territórios autônomos. Durante toda a década de 1950, Portugal enfrentou crescente isolamento em virtude de seu regime colonial, a que buscou responder de forma altiva, demonstrando não se importunar com as resistências cada vez maiores opostas pela comunidade internacional[224]. Nas palavras de José Manuel de Medeiros Ferreira:

> O 'orgulhosamente sós' salazarento não definiu uma política voluntarista, antes era a constatação, desesperadamente altiva, que o regime anterior [o salazarismo] não conseguia interessar a comunidade internacional no seu obsoleto projeto[225].

Embora ultrapasse o escopo temporal desta dissertação, convém traçar, brevemente, a evolução do contínuo isolamento português, por ser significativo do incômodo crescente que resultaria do apoio à sua política externa em defesa do Ultramar. De fato, outra Comissão Especial, encarregada de aprofundar a análise, foi formada em 1961, e concluiu, em seu relatório:

---

[223] A resposta foi, *in verbis*: "Le Portugal n´administre pas de territoires qui rentrent dans la catégorie indiqué à l'Article 73 de la Charte des Nations Unis."

[224] Explanação particularmente detalhada e feliz dessa altivez vê-se na excelente tese do Embaixador Sarkis Karmirian, sobre as relações de Angola com a metrópole. KARMIRIAN, Sarkis. *Tendências Gerais do Relacionamento Político de Portugal com Angola: do rompimento de relações à participação portuguesa no processo de paz angolano*. Tese do XXIII Curso de Altos Estudos, Secreta. Ministério das Relações Exteriores: Brasília/Lisboa, 1991.

[225] Apud idem.

> a fundamental insatisfação do povo decorre da relação essencialmente colonial entre os territórios e Portugal, que objetiva impor à população indígena a cultura e a cidadania portuguesas e que nega oportunidades para o desenvolvimento de sua personalidade e a realização de suas aspirações. Enquanto Portugal insiste em afirmar que os territórios são províncias ultramarinas, a maioria dos habitantes indígenas não tem os mesmos direitos civis e políticos dos habitantes de Portugal, e em muitos dos territórios eles têm sido submetidos à prática de trabalho forçado[226].

Em dezembro de 1962, Portugal seria convidado pela ONU a "urgentemente tomar medidas no sentido de reconhecer o direito dos territórios à autodeterminação e à independência; cessar todo ato de repressão; promulgar uma lei de anistia política". O convite instava o país, ainda, a "criar condições que permitissem o livre funcionamento dos partidos políticos; negociar com os representantes desses partidos com vistas à transferência dos poderes a instituições livremente eleitas; e, imediatamente depois, promover a independência de todos esses territórios"[227].

Quando, em maio de 1963, inicia-se a guerra na Guiné portuguesa, o Conselho de Segurança passa a se pronunciar, considerando o caso como séria perturbação da paz e da segurança internacionais, permitindo, sob o Capítulo VII da Carta da ONU, fossem adotadas as Resoluções vinculantes passíveis de execução pela força em caso de descumprimento, e não mais meras recomendações. O isolamento de Portugal se aprofundava visivelmente:

a) o país não angariou o apoio de nenhum membro permanente capaz de vetar a resolução no CSNU;
b) Portugal foi excluído, no dia 24 de julho de 1963, da Comissão Econômica para a África do ECOSOC;
c) foi convidado a retirar-se da Conferência das Nações Unidas sobre Turismo e Viagens Internacionais;
d) em 1964, em reunião sob os auspícios da OACI, a malha aérea entre Europa e África foi modificada de modo a suprimir todas as ligações aéreas diretas entre Portugal e o continente africano;

[226] Cf. MELLO, Arnon de. *Portugal e as Colônias da África*, Brasília, Senado, s/d, p. 9.
[227] Idem.

e) sofre nova derrota, em 1965, na AGNU, quando o órgão aprova resolução no sentido de dirigir apelo ao Bird e ao FMI no sentido de boicotarem Portugal em seus programas de assistência financeira e técnica, além de reconhecer a legitimidade dos movimentos de libertação em Angola, Moçambique e Guiné e recomendar que os Estados-membros se abstenham de contatos comerciais e políticos com Portugal;
f) no âmbito da OMS, em maio de 1966, a Assembleia Mundial da Saúde, seu órgão executivo, "suspendeu o direito de Portugal participar de suas atividades regionais na África, até que lhe fosse fornecida prova de sua vontade de se submeter às Resoluções das Nações Unidas;"
g) em 22 de junho do mesmo ano, o Comitê Especial da ONU pede a todos os Estados-membros, sobretudo os aliados militares de Portugal, que se abstenham de prestar qualquer assistência a Lisboa que lhe permita prosseguir nos atos de repressão dos movimentos emancipacionistas;
h) em novembro de 1966, foi a vez da UNESCO excluir Portugal de sua Conferência Geral até que cessassem os atos repressores;
i) ao longo dos anos de 1967 e 1968 (quando muda o Governo português, com a ascensão de Marcello Caetano no lugar de António Salazar), até 1974 (data da Revolução dos Cravos), o CSNU e a AGNU reiteraram os termos das decisões anteriores, sempre condenando Portugal pelos bombardeios e uso de violência contra os rebeldes; e
j) Após 24 de setembro de 1973, a IV Comissão reconhece a independência de Guiné-Bissau.

Sua situação agravar-se-ia ainda mais na medida em que avançavam e se prolongavam as guerras coloniais; como afirma Carlos Moreira Garcia, "a guerra, que era feita 'em defesa da civilização ocidental e cristã', no dizer da época, acabou por colocar em questão o próprio lugar de Portugal no Ocidente"[228]. Diante desse crescente isolamento, importa investigar e exemplificar qual a natureza dos argumentos de que fez uso

[228] GARCIA, Carlos Moreira. *A Descolonização Portuguesa*. Tese do VI Curso de Altos Estudos, Secreta, Ministério das Relações Exteriores: Brasília/Lisboa, 1982, p. 2.

o Governo de Lisboa e como se portou o Brasil. Quanto ao primeiro item, Portugal lançou mão de justificativas técnicas, jurídicas e formais. Todavia, fez, sobretudo, uma enfática defesa de sua política colonial e, mais propriamente, de sua experiência e missão nos trópicos.

Portugal argumentou que quando foi admitido como membro das Nações Unidas, o foi em sua integridade e em sua plena extensão territorial, que incluía igualmente as províncias ultramarinas. Portanto, ao admitir Portugal como membro, restaria à ONU tão somente respeitar a composição e a estrutura do Estado português, que não se confundiria com a nesga territorial europeia denominada Portugal, que o compõe juntamente com as províncias ultramarinas[229].

O Governo português invocava, igualmente, a interpretação da Carta da ONU em 1955, quando Portugal ingressou na Organização, segundo a qual não cabia à AGNU definir concretamente casos de territórios não autônomos. A interpretação é modificada em 1960, segundo Portugal em virtude do aumento de países africanos na organização, que advogavam em causa própria[230]. Extrapolando largamente, na visão lisboeta, suas atribuições, teria sido forjado um novo regime jurídico em relação à descolonização, que aviltava a letra do artigo 73. Este regime teria por principais características:

> Primeiro: a Assembleia considera-se competente para determinar o momento em que um território atinge a autonomia. Segundo: para além da letra do art. 73, a Assembleia entende que a independência é objectivo último a que as potências administradoras devem conduzir os territórios por que são responsáveis. Terceiro: a Assembleia arroga-se o direito de interferir nos negócios internos dos territórios e de aconselhar aos países administradores as medidas que devem tomar. Finalmente, a Assembleia tem procurado assimilar o sistema dos territórios não autónomos ao sistema dos territórios sob tutela[231].

[229] Cf. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS de Portugal. *Le Portugal répond aux Nations Unies*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1970, pp. 8-9.
[230] Cf. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS de Portugal. *Le Portugal*.. cit., p. 10.
[231] FRANCO NOGUEIRA, Alberto Marciano Gorjão. *Portugal Ultramarino perante a ONU*, in INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES, V. 1, *Conferências proferidas em 1958/59*, Lisboa, 1959, p. 51.

Portugal negava à AGNU não apenas a competência para decidir sobre a matéria, mas igualmente os motivos que invocava. Do ponto de vista substantivo, a defesa do colonialismo português incorporou – explicitamente, como se verá – o Lusotropicalismo freyreano. Com essa "política externa lusotropical", Portugal justificava a manutenção das províncias ultramarinas afirmando:

a) que o colonialismo se caracteriza pela dominação de alguns grupos sobre outros, o que não ocorria no caso português;
b) que Portugal cumprira e cumpria papel civilizador, divulgando pelo mundo as mais notáveis façanhas da civilização ocidental, de tradição greco-romana;
c) que, no desempenho de sua missão civilizadora, Portugal foi inspirado pelo espírito missionário cristão, estabelecendo elos de estreita cooperação humana;
d) que, como resultado dessa cooperação, o povo e a pátria portugueses adquiriram grau de unidade notável, que remonta ao início das grandes navegações;
e) que, como resultado dessa experiência humana, as províncias do Ultramar português eram exemplos lapidares de democracia racial e de uma sociedade igualitária, ao contrário de casos como o da Rodésia ou da África do Sul;
f) que a independência das províncias ultramarinas teria por efeito destruir essa monumental ode à concórdia racial; e
g) que a obra máxima do gênio português, como capaz de convencer até o mais reticente dos céticos em relação ao engenho português, era o Brasil.

Cada um desses aspectos – os quais, em conjunto, constituem descrição fiel do Lusotropicalismo de Freyre – foi tratado de forma oficial pelo Palácio das Necessidades. De fato, diversas intervenções de diplomatas portugueses e diversos documentos produzidos pela chancelaria lusitana apresentam o problema colonial como sendo uma questão ligada à discriminação entre grupos, permitindo a exploração de uns pelos outros. Em Portugal, sustentavam, ocorreria o oposto:

> Le colonialisme est essentiellement une question de différenciation des conditions et du traitement, qui permet à un groupe de gens de dominer et d'exploiter un autre groupe au sein d'un même Etat souverain, ce qui veut dire que le colonialisme existe quand un groupe se voit privé des droits, des privilèges et des possibilités dont un autrejouit au sein d'un même Etat souverain. (...) Dans l'Etat portugais, il n'y a aucune sorte de différentiation entre chacune des provinces, ni entre chacun des groupes de population[232].

No Debate Geral da AGNU, em 16 de dezembro de 1956 – o primeiro de que participou Portugal – o Chanceler Paulo Cunha procurou caracterizar o Ultramar lusitano como o resultado do empreendimento civilizador do português, apresentado como um agente perpetuador das luzes e combatente do obscurantismo. São palavras do Ministro:

> En fin de compte, une nation peut être comparée à un individu: une synthèse d'instincte et de raison. Ce que l'on appelle civilisation n'est que l'effort pour subordonner ses actions impulsives et désordonnés à la sagesse de la raison. Surtout et essentiellement, la civilisation doit être humaniste bien plus que technique.
> Mon pays est fier d'avoir pu passer le flambeau de la civilisation occidentale à d'autres régions du globe à une certaine époque de son histoire. Ce flambeau a été allumé en Grèce, puis il a illuminé Rome, pour être ensuite miraculeusement conservé par le monde arabe pendant les siècles d'obscurité qui ont suivi la chute de l'empire romain. Enfin, il a fait le tour du monde, grâce aux découvertes maritimes européennes, dans lequelles le Portugal a joué un rôle de prmière grandeur, et qui ont permis la rencontre féconde de la civilisation occidentale avez les vieilles civilisations de l'Orient et de l'Amerique[233].

O caráter missionário cristão, em especial católico, da experiência portuguesa no Ultramar não deixou de ser mencionada pelos diplomatas portugueses. O cristianismo como fundamento da tolerância racial é comumente invocado como prova da plena integração dos portugueses,

[232] MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS de Portugal. *Le Portugal.*. cit., pp. 10-11.
[233] Idem, p. 17.

da Europa e do Ultramar. Exemplo é a intervenção do representante português à 623ª Sessão da IV Comissão, em 5 de fevereiro de 1957. Nela, Gilberto Freyre é mencionado explicitamente, nessa que é peça exemplar do que pode ser denominada "política externa lusotropical":

> Telles sont les conditions, à la fois historiques, géographiques et politiques, qui on amené le Portugal à s'étendre hors d'Europe et à s'entendre avec d'autres peuples. Mais il est aussi d'autres raisons impérieuses que l'on ne saurait passer sous silence: tout d'aberd le souci des Portugais de faire connaître le message chrétien et catholique aux peuples vivant au-délà des mers et, ensuit, le fait que le Portugal possédait déjà des institutions adaptées aux besoins de communautés multiraciales, institutions qui ont contribué à la formation du pays.
> Grâce à l'application sincère de l'idéal chrétien et à l'absence de préjugés raciaux que en est la conséquence, on a vu se former de véritables communautés lusitaniennes locales, aussi bien par des mariages mixtes que par l'assimilation spirituelle el l'interpénétration des cultures et des intérêts. Telle a été la politique constante des Portugais dans leurs territoires d'outre-mer. C'est ainsi qu'est né ce que l'on pourrait appeler le 'tropicalisme lusitanien', selon l'expression employée par **le professeur Gilberto Freire** (sic), le sociologue brésilien bien connu *(grifo nosso)*[234].

Vital para a defesa da legitimidade da posse das províncias ultramarinas por Portugal era caracterizar o país como uma unidade de fato, não apenas formal. Para tanto, os diplomatas portugueses faziam uso de argumentos históricos, antropológicos e sociológicos. Do ponto de vista antropológico, era necessário defender a aptidão portuguesa para a miscigenação e tolerância raciais. Foram palavras do Chanceler Paulo Cunha, perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, no mesmo ano de 1956:

> Il est un autre fait que je tiens à signaler, un fait essentiel pour bien comprendre le Portugal: notre aptitude à l'unification. Sur nos territoires vivent côte à côte des populations de race, de langue et de religion différentes. Depuis des siècles, tous ces peuples constituent une unité

[234] Idem, p. 31.

> nationale homogène sans aucune discrimination de race, d'origine, de couleur, etc. Tous sont des Portugais, jouissant du même statut national, et, de génération en génération, on s'est efforcé de dévelloper chez chacun le même sentiment et le même idéal d'une patrie portugaise. C'est fort bien ainsi[235].

Do ponto de vista histórico, cumpria provar que Portugal construiu uma unidade ao longo dos séculos, de onde derivaria seu caráter perene e estável. No mesmo discurso, disse Paulo Cunha:

> Il ne s'agit pas là d'une réalité récente, je tiens à le souligner. Bien au contraire, elle se développe depuis des siècles. A ce sujet, je me permettrai de citer un rapport soumis au roi de Portugal, dès le début du XVII[ème] siècle, par l'un des organes principaux de l'administration portugaise de l'époque. Il y est dit que les provinces d'outre-mer du gouvernement ne sons point distinctes ni separées de ce royaume, que même elles ne lui appartiennent pas par union, mais qu'elles sont membres de ce royaume, tout comme le sont les provinces d'Europe, de sorte que l'on peut être portugais aussi bien si l'on est né et si lón vit en Asie, au Brésil, ou na Afrique, que si l'on naît ou si l'on vit à Lisbonne. On voit donc que ce n'est pas pour nous une doctrine récente, car le texte que je vien de citer remonte à 1612[236].

A unidade social – unidade do povo português – era igualmente defendida pela "diplomacia do Lusotropicalismo" de Portugal. Na mencionada 623ª Sessão da IV Comissão, diplomata português sustentou que "à cette unité territoriale correspond l'unité absolue du peuple portugais, qui constitue un exemple certainement rare de société miltiraciale égalitaire"[237].

O argumento racial – segundo o qual Portugal foi capaz de promover a concórdia entre as raças – torna-se central na defesa do colonialismo português. De sua posição relativamente lateral no discurso oficial português, adquire importância notável. Portugal chega mesmo a sustentar que sua política colonial, que se confunde com uma experiência

[235] Idem, p. 19.
[236] Ibidem.
[237] Idem, p. 31.

antropológica nos trópicos, é promotora da paz política e social como um todo e da paz racial em particular[238]. Cunha afirmou:

> Depuis lors, nous avons toujours été un pays missionaire, et nous le sommes restés jusqu'à ce jour. Depuis de siècles, nous cherchons à entrer en contact avec presque tous les peuples ici répresentés. Sans vouloir prétendre que ces relations auraient toujours été désintéressées, nous pouvons néanmoins déclarer que nous avons éparpillé des semences fertiles. Il est évident que nous avons aussi tiré des avantages inestimables de ces rapports avex les autres peuples: la capacité de nous entendre avec les plus divers d'entre eux, de les comprendre et d'établir des liens d'une véritable coopération humaine. Nous ne nous sommes jamais sentis supérieurs ou inférieurs, mais nous nous considérons comme égaux. C'est la raison pour laquelle, il y a un instant, j'ai déclaré qu'en tant que Portugais je me sentais à laise dans cette Assemblée, parmi les représentants de pays eu le Portugal connaît tous depuis plus de quatre siècles[239].

Nada menos que a divisão racial dessas sociedades multirraciais portuguesas seria o efeito imediato da aplicação das resoluções aprovadas pela ONU contra Portugal, segundo a argumentação lusitana. Portugal, mais que transferir à organização a responsabilidade por eventual fracasso de Estados constituídos como fruto da descolonização do Ultramar português, afirma que a Organização está a promover políticas cujo efeito seria a promoção da diferenciação racial e do preconceito. O Chanceler Paulo Cunho, em 1956, afirmou, a respeito:

> Tandis que les résolutions des Nations Unies, si elles étaient appliquées, diviseraient nécessairement sur une base raciale les communautés multiraciales qui ont été construites ou cours de plusieurs siècles et démoliraient le travail d'intégration raciale qui a été réalisé avec tant de succès, l'objectif du Portugal est d'assister et d'encourager ces communautés dnas la réalisation de leurs pleines capacités, en suivant leur propre ligne de développement, c'est-à-dire, sans aucun complexe

[238] Cf. idem, p. 39.
[239] Idem, p. 18.

> racial, dans une atmosphère de paix et libre de toute pression et de coercition. (...)
> Il est difficile de voir comme le programme d'action du Portugal ne correspond pas aux plus hautes aspirations de la société moderne. Si l'on considère les choses avec impartialité, on verra que c'est le seul programme qui puisse satisfaires les meilleurs intérêts de ces communautés multiraciales et le seul capable d'assurer véritablement leur progrès[240].

Destaque não deixou de ser conferido ao Brasil no desempenho dessa "política externa lusotropical". A ex-colônia figurava, mais uma vez, como modelo de sociedade multirracial, fruto da capacidade portuguesa para a constituição de sociedades tolerantes, estáveis e unas. Paulo Cunha afirmou:

> Qu'il me soit permis de faire une allusion spéciale à un grand pays, dont l'existence même est la plus belle preuve du sens de l'universalité qui domine l'histoire du Portugal. Il s'agit du Brésil, à la formation duquel le Portugal a consacré le meilleur de ses effots, et qui constitue aujourd'hui avec le Portugal une grande communauté, la Communauté Luso-Brésilienne, formellement établie il y a trois ans par un traité entre les deux pays qui est unique dans l'histoire, et qui représente une réalité splendide. En effet, cette communauté s'est créée à travers les siècles par une longue expérience de vie côte à côte, et il en est résulté une emitié indestructible et un e identité de langue, de mœurs et de conceptions qui pourrait servir d'exemple d'entendre entre les peuples[241].

2.4. O Brasil a Política Externa do Lusotropicalismo

É essencial o papel conferido ao Brasil na política externa do Lusotropicalismo levada a cabo por Portugal: ela pretende que o Brasil seja, em si, o argumento definitivo a comprovar suas asserções. Do que já foi exposto, resta claro que o País teve participação de não pouca monta em diversas iniciativas da diplomacia portuguesa dos anos 1930 ao final dos anos 1950. As comemorações centenárias e a defesa do colonialismo

[240] Idem, p. 14.
[241] Idem, p. 19.

nas Nações Unidas são alguns exemplos bastante evidentes, e a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta, que previa a consulta prévia entre chancelarias para assuntos de interesse comum, supõem íntimas relações políticas entre os dois países.

Entre 1937 e 1945, a aproximação parece ter sido especialmente intensa, ao menos no plano político. Contribuíram para isso tanto a identidade dos regimes português e brasileiro como os interesses envolvidos na defesa de um discurso comum relativamente à colonização portuguesa. De fato, neste período – um período de resgate de ambos os países nos planos material e espiritual, como já salientado – interessava especialmente ao Governo brasileiro a promoção da imagem de um Brasil moderno, em rápido processo de desenvolvimento. Ainda que, sobretudo no decênio de 1930, a tolerância racial não seja um argumento central no discurso salazarista, a aproximação política foi possível, pois o Brasil era um exemplo de sucesso do engenho português, menos pela democracia racial que personificaria e mais pela sua pujança industrial e técnica.

Além disso, a política repressiva praticada por ambos os "Estados Novos" poderia encontrar pontos de acordo importantes, como as mencionadas revisões dos livros escolares e a construção de uma historiografia oficial comum, que já abarcava muitos dos pressupostos do nascente Lusotropicalismo. Trata-se de iniciativas de cooperação mais afeitas à natureza autoritária dos regimes em ambos os países que expressão de uma estreita coordenação entre Brasil e Portugal.

No final dos anos 1940 e, principalmente, após 1950, a "política externa lusotropical" sofre uma "correção de rumos". Com o fortalecimento dos movimentos pela descolonização e o tratamento do tema pela Organização das Nações Unidas, a democracia racial é elevada ao patamar de argumento essencial na defesa do colonialismo português. O Brasil permanece em sua qualidade de testemunho vivo do talento lusitano, mas menos por suas qualidades de nação moderna e mais pela formação tão mestiça quanto pacífica de sua população. Em uma época em que, no Brasil, não havia regime a justificar, o expediente retórico é, indubitavelmente, de maior serventia ao Governo português que ao brasileiro. Essa circunstância é agravada na medida em que cresce o isolamento, já descrito, de Portugal na questão colonial.

Após o fim da 2ª Guerra Mundial e com a emergência de um novo cenário internacional, as principais variáveis a condicionarem a política

externa brasileira, no que diz respeito à sua atuação no contexto da política externa do Lusotropicalismo, foram:

1) a defesa de interesses econômicos brasileiros, contrariados, sobretudo após a criação do Mercado Comum Europeu, pelo monopólio colonial, e a disputa por recursos de ajuda financeira com colônias africanas;
2) o avanço do processo de descolonização e do tratamento da questão nas Nações Unidas;
3) a Guerra Fria, o alinhamento do Brasil ao "bloco ocidental" e a aliança preferencial com os Estados Unidos, reforçada pelo papel desempenhado pelo País na 2ª Guerra Mundial;
4) a defesa da tradicional aliança com Portugal; e
5) a resistência à suposta formação de um eixo Madri-Buenos Aires.

Nos Governos Eurico Dutra, Getúlio Vargas, Café Filho e Juscelino Kubitschek, foram esses os elementos principais a definir a postura brasileira em relação a Portugal e sua política externa "lusotropical". Embora os elementos sejam, grosso modo, os mesmos em todo o período, essa postura variou de governo a governo, bem como a importância relativa de cada uma das variáveis. De modo geral, essas variáveis tendiam a influenciar a tomada de decisão brasileira da seguinte maneira:

O avanço do processo de descolonização (2) causou crescente embaraço àqueles países que mantinham política dúbia em relação à matéria ou postura pró-colonialista. Não há dúvidas de que, na medida em que o processo avançava e dava sinais de ser irreversível, tornava-se mais difícil resistir a ele[242]. Nas Nações Unidas, a delegação brasileira viu-se na delicada situação de seguir sua tradicional tendência de apoio a Portugal em circunstâncias francamente desfavoráveis, gerando desgaste político relevante.

[242] Na síntese de Williams da Silva Gonçalves, "o considerável aumento do número de novos Estados com assento nas Nações Unidas resulta, por sua vez, numa pressão maior no sentido da plena aplicação do princípio da autodeterminação dos povos, inscrito na Carta das Nações Unidas, e uma progressiva perda de controle das superpotências sobre os votos da Assembleia". GONÇALVES, Williams da Silva. *O Realismo da Fraternidade – as relações Brasil-Portugal no Governo Kubitschek*. Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras de Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1994, p. 2.

No contexto da Guerra Fria (3), o avanço do comunismo era visto como um dos fatores a desencorajarem a descolonização. Além de a emancipação das colônias ter sido uma bandeira soviética – França e Reino Unido detinham colônias no imediato pós-Guerra –, acreditava-se que os povos recém-independentes seriam presa fácil para os "aliciadores de Moscou". A necessidade de mostrar a coesão do "bloco ocidental" também influenciava a política externa brasileira: o Brasil, parte do "mundo livre do Ocidente", não poderia mostrar-se um dissidente em favor da descolonização[243].

Por outro lado, os interesses comerciais do Brasil (1) recomendavam o apoio à descolonização. As colônias africanas produziam produtos primários concorrentes aos brasileiros – no caso português, em especial, o café – favorecidas por: (a) acesso privilegiado ao mercado das metrópoles, por força de sua condição de colônias (ainda que a denominação oficial, raramente, fosse essa); (b) mão de obra a preços bastante reduzidos, em geral submetida a condições de trabalho adversas, tanto no plano dos direitos trabalhistas como no salarial; e (c) após a assinatura do Tratado de Roma, em 25 de março de 1957, e a consequente instituição da Comunidade Econômica Europeia, as mercadorias oriundas de territórios administrados por potências europeias membros da CEE (não era o caso de Portugal) encontram condições ainda mais favoráveis para penetrar no mercado europeu. O Brasil disputava, também, com os Territórios Não Autônomos na África e na Ásia, recursos financeiros de empréstimos, sobretudo dos EUA. Enquanto Washington tendia a favorecer esses territórios com empréstimos públicos em condições favoráveis, sua política em relação à América Latina – área encarada pelo Governo estadunidense como a salvo da influência comunista – consistia em estimular investimentos privados.

A defesa dos laços históricos a unirem Brasil e Portugal (iv) foi também aspecto importante na definição da política brasileira em relação à "política externa do Lusotropicalismo". Em um misto de inércia e tradicionalismo, setores importantes do Governo brasileiro e do Itamaraty

[243] Como afirmam Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, "O Brasil, por ter redemocratizado suas instituições, ter sido colaborador na política latino-americana dos Estados Unidos e ter prestado auxílio no esforço de guerra, esperava a inauguração de uma nova fase nas relações especiais entre os dois aliados". CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*, 2ª ed. Brasília: UnB, 2002, p. 270.

pareciam favorecer um certo automatismo de posições em relação a Portugal. Igualmente não negligenciável é o papel da organizada e articulada comunidade portuguesa no Brasil, ao longo das décadas de 1940 e 1950.

Por fim, (5) interessante argumento utilizado pelo lado português e, ao que tudo indica, recebido com ceticismo pelo Brasil, era o de que as relações entre Lisboa e o Rio de Janeiro deveriam ser fortalecidas para resistir a um suposto entendimento entre os governos da Espanha, do General Franco, e da Argentina, sob Perón, com o objetivo de atingir a supremacia na Península Ibérica e na América do Sul.

A atuação brasileira em relação ao tema nas Nações Unidas foi classificada, por Letícia Pinheiro, como ambígua. A autora busca apontar a contradição entre diversas manifestações, colhidas, sobretudo, em documentos do Ministério das Relações Exteriores, em prol e contra o colonialismo, em geral, e contra o português, em particular. A hipótese de Pinheiro é de que "através do recurso da conciliação de antagonismos, a diplomacia brasileira conseguiu fazer da permanência da ambiguidade um traço administrável dentro do seu próprio raio de ação, de forma a evitar sua resolução"[244]. Alega a autora que "reproduzido de forma 'natural', este posicionamento ambíguo não mostrava ser um obstáculo visível à ação, resguardado que estava pela absorção no cotidiano"[245].

A ambiguidade a que se refere Letícia Pinheiro, de fato, existe. Ela se manifesta em três sentidos fundamentais: (a) a oscilação entre (i) uma postura conciliadora dos interesses das Potências Coloniais e dos defensores da descolonização; (ii) uma postura favorável às potências colonialistas; e (iii) uma posição vagamente anticolonialista e mais favorável à autodeterminação das populações não autônomas; (b) a oscilação entre essa mesma postura favorável a descolonização e o apoio ao colonialismo português, contradição que leva o Brasil à difícil posição de defesa da emancipação, desde que não afete as possessões portuguesas; e (c) o apoio ao colonialismo português e o reconhecimento de que os interesses econômico-comerciais do Brasil seriam melhor atendidos com a descolonização.

[244] PINHEIRO, Letícia de Abreu. *Brasil, Portugal e Descolonização Africana (1946-1960)*. Contexto Internacional: Rio de Janeiro, n. 9, p. 91-111, 1989.
[245] Idem.

Chama a atenção, contudo, o fato de que a maior parte das manifestações pró-colonialismo ou em favor de uma postura conciliatória vagamente anticolonial é de caráter público e ostensivo; trata-se, principalmente, de pronunciamentos solenes e oficiais da diplomacia brasileira. Por outro lado, as críticas contra o colonialismo, português ou não, concentram-se em documentos internos do Itamaraty[246]. O fato sugere que, no Ministério das Relações Exteriores, não era unânime a adesão do Brasil à Política Externa do Lusotropicalismo, embora tenha

[246] Na presente dissertação, foram consultados todos os documentos disponíveis no AHI mencionados pela Professora Pinheiro em seu artigo, além de outros do próprio AHI, do CDO em Brasília e discursos e pronunciamentos oficiais. Assim se distribuem eles:

Documento	Localização	Destinatário	Posição
Carta Telegrama 69, 08/11/1948	AHI 79.3.4	Circulação interna	Conciliatória, com defesa dos interesses econômicos do Brasil.
Ofício s/n de 1º/02/1950	AHI 78.5.2	Circulação interna	Anti-colonialista
Ofício 87 de 1º/05/1950	AHI 78.5.3	Circulação interna	Anti-colonialista
Carta de J. C. Muniz para J. N. da Fontoura, de 14/08/1951	AHI 78.5.7	Circulação interna	Anti-colonialista
Discurso de J.N. da Fontoura em 20/05/1946, em homenagem a João de Barros.	BRASIL, MRE, *A serviço do Itamaraty por J. N. da Fontoura*.	Pronunciamento público	Defesa da aliança com Portugal.
Discurso do Embaixador Cyro de Freitas-Valle na abertura da IV AGNU, 1949		Pronunciamento público	Moderada e genérica defesa da emancipação
Discurso de Vicente Rao, Comitê de Tutela da ONU, IV AGNU, 1950.		Pronunciamento público	Defesa da "obra civilizadora" das potências coloniais.
Discurso do Embaixador Mário Pimentel Brandão na abertura da VI AGNU, 1951		Pronunciamento público	Posição conciliatória; defende "acordos compensatórios mediante negociação amistosa" e ONU como responsável pela questão apenas em último caso.
Discurso do Embaixador Mário Pimentel Brandão na abertura da VIII AGNU, 1953		Pronunciamento público	Em termos semelhantes a 1951, defende a "resolução do conflito entre o espírito nacionalista das nações jovens e a chamada ordem colonial."
Discurso do Professor Ernesto de Moraes Leme, na abertura da IX AGNU, 1954.		Pronunciamento público	Admite a possibilidade de críticas às Potências Administradoras, mas em espírito de "cooperação franca na execução da 'tarefa da civilização', cujo objetivo primordial é a preparação dos povos dependentes para o autogoverno ou a independência."
Discurso de Donatelo Grieco na Comissão de Tutela, janeiro de 1957		Pronunciamento público	Defesa da "missão civilizadora de Portugal (...), acima dos meros fatores materiais daquilo que se chama colonialismo."

sido essa a posição oficial predominante. São muitos os exemplos de manifestações, *interna corporis*, contrários à política oficial, que tendeu a sucumbir aos argumentos arrolados acima que desaconselhavam o apoio à descolonização (o combate ao comunismo, a preservação da aliança ocidental, a defesa dos tradicionais laços luso-brasileiros). Em outros termos, havia um embate entre a posição oficial do Itamaraty e a visão interna de importante parcela do Ministério.

A hipótese central desde capítulo é de que, apesar das ambiguidades referidas, é possível afirmar que, durante praticamente todo o período entre 1946 e 1960, enquanto o Itamaraty ostentava uma posição oficial que oscilou entre uma postura conciliatória ostentando um anticolonialismo pouco convincente e uma posição favorável às potências coloniais, diplomatas, sobretudo da delegação nas Nações Unidas, insistiam por uma política mais assertiva defensora da descolonização. Sob a tampa da moderação, o incômodo com a política oficial fervia.

Um dos principais desses incômodos era de caráter pragmático. Os prejuízos econômicos[247] com o colonialismo, em geral, e o português, em particular, constituíam queixa antiga da diplomacia brasileira. Em 1940, meses antes das comemorações centenárias, documento foi elaborado pelo Itamaraty e transmitido ao General Francisco José Pinto, Embaixador do Brasil àquelas festividades, e é bastante revelador da avaliação do Ministério das Relações Exteriores do Brasil sobre as relações bilaterais comerciais. Trata-se de despacho, confidencial, do Chanceler Oswaldo Aranha, contendo instruções sobre o estado da arte das relações bilaterais Brasil-Portugal para a eventualidade de ser o General abordado sobre qualquer desses assuntos. Ali, não se nota o entusiasmo que um espectador da luxuosa participação brasileira nas festas de 1940 suporia guiar as fraternais ligações luso-brasileiras.

[247] Na síntese de José Flavio Sombra Saraiva, "os diplomatas brasileiros nas Nações Unidas começavam [em 1946] a fazer uma distinção fundamental entre ajuda econômica internacional para países independentes como o Brasil e para áreas coloniais como a África. Nesse sentido, uma terceira matriz se formulou, no plano das percepções sobre o papel da África nas relações internacionais do Brasil. Tal matriz expressava, na verdade, uma ligeira suspeita de que a África poderia ser uma ameaça à distribuição de recursos financeiros internacionais para o desenvolvimento de países como o Brasil." SARAIVA, José Flavio Sombra. *Do silêncio à afirmação: relações do Brasil com a África*, in CERVO, Amado Luiz (org.). *O Desafio internacional*. Brasília: UnB, 1994, p. 271.

Aponta-se "sensível desequilíbrio"[248] na balança comercial em favor de Portugal, graças ao "sistema de tarifas preferenciais com que Portugal protege sua produção colonial, similar à brasileira". Segundo o Itamaraty, "a chamada 'cláusula de consanguinidade' com que Portugal parece favorecer a produção do Brasil, em seus Tratados de comércio com outros países, e que agora o Govêrno português reclama de nós, a título de reciprocidade, é, como Vossa Excelência verá, de benefícios ilusórios. por inoperante na prática". De fato, o documento busca demonstrar que os benefícios concedidos por Lisboa ao Brasil não interferem nas facilidades concedidas às suas colônias, que concorriam com vantagens tarifárias com os produtos brasileiros. No documento, Oswaldo Aranha critica o Governo português por insistir que a reciprocidade é devida em um tal caso. O Despacho conclui que "além, pois, de importar para nós em retribuição de favores que não recebemos, a referida cláusula, a ser adotada por nós, importaria, ademais, em discriminação contra a produção de outros países, o que é contrário à política brasileira de igualdade de tratamento em matéria comercial".

Durante os Governos Dutra, Vargas, Café Filho e Kubitschek, críticas semelhantes aparecem em documentos internos do Itamaraty e, por vezes, em manifestações públicas de autoridades brasileiras, como em mensagem do Presidente Vargas ao Congresso. No pós-Guerra, as críticas passavam a incluir, também, a disputa pela preferência de investimentos e empréstimos, sobretudo dos EUA, que favoreciam os territórios africanos e asiáticos, tidos como mais suscetíveis que a América Latina à influência comunista. O diagnóstico, em 1950, do Embaixador Freitas Valle a respeito dos inconvenientes econômicos do colonialismo para o Brasil foi:

> encarando o seu aspecto econômico sob uma visão global, chegaremos à conclusão de que muitas poderão ser as possibilidades de concorrência econômica por parte desses territórios, em relação à economia do Brasil, que ainda não atingiu um grau de maturidade agrícola ou industrial indispensável ao pleno florescimento e desenvolvimento de seus recursos naturais. As implicações derivadas do desenvolvimento dos recursos

[248] Despacho de Oswaldo Aranha para o General Francisco José Pinto, Embaixador do Brasil às Comemorações Centenárias, de 09 de maio de 1940, Confidencial. AHI Lata 664, Maço 9884.

> humanos e materiais dos territórios coloniais, sem que se lhes atribua um mínimo de direitos sociais e políticos, são de patente gravidade para o Brasil, porquanto de trata de uma economia 'paralela' e não 'divergente'. Estará na observação atenta pelo Brasil dos complexos problemas do colonialismo e a minoração dos efeitos de concorrência que este possa acarretar à economia nacional[249].

O Presidente Vargas, em sua primeira mensagem ao Congresso, abordou o tema nos seguintes termos, que seriam repetidos em documentos do Itamaraty:

> O Brasil encara com simpatia e interesse o desenvolvimento econômico de outras regiões, condição indispensável para a expansão do comércio mundial. Mas nota que a estimulada concorrência das áreas coloniais não parece servir aos interesses legítimos dessas áreas – que devem repousar antes numa expansão econômica equilibrada que num desenvolvimento desproporcionado dos setores de exportação – e se processa em condições desvantajosas para os países independentes, exportadores de produtos primários. Assim é que elas têm uma situação de preferência aduaneira consolidada nos acordos internacionais, os salários ali vigorantes são comparativamente vis e, finalmente, aquelas inversões, acompanhadas da assistência mais moderna, constituem realmente um subsídio de que não se beneficiam outras fontes de produção.
>
> A concorrência dessas áreas, nas condições em que se desenvolve, não só pode repercutir negativamente nos planos de desenvolvimento dos países como o Brasil, como contribuir para agravar a tendência secular à deterioração dos termos de intercâmbio[250].

Da mesma forma, não passou despercebido por diplomatas, durante o Governo Kubitschek, o antagonismo entre os interesses econômicos brasileiros e os das potências coloniais, os de Portugal, que nada oferecia em troca do amplo apoio político que lhe conferia o Brasil na questão

[249] Ofício 87 de João Carlos Muniz para Raul Fernandes, de 11 de maio de 1950. AHI 78.5.3. Não foi diagnóstico isolado. Cf., por exemplo, ofício de Freitas Valle para Raul Fernandes, de 1º de fevereiro de 1950, AHI 78.5.2.
[250] PINHEIRO, cit., p. 97.

colonial[251]. Ainda assim, a posição do Presidente Kubitschek objetiva não estremecer a tradicional aliança com Portugal em busca de proveito econômico. Preocupava, especialmente, em relação a Portugal, a intricada questão do café, em que a produção brasileira sofria gravemente com a concorrência do café angolano. Além disso, a assinatura do Tratado de Roma, com a criação do Mercado Comum Europeu, representava passo concreto rumo à concretização da "Euráfrica", em que o continente africano seria utilizado, para arrepio dos interesses brasileiros, como fornecedor de matérias-primas e gêneros produzidos no País.

O argumento econômico não foi capaz de delinear uma política sistemática e concreta de apoio à descolonização. Em cada governo, razões outras foram invocadas para preservar intacta a aliança com Portugal em detrimento dos interesses brasileiros. A necessidade de preservação da unidade do bloco ocidental, a identificação dos movimentos libertadores nas colônias com o comunismo e a tradição de relações afetivas com a ex-metrópole predominaram sobre o pragmatismo; sobre a evidente inconveniência econômica de se apoiar o colonialismo português; e sobre o crescente constrangimento de não apoiar firme e decididamente, ou até contrariar frontalmente, nas Nações Unidas, a causa de emancipação.

A política externa do Governo Dutra (1946-50), marcada pela defesa do "mundo livre" contra o comunismo e do bloco ocidental contra o "avanço soviético"[252], tinha seu ponto central na aliança com os Estados

[251] Williams Gonçalves afirma: "Os diplomatas brasileiros, na Embaixada de Lisboa, por sua vez, inconformados com a apatia do Itamaraty, não se cansavam de propor medidas capazes de facultar ao Brasil melhores termos de intercâmbio com Portugal. Martin Francisco, em outubro de 1959, após confessar sua ignorância e perplexidade em face dos motivos pelos quais não se tomava nenhuma providência para o assunto, reiterava as recomendações que considerava necessárias para a dinamização do intercâmbio. (...) Aos diplomatas brasileiros afigurava-se incompreensível a inexistência de contrapartida econômica para todo o apoio que o Brasil prestava à política colonial portuguesa". Op. cit., pp. 305-6.

[252] Segundo Cervo e Bueno, "houve completo alinhamento [com os EUA] na gestão do presidente Eurico Gaspar Dutra (...). Símbolo do estreitamento da amizade entre Brasil e Estados Unidos foi a viagem de Dutra àqueleo país [em 1949]. (...) Dutra foi o primeiro presidente brasileiro que visitou oficialmente os Estados Unidos". Op. cit., p. 271. Afirma Williams Gonçalves: "à queda de Getúlio Vargas, em outubro de 1945, sucede a eleição do general Eurico Gaspar Dutra, que pauta seu governo por uma política liberal conservadora. Desse modo, a degradação da 'grande aliança' do tempo de guerra e o consequente discurso americano cada vez mais anticomunista conjugam-se harmonicamente com a percepção que o governo Dutra extrai das realidades interna e externa". Op. cit., p. 75. Continua o autor: "a vontade de acompanhar a política internacional americana não conheceu limites, mesmo quando a retórica ia além do realismo político. Esse

Unidos e, secundariamente, com o Reino Unido, reforçada pela herança da participação brasileira na 2ª Guerra Mundial. Assim, o Brasil tendia ao alinhamento às potências ocidentais contra qualquer incursão ou projeto identificado com a política soviética:

> na recém-criada Organização das Nações Unidas, esta orientação se traduzia nas seguintes instruções: acompanhar a delegação norte-americana e, secundariamente, a britânica; opor-se 'às iniciativas e regimes políticos identificados ou identificáveis ao comunismo e ao regime soviético;' apoiar seus oponentes e agir de forma a manter o equilíbrio de poder na América do Sul[253].

Nas questões relativas aos Territórios Não Autônomos, nas Nações Unidas, o Brasil tendeu, no Governo Dutra, a uma posição conciliatória, porém "simpática às teses colonialistas", segundo Letícia Pinheiro. Em 1948, por exemplo, o Brasil foi eleito, com o apoio do grupo colonialista e sem lançar candidatura, para participar do Comitê Especial para tratar da questão colonial[254]. Como explica Letícia Pinheiro, a chamada 'nova concepção' de política colonial presente no artigo 73 da carta e defendida pela delegação brasileira "consistia, na realidade, numa atuação do Brasil

foi especialmente o caso do rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética, em outubro de 1947. Apesar da tentativa americana de evitar o rompimento e, também, da posição contrária do embaixador brasileiro em Moscou e do representante nas Nações Unidas, Osvaldo Aranha, o Chanceler Raul Fernandes não recuou daquela que considerava uma firma posição de princípio. Todavia, como afirma Gerson Moura, 'a fragilidade das 'razões' de política internacional sugere que os motivos do rompimento localizam-se no processo político interno do Brasil. Mais teria pesado a conveniência de proscrever o Partido Comunista Brasileiro do propriamente os eventuais problemas políticos com o Estado soviético – e isso, em última análise, se ajustava coerentemente com o visceral anticomunismo do governo Dutra". Idem, pp. 75-7.

[253] Ibidem, p. 92.

[254] Em 08 de novembro de 1948, Raul Fernandes informava pela Carta Telegrama número 69: "Na quarta Comissão, relativa aos territórios não autônomos e sob o regime de fideicomisso, o Brasil foi eleito para fazer parte do Comité Especial criado em virtude da Resolução 146, de 1947, a fim de examinar se informações referentes aos territórios não autónomos. É de salientar que, apesar de não haver pleiteado a sua eleição, o Brasil obteve a segunda colocação entre as potências mais votadas, reunindo 36 votos. Apenas a China e a Índia com 41 votos, cada, o superaram. A candidatura do Brasil, levantada espontaneamente sábado à tarde e sufragada esta manhã, foi consequência da atuação precisa e serena, no 4º Comité, do Senador Alvaro Maia (...) A Delegação brasileira, na 4ª Comissão, defendeu a nova concepção de política colonial que deflui do artigo 73 da Carta, sem, contudo, melindrar as potências administradoras, que deram, todas, também, o seu voto ao Brasil". AHI 79.3.4.

simpática às teses colonialistas durante os debates ocorridos em março de 1947 na comissão *ad hoc* destinada a discutir as informações prestadas pelas potências administradoras acerca de seus territórios, antes de sua remessa à Assembleia Geral". Como exemplos dessa atuação, a autora cita a adesão do Brasil à condenação da obrigatoriedade de prestar informações de natureza política sobre territórios não autônomos, e o sucesso do Brasil, ao lado de Estados Unidos e Dinamarca, em "desfazer, no seio da Assembleia Geral, as alterações de maior peso anti-colonialista votadas anteriormente na IVª Comissão".

No ano seguinte, na abertura do Debate Geral da IV Assembleia-Geral das Nações Unidas, o Embaixador Cyro de Freitas-Valle pronunciaria discurso em que o tema do colonialismo foi abordado de forma cautelosa, mas contundente[255]. Ainda assim, as linhas gerais da política externa brasileira, de apoio aos EUA contra as pretensões soviéticas – a União Soviética era, à época, a principal potência anticolonial – se sobrepuseram inclusive, como visto, ao argumento econômico, para definir uma política conciliatória de cautela e moderação. A descolonização nos interessava, mas não as defendíamos. Em 1950, Vicente Rao, depois Ministro das Relações Exteriores de Getúlio Vargas, ao dirigir-se ao Comitê de Tutela da ONU, durante a IV Assembleia-Geral, foi ainda mais longe e defendeu as "obras de civilização" das metrópoles:[256] a conciliação pendia para a defesa das potências coloniais.

Isso não ocorreu sem o incômodo da delegação brasileira. Se a posição oficial do Governo brasileiro, expresso pelo Itamaraty,

[255] Pode-se dizer que, na ONU, apenas em 1961 o Brasil se pronunciaria de forma mais veemente em defesa da descolonização, no discurso de abertura da XVI AGNU proferido pelo Chanceler Afonso Arinos de Mello Franco, já no contexto da Política Externa Independente. Foram as seguintes as palavras do Embaixador Freitas-Valle na ocasião, a respeito do tema: "o advento de povos coloniais à independência constitui, sem dúvida, revolução política da maior importância. É de esperar que esse processo transcorra de maneira acelerada e seja facilitado pelas atividades do Conselho de Tutela, sobre o qual pesa imensa responsabilidade em sua função de representar a consciência internacional de povos ainda privados de expressão política autônoma. Não deixa de ser com alguma preocupação, contudo, que o governo brasileiro constata uma certa tendência da parte de potências metropolitanas administradoras de territórios não-autônomos de utilizarem uniões administrativas, quer com o propósito de reduzirem a área de supervisão internacional, ou ainda – o que é mais alarmante –, como estágio preparatório para absorção política. Felizmente, é dever do Conselho de Tutela manter-se alerta sobre o problema e coibir tais tendências." MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *A Palavra do Brasil nas Nações Unidas*. Brasília: Funag/CHDD/Ipri, 2007, pp. 64-5.

[256] Apud PINHEIRO, cit., p. 98.

inclinava-se à defesa da conciliação e do diálogo entre potências coloniais, países anticolonialistas e povos administrados, expedientes trocados entre a delegação brasileira em Nova York e a Secretaria de Estado demonstram que o Ministério previu o malogro do colonialismo e sugeriu fosse adotada postura de defesa aberta da emancipação dos Territórios Não Autônomos. Mais que isso, ainda que a postura da delegação do Brasil na ONU não pudesse ser considerada propriamente anticolonialista, o Chanceler Raul Fernandes, em 1950, viu-se na contingência de, "em prol da unidade do bloco anticomunista", limitar a atuação do delegado brasileiro, João Carlos Muniz, para conduzi-lo a uma política mais francamente favorável às potências coloniais. Um inconformado Embaixador Muniz, um ano depois, escreveria[257]:

> me cumpre dirigir a atenção de Vossa Excelência para o fato de ter havido, em 1950, modificação bastante grande na política geral que até então nos guiava. Desde o começo das atividades da Comissão de Tutela a Delegação do Brasil sempre teve atuação destacada e independente. Sem perder de vista as realizações por ventura úteis das potências coloniais, não hesitamos apontar as falhas do regime colonial e pronunciar-nos firmemente em favor de quanto pudesse conduzir a uma rápida emancipação dos povos ainda dependentes. Para isso dois fatores contribuíam: primeiro nossa tradicional política liberal e progressista; segundo nossos interesses econômicos, que melhor servidos estariam com a emancipação dos territórios dependentes (...). Em 1950, entretanto, o Itamaraty, sob orientação do ilustre antecessor de Vossa Excelência [Raul Fernandes], declarou ser necessário corrigir a 'evidente tendência para atitudes extremas', que a seu ver existia na atitude anti-colonialista da nossa Delegação, tendência que, acrescentava, se vinha acentuando de ano para ano. Diziam as mesmas instruções: 'É necessário não esquecer que as chamadas potências coloniais são as mesmas cuja política nas Nações Unidas conta com o apoio do governo brasileiro, convindo evitar, especialmente num órgão como o Comitê Especial, cujas atividades têm caráter indisfarçadamente político, a impressão de que a frente organizada

[257] Ofício 154 de João Carlos Muniz para João Neves da Fontoura, em 14 de agosto de 1951. AHI 78.5.7.

> contra o comunismo se acha dividida e uma parte pende, no assunto, para o ponto de vista soviético'.
> O Embaixador José Carlos Muniz saiu em defesa de uma postura mais independente do Brasil em relação aos Estados Unidos na matéria, afirmando jamais ter sido exagerada a defesa da descolonização pela delegação brasileira: Antes das instruções de 1950 nossa atitude anti-colonialista nunca foi excessiva: pelo contrário, nossas críticas tiveram sempre caráter construtivo e as potências europeias em geral bem compreendiam nossa posição. (...) Vossa Excelência aí [no ofício 87 do Embaixador Muniz para Raul Fernandes, de 11 de maio de 1950] poderá ver quão conveniente seria que pudéssemos manter a posição livre e progressista que tanto sucesso garantiu a nossa atuação nas Assembleias anteriores.

O aludido ofício nº 87 de maio de 1950 é um detalhado estudo da delegação do Brasil a respeito dos principais sistemas de exploração colonial existentes, à exceção de Portugal, ainda não membro da ONU, e um conjunto importante de recomendações e previsões sobre o futuro da questão colonial. O documento analisa, ainda, algumas questões jurídicas de grande relevo em discussão, à época, nas Nações Unidas.

O texto afirma, inicialmente, que não apenas o colonialismo não se pode expandir – já que não existiam regiões a serem descobertas e não se tolerava a conquista de territórios soberanos – como se encontrava em franca decadência e fadado a desaparecer – a população dos Territórios Não Autônomos decresceu, em dez anos, de 750 para 250 milhões de pessoas[258]. Assim, para o delegado do Brasil, quatro "fatores decisivos" iriam influenciar o futuro do colonialismo:

[258] *In verbis*, afirma o Embaixador Muniz: "Nada indica melhor o dinamismo da presente fase de transformação do colonialismo do que o fato dos territórios não autônomos, que ainda há dez anos contavam com uma população de 750 milhões, estarem hoje, em virtude da emancipação de muitos deles, reduzidos a apenas 200 milhões. (...)
Uma instituição, como o colonialismo, que não mais pode expandir-se, e que, ao contrário, retrogride sempre, é uma instituição condenada a desaparecer. Já não existem regiões a serem conquistadas, a menos que se procure subjugar Estados soberanos, o que a conciência (sic) internacional não mais tolera, como ficou evidenciado no caso da conquista da Etiópia pela Itália. De outro lado, a comunidade internacional organizada se opõe fortemente à permuta de povos e territórios e, por conseguinte, não parecem prováveis trocas dessa natureza entre os Estados Administradores". AHI 78.5.3.

1) não mais existem territórios sem-dono nem povos atrasados a conquistar;
2) os povos coloniais, principalmente nos territórios mais adiantados, desenvolveram aspirações políticas e reivindicações nacionalistas que não podem ser ignoradas;
3) desde a guerra de 1914/18 a opinião pública mundial não mais tolera a ampliação do colonialismo;
4) permanente preocupação internacional pelo progresso e a consecução das aspirações políticas, econômicas, sociais e educacionais de todos os povos não autônomos[259].

O ofício em apreço apresenta o problema colonial como afeito a toda a comunidade internacional, titular do dever de prover as condições necessárias para a emancipação dos povos não autônomos e de tomar todas as precauções indispensáveis para que eles não tornem ao estado de colônias[260]. Era recorrente a utilização pelas potências coloniais de argumentos que buscavam amainar suas próprias obrigações em relação aos territórios que administravam. O mais comum era a qualificação das obrigações que lhes são impostas pela Carta das Nações Unidas – seja o dever de prestar informações, seja o de prover o progresso econômico, político e social – como encargos meramente morais, e não jurídicos[261].

[259] AHI 78.5.3.

[260] O Embaixador José Carlos Muniz cita e concorda com Wendell Wilkie, quando afirma: "o futuro desses países atrasados é um problema que se apresenta diante da consciência do mundo e não pode ser resolvido por potências isoladas. Creio que o mundo tem o dever de descobrir um sistema que permita aos povos coloniais associar-se à causa das Nações Unidas e de se tornarem, eles próprios, livres e independentes. Devemos estabelecer uma escala dentro da qual eles poderão preparar-se para formar governos de sua escolha. Devemos fixar garantias rígidas, pelas quais as Nações Unidas terão a responsabilidade comum, a fim de que esses países não caiam novamente na categoria de colônias". AHI 78.5.3.

[261] "Prevaleceu em São Francisco a tese de que os assuntos coloniais já não podem ser aceitos como dependendo exclusivamente da soberania interna dos Estados Administradores. Reconheceu-se ali que os territórios não-autônomos constituem um dos pontos de atrito mais perigosos nas relações entre países que conduzem à guerra. Foi aceito igualmente que os perenes conflitos sobre fontes coloniais de matérias-primas, mercados, oportunidades de investimento, mão-de-obra, pontos estratégicos e prestígio imperial, para nada dizer da constante tentação para países agressivos se apoderarem de povos fracos e indefesos, deveriam ser eliminados se se quisesse dar bases novas e estáveis à paz. Não foi por acaso que a Carta das Nações Unidas, que consta de apenas 19 capítulos, dedicou 3 deles ao problema colonial". Ofício 87 de

O delegado brasileiro invoca as origens da Carta de São Francisco para fazer ver à Secretaria de Estado que foi objetivo central da Carta pôr fim ao colonialismo por ser ele uma das principais causas de conflitos armados e uma fonte de opressão e exploração de populações mais fracas e menos favorecidas[262].

Com solidez de argumentos, sustentou o autor do ofício a obrigação das potências coloniais de prestarem contas de suas atividades nos Territórios Não Autônomos. Invocou Edmund Burke e sua campanha vitoriosa, em 1783, no sentido de consagrar essa obrigação, para sustentar que, no sistema ONU, também as potências deveriam fornecer todas as informações a respeito da tutela de que eram titulares, de modo a possibilitar a aferição do cumprimento ou não do mandato exercido[263].

11/05/1950 de João Carlos Muniz para Raul Fernandes. AHI 78.5.3.

[262] Lê-se, no mesmo ofício: "Em janeiro de 1946, na Assembleia Geral em Londres, o Delegado da Austrália (país que com os Estados Unidos da América teve uma participação muito importante na formulação dos princípios consubstanciados nos Capítulos XI, XII e XIII) dizia: 'A Carta coloca, portanto, o conjunto do mundo colonial no domínio da responsabilidade internacional'. Por sua vez, na mesma ocasião, sustentava o representante dos Estados Unidos, no tocante à aplicação do Artigo 73: 'Declaramos agora de forma clara e definitiva que as declarações do Capítulo XI da Carta não dizem respeito unicamente às Potências Colonialistas, mas antes a todas as Nações Unidas'.

No estudo que escreveu a respeito para a 'Revue juridique et Politique de l'Union Française', o Professor Mathiot sustenta que (...) 'Ainsi la Carte des Nations Unies limite la compétence des poissances coloniales; elle les oblige, prudemment, à realiser les fins qu'elle affirme et que les signataires reconnaissant être celles de la colonisation'".

[263] O texto do Embaixador Muniz é: "Permito-me recordar, Senhor Ministro, que em 1783, Edmund Burke iniciou a sua grande campanha parlamentar, que duraria dez anos, com a qual conseguiu fixar de forma indelével na mente dos britânicos a concepção da tutela para os povos dependentes. No mencionado ano, falando nos Comuns, Burke sustentava que 'todo poder político imposto sobre homens deve ser de um outro modo exercido em seu benefício'; e que 'cada espécie de poder político, e cada gênero de privilégio comercial são um trust (tutela mandato); e é da própria essência de cada trust a obrigação de prestar contas (be rendered accountable)'. Graças à campanha de Burke, em 1788 a Casa dos Comuns iniciou perante a Casa dos Lords o impeachment de Warren Hastings, pro-cônsul britânico na Índia, acusado de métodos autocráticos, violação da trusteeship e da prática de injustiças contra os povos que administrava na Índia. (...) Ao aceitarem 'as sacred trust' a obrigação de promover a prosperidade 'de territórios cujos povos ainda não tenham atingido a plena capacidade de se governarem a si mesmos', as Potências Coloniais reconheceram que tais povos, politicamente menores, se encontram sob a tutela da comunidade internacional. Se em 1788 Edmund Burke já podia tornar vitoriosa a tese de que 'it is of the very essence of every trust to be rendered accountable', não há como se surpreender pelo fato de, em 1945, em São Francisco, as Nações Unidas terem inscrito o mesmo princípio em sua constituição." Conclui o Embaixador Muniz: "é da própria letra da Carta a obrigação da prestação de contas à comunidade internacional, uma

Essa avaliação das informações transmitidas estava a cargo de um comitê, criado na I Assembleia-Geral, com prazo de um ano, renovado no ano seguinte. Em 1948, na AGNU realizada em Paris, a tese de um comitê permanente vinha ganhando adeptos, para arrepio das potências coloniais, que conseguiram articular a derrota da proposição, que contava com o apoio do Brasil. Em 1949, os Estados Unidos apresentaram projeto que prorrogava o comitê por três anos, e não apenas um, em movimento conciliatório de interesses, embora França, Reino Unido, Bélgica e União Sul-Africana tenham votado contrariamente. A proposta foi aprovada, com decisivo apoio e articulação do Brasil:

> Pedimos vênia para acrescentar que a intervenção da Delegação do Brasil foi decisiva no sentido de se criar um comitê por um triênio apenas, pois a maioria esmagadora na IV Comissão favorecia o estabelecimento de um comitê de duração indefinida, a exemplo do que foi feito para Pequena Assembleia. Os representantes da Bélgica e do Reino Unido, assim como o dos Estados Unidos da América, agradeceram com visível sinceridade a atitude conciliatória do representante do Brasil. A melhor prova do equilíbrio com que tem atuado a Delegação do Brasil na questão colonial nós a temos na verdadeira consagração que o nosso país recebeu, ao seu reconduzido para o comitê especial com o apoio decidido e espontâneo do Reino Unido e outras Potências Coloniais[264].

O detalhado estudo, cujo objetivo era demonstrar o acerto de uma posição altiva e tendente ao anticolonialismo, termina enumerando as quatro conclusões seguintes:

a) O colonialismo não é uma instituição estática e não pode permanecer imune às profundas e irreparáveis transformações ocorridas nos últimos tempos, quer nos domínios econômico e social, quer nos domínios político e jurídico;
b) A comunidade internacional considera hoje que a manutenção de territórios coloniais só se justifica quando tem função civilizadora e educadora, não sendo admissível senão quando

prestação cuja compulsoriedade não se pode contestar de boa fé".
[264] AHI 78.5.3.

exercida com o consentimento do povo colonizado e visando, em determinados casos, sua completa autodeterminação; vale dizer que a colonização somente no momento em que cessa é que encontra, retrospectivamente, sua plena justificação política e moral;

c) A Carta das Nações Unidas reconheceu o primado dos interesses das populações não autônomas, que devem ser administradas pelas Potências Coloniais como se se tratasse de uma missão sagrada: de mandato, custódia, tutela, tutoria ou trust conferido pela comunidade internacional;
d) O princípio do trust é inseparável do princípio da accountability, ou seja, da supervisão da atitude do trustee (síndico, depositário, tutor) para com o ward (pupilo), explicitamente incorporando no Capítulo XI da Carta das Nações Unidas, o qual, de resto, está indissociavelmente ligado aos Capítulos XII e XIII do mesmo pacto, como se comprova pela documentação relativa à sua formulação em São Francisco;
e) Finalmente, à circunstância dos constituintes de São Francisco se terem empenhado, sobretudo, em chegar a acordo quanto aos princípios (para não mencionarmos a tradicional preocupação anglo-saxônica) de elaborar textos flexíveis), deve-se o fato da Carta das Nações Unidas apresentar mais a feição de um resumo desses mesmos princípios do que a de um código preciso e rígido, o que robustece a impressão de especialistas da responsabilidade de um Lazare Kopelmanet: 'la Conférence de San Francisco a manifestement voulu laisser à l'Organisation elle-même le soin d'apporter ici les précisions nécessaires'[265].

Do exposto, pode-se concluir que, no Governo Dutra: (a) a posição oficial em relação ao tema do colonialismo nas Nações Unidas tendeu a uma postura conciliatória e moderada, sem grande comprometimento com a descolonização, apesar de alguns sinais nesse sentido, logo "corrigidos"; e (b) que, no Itamaraty, havia quem demonstrasse incômodo com a postura pouco assertiva do Brasil na questão, buscando demonstrar o acerto de se adotar uma postura simpática à descolonização.

[265] AHI 78.5.3.

A política externa do Governo Getúlio Vargas (1951-1954) buscou combinar uma agenda desenvolvimentista, industrializante e crítica das desigualdades do sistema econômico internacional com o tradicional alinhamento com os EUA, embora de maneira menos automática que no Governo Dutra[266]. Era objetivo central do novo governo colher vantagens – industrialização e desenvolvimento econômico – da manutenção da aliança com os EUA[267].

Sobre a questão colonial, pode-se afirmar que a postura conciliatória prevaleceu no Governo Getúlio Vargas, apesar de as aspirações da política externa varguista recomendarem o contrário e de o próprio presidente ter se pronunciado no sentido de condenar a política colonialista europeia[268]. Como diz Letícia Pinheiro, "se evidenciou o anacronismo do discurso de apoio à manutenção do colonialismo, por razões de ordem ideológica – se e quando se registrou tal permanência – numa conjuntura diplomática em que se procurava recuperar o 'tempo perdido', ideia presente no programa de campanha presidencial de Getúlio Vargas"[269].

Logo no primeiro ano do Governo, o Embaixador Mario de Pimentel Brandão, ao usar a palavra na VI Sessão Ordinária da Assembleia-Geral, deixou claro a posição conciliatória do Brasil. O Embaixador Brandão afirma que, a despeito da simpatia do Brasil às "legítimas aspirações nacionalistas dos povos", o País permaneceria advogando soluções conciliatórias, com "acordos compensatórios mediante negociação amistosa". O representante brasileiro vai ainda mais longe para afirmar que as Nações Unidas deveriam ser espécie de *ultima ratio*, a ser invocada apenas no caso de malogro das negociações diretas: "trazer diante da Organização das Nações Unidas uma disputa sem antes serem exauridos todos os outros meios de solução pacífica é contrária ao sentido da

[266] PINHEIRO, cit., p. 95. GONÇALVES, cit., p. 77.
[267] Idem.
[268] "No plano global, o nacionalismo varguista emprestou sua voz para condenar a política colonialista europeia. A propósito da discussão suscitada sobre os movimentos nacionalistas na Tunísia, no Marrocos e na Guiana Inglesa, assim se manifestou Vargas: 'Vemos com simpatia os movimentos nacionalistas de povos que anseiam pela sua completa emancipação política e econômica, continuando em nossa orientação adversa ao imperialismo escravizador e ao colonialismo tentacular, que visam apenas a locupletar-se com a miséria das Nações sub-desenvolvidas'". GONÇALVES, cit., p. 79.
[269] Ibidem.

Carta e traz-lhe dano considerável"[270]. Dois anos mais tarde, o mesmo representante voltaria ao tema, de forma mais sucinta, defendendo a "resolução do conflito entre o espírito nacionalista das nações jovens e a chamada ordem colonial"[271].

Durante o Governo Vargas, o Brasil teve de se pronunciar a respeito da questão colonial não apenas em abstrato, mas em casos específicos. Entre eles, chama atenção a questão da autonomia da Tunísia, que fornece dados interessantes para a compreensão da política brasileira em relação à questão colonial. Em um primeiro momento, a postura brasileira foi a de defender a inclusão da questão na agenda de debates da ONU, embora evitando que o assunto fosse levado ao Conselho de Segurança. Com isso, a delegação pretendia "conquistar a simpatia dos representantes árabes, asiáticos e latino-americanos, com vistas à pretensão brasileira de ocupar significativos postos no organismo das Nações Unidas"[272]. Conciliadora, a delegação brasileira buscou, com sucesso, convencer o Grupo de Países Latino-americanos a não convocar sessão extraordinária

[270] O texto do discurso do Embaixador Pimentel Brandão, na parte relativa à descolonização, é: "os problemas emergentes das reivindicações nacionalistas de certos grupos são delicados e de difícil resolução. Enquanto o Brasil, conforme suas tradições políticas, simpatiza profundamente com as legítimas aspirações nacionalistas dos povos, não deixa de ter sempre estado na vanguarda dos que advogam soluções pacíficas e conciliatórias para todos os conflitos da vida internacional. O Presidente Vargas, em sua mensagem ao Congresso Brasileiro este ano, declarou que todo colonialismo deve ser visto como sobrevivência indesejável na vida internacional de hoje. Na atual conjuntura, é de importância premente que povos aspirantes de liberdade total se empenhem em agir com a prudência e a calma exigidas pela necessidade de salvaguardar a estrutura de segurança construída tão lenta e dolorosamente e que oferece a melhor garantia para a realização de seus anseios. É portanto vital procurar-se acordos compensatórios mediante negociação amistosa. Trazer diante da Organização das Nações Unidas uma disputa sem antes serem exauridos todos os outros meios de solução pacífica é contrariar o sentido da Carta e trazer-lhe dano considerável. Em um momento em que são submetidas às Nações Unidas questões que pesam sobre o mundo, não é demais reafirmar a necessidade vital de confiança mútua e de fé em nossa Organização, em seus objetivos e aspirações. Faz-se mister que as resoluções e recomendações, tanto da Assembleia Geral quanto do Conselho de Segurança, sejam respeitadas por todos os Estados- membros e que as decisões da Corte Internacional de Justiça sejam mantidas por todos os governos. O Brasil sente-se particularmente bem qualificado a apoiar tais projetos já que o espírito de conciliação e paz, tantas vezes confirmado por seu desenvolvimento histórico e por sua conduta no âmbito da comunidade das nações, faz parte da sua tradição legal e do temperamento de seu povo. Pois o verdadeiro espírito democrático fundamenta-se sobre uma justa harmonia entre interesses coletivos e individuais". Cf. MRE, *A Palavra...*cit., pp. 77-8.

[271] Idem, p. 94.

[272] PINHEIRO, cit., p. 97.

sobre o tema. Além disso, na VII[a] AGNU (1952), apresentou projeto que resultou na Resolução 611 (VII) de AGNU, em que, "considerando que as Nações Unidas, como centro para harmonizar as ações entre as nações (...), deve lutar para remover quaisquer causas e fatores de discórdia entre os membros", insta o Governo francês a permitir o desenvolvimento de "instituições livres" na Tunísia e conclama a França e os nacionalistas a negociarem, rumo à autonomia tunetana, no futuro.

No ano seguinte, contudo, o Brasil votou contra projeto de resolução apresentado pelos países árabes em prol da independência da Tunísia, sob o argumento de que seria "descortês com a França". A reação de Getúlio Vargas foi contundente na crítica à "galofilia" que guiou o Itamaraty, sob Vicente Rao, nesse episódio. Afirmou:

> As nações não se dirigem por essas formas arcaicas de cortesia, mas por interesses. No caso, a nossa atitude contrária ao regime colonialista se justifica, primeiro porque corresponde a uma tradição liberal do país e, segundo, porque reflete um interesse econômico que é aquele de competir com povos que progridem no trabalho livre e que desconhecem o trabalho escravo. Por outro lado, a nossa atitude coincide com as aspirações dos demais países latino-americanos e também com o movimento de libertação do mundo árabe. Porque então abandonarmos, por uma tão mal compreendida gentileza com relação à França, a liderança natural de dois grandes blocos internacionais, o grupo latino-americano e o mundo árabe.

Letícia Pinheiro enxerga, no episódio, a um só tempo: (a) a prova do desprestígio de Getúlio Vargas, presidente próximo ao fim trágico de seu mandato e cujas orientações não tiveram maiores consequências para a definição da política brasileira; (b) o resultado da reforma ministerial conservadora de 1953, que pôs Vicente Rao – que já elogiara as "obras da civilização" das potências europeias – à frente do Itamaraty; e (c) a vitória dos setores mais tradicionais do Ministério das Relações Exteriores, que se concentrariam na cúpula da instituição.

Em 1954, na IX Sessão Ordinária da AGNU – já no Governo Café Filho, mas pouco tempo após o suicídio de Vargas – a descolonização voltava a ser tratada pelo chefe da missão brasileira, desta vez o Professor Ernesto de Moraes Leme. Em sua alocução, fica claro que "a descolonização continuava a ser minimizada e vista, de maneira paternalista, como

questão de cooperação franca e construtiva ligada à preparação dos povos dependentes para o autogoverno ou a independência"[273]. O Embaixador Leme apelidou esse "processo de preparação para a independência" como a "tarefa da civilização", em alusão que sugere o caráter missionário da ação europeia nos territórios administrados. Em seu discurso, o chefe da delegação não excluiu a possibilidade de críticas às potências coloniais, mas assegura que elas são prova da confiança do Brasil na tarefa que desenvolvem[274]. O teor francamente condescendente do Professor Leme em relação às potências coloniais sugere que, de fato, a postura brasileira oscilou, após 1953, de conciliatória a simpática às potências coloniais e seu "encargo civilizador".

Ainda, assim, mesmo que no período anterior a 1953, no Governo Vargas também gerou polêmica, no Itamaraty, a estratégia a ser adotada na questão colonial. Externamente, permaneceu predominante a oscilação entre uma posição conciliatória e vagamente anticolonialista, e outra favorável às potências coloniais – como no caso da Tunísia pós-1953. Mais uma vez, a troca de expedientes entre a delegação brasileira e a Secretaria de Estado sugere que havia, no seio do Itamaraty, quem

[273] MRE. *A Palavra...*, cit., p. 96.

[274] É o seguinte o texto do discurso do Professor Ernesto Leme: "As Nações Unidas também terão que considerar os problemas complexos relacionados às provisões dos Capítulos 11 e 12 da Carta que fundou a nossa Organização. Não acho que seja necessário eu reforçar mais a importância que meu Governo atribui ao papel que esta Organização é chamada a representar no campo colonial. Pela Carta, todos os Membros das Nações Unidas concordaram juntos com a aplicação dos princípios e a realização dos objetivos atribuídos às Potências administradoras pelas provisões concernentes aos Territórios que não são Auto governantes. Ao cumprir esta tarefa, portanto, devemos dar a nossa cooperação franca e leal aos Estados-membros que assumiram a responsabilidade perante a comunidade internacional pelo desenvolvimento político, econômico e social dos povos que ainda não atingiram um autogoverno total. Esta cooperação pode, algumas vezes, tomar a forma de criticas bastante severas quanto à política praticada em certos campos pelas administrações coloniais. Não se deve, contudo, achar, que este exame consciente dos problemas tem qualquer outra intenção a não ser aquela construtiva de cooperação franca na execução da "tarefa da civilização", cujo objetivo primordial é a preparação dos povos dependentes para o autogoverno ou a independência. Neste campo, a crítica honesta é um símbolo de nossa confiança nas Potências administradoras. Se algumas vezes deixamos de concordar com elas na interpretação de princípios, sinceramente acreditamos que a colaboração entre as Potências administradoras e as não-administradoras é sempre possível nas Nações Unidas. Esta troca de ideias será sempre útil, se as questões forem consideradas pelos seus méritos e se nossas atitudes para com os outros não for determinada por nenhum fator externo ao objetivo que todos estamos procurando alcançar, isto é, o bem-estar dos povos dependentes". MRE, *A Palavra...*cit., p. 101.

demonstrasse incômodo com a posição brasileira. Em abril de 1952, o encarregado de negócios do Brasil na missão junto à ONU, Álvaro Teixeira Soares, fez defesa veemente de uma postura mais afirmativa do Brasil como porta-voz do mundo em desenvolvimento, em geral, e latino-americano e árabe, em particular. O diplomata antevê o fim do colonialismo e a "perda de controle" da situação nas colônias pelas potências coloniais:

> o desenvolvimento das aspirações à independência por parte das populações árabes da Tunísia e do Marrocos, às quais deu grande alento a criação da Líbia como país independente, faz prever que as potências coloniais europeias, cedo ou tarde, perderão definitivamente o controle da situação. A Espanha, muito habilmente, está procurando desde já criar 'nova ordem política' no Marrocos espanhol e parece procurar transformar-se em possível porta-voz do mundo árabe[275].

Após enumerar as antipatias que suscitava o Estado espanhol, continua:

> Permito-me dizer que a nação que poderia ser, dentro da ONU, o porta-voz eficiente, prudente e preciso das aspirações da área sub-desenvolvida seria o Brasil. Temos no mundo árabe e asiático simpatias, umas ostensivas, outras em estado de latência, que deveríamos explorar. (...) Os árabes mostram-se irritados com a política do Ocidente, procrastinadora e hesitante, em relação à ajuda econômica para o desenvolvimento de suas pátrias. Eles voltam-se para o Brasil e muitas vezes dizem que o Brasil 'deveria' e 'poderia' ser o seu intérprete, com a vantagem inigualável de não estar na área crítica e ser nação latino-americana. Os muçulmanos asiáticos encaram o Brasil como um país que não tem preconceitos raciais e religiosos e está realizando um equilíbrio social que eles invejam, porque estão ainda enquadrados numa estratificação social difícil de romper. Nessas condições, se o Brasil realizasse dentro da ONU uma grande política – hábil, esclarecida, prudente e bem definida – abrangendo os problemas políticos e econômicos da grande área subdesenvolvida do mundo, poderia transformar-se em leader, não

[275] Carta-Telegrama 68, em 26/04/1952, de Álvaro Teixeira Soares para a SERE. AHI 79.4.6.

> apenas do bloco latino-americano, mas também do árabe e muçulmano asiático. Uma grande política internacional faz-se evidentemente com grandes ideias e o que muitas vezes parece irrealizável ou utópico pode estar, sem que saibamos, ao alcance da nossa mão, tudo dependendo de uma 'sistemática' que exija esclarecimento, perseverança e mesmo audácia.

Foi também no Governo Vargas que a questão colonial portuguesa foi posta de forma clara ao crivo da diplomacia brasileira na ONU, quando a questão de Goa foi colocada na agenda da instituição pela recém-independente União Indiana. Após receber instruções da Secretaria de Estado no sentido de, a um só tempo, proceder à vaga defesa da descolonização e sustentar que o colonialismo português em Goa não era colonialismo por ali se ter estabelecido a concórdia entre portugueses e demais populações, o Embaixador João Carlos Muniz expõe a contradição de tal posição de forma crua:

> Peço entretanto vênia para ponderar que as instruções contidas na CT de Vossa Excelência [Carta-Telegrama 97, não disponível no AHI] seriam difíceis de conciliar com a orientação dada à delegação à Assembleia (...). Seria extremamente difícil justificar uma atitude anti-colonialista em relação às demais potências administradoras ao mesmo tempo em que tentássemos demonstrar a falácia dos que se opõem ao regime colonial em Gôa. Quer-nos parecer que não seria fácil defender a tese de que, nas palavras da CT 97, teria desaparecido, no caso goano, a 'odiosa distinção entre colônia e metrópole'. A menos que pudéssemos provar que o povo de Gôa atingiu a situação de autonomia prevista pela Carta, nossa atitude somente contribuiria para privar-nos de autoridade moral para criticar a política colonial de outras potências. (...) Quer-me parecer que, embora deixando bem clara nossa simpatia e nossos sentimentos de amizade em relação a Portugal, não devemos comprometer nossa posição de princípio, apresentando-nos como defensores de um regime colonial[276].

Mais uma vez, durante o Governo Vargas, manifestou-se a ambiguidade da política externa em relação ao tema: variando

[276] Carta-Telegrama 205 de João Carlos Muniz para a SERE, em 3/11/52. AHI 79.4.6.

entre uma posição conciliatória e vagamente anticolonialista – de que são exemplos as atuações pré-1953 no caso da Tunísia e nos discursos dos representantes permanentes – e uma postura simpática ao colonialismo – caso da manifestação de Vicente Rao – a política externa brasileira em matéria de descolonização, a exemplo do que ocorrera no período anterior, foi coberto com um manto de comedimento sob o qual fervilhavam opiniões em defesa de um mais concreto engajamento do País em benefício das populações não autônomas.

A conturbada fase política interna pós-suicídio de Vargas não favoreceu uma maior projeção política do Brasil. O governo de Café Filho (1954-55), em assuntos internacionais, guiou-se mais pela inércia que por uma agenda própria. Em 1955, o presidente visitou Portugal, lá chegando em 22 de abril, data do descobrimento do País. Quatro dias antes, iniciara-se, em Bandung, a Conferência Afro-Asiática (18 a 24 de abril de 1955) que levaria ao estabelecimento do Movimento dos Não Alinhados e à apresentação da oposição norte-sul em substituição à lógica leste-oeste. Não se deve supor qualquer intenção deliberada no sentido de contrariar a reunião na Indonésia, mas a concomitância dos dois eventos – a visita de Café Filho a Portugal e a Conferência de Bandung – simboliza a opção tomada pelo Brasil em matéria colonial. A explicação mais correta para, naquele momento, fortalecer laços tão tradicionais parece ser a de Letícia Pinheiro, ao afirmar: "na ausência de um projeto de política internacional – traço comum a um governo circunstancial, empossado em meio à crise advinda do falecimento de Getúlio Vargas – o fortalecimento das posições mais tradicionais constituía-se numa opção segura, na medida em que área diplomática tornava-se um item a menos no cálculo do poder"[277].

O Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960) governou equilibrando-se entre o apoio e a influência do chamado "grupo ocidentalista" – adepto do fortalecimento das relações do Brasil com seus parceiros tradicionais, como os Estados Unidos e também Portugal – e o "grupo nacionalista" – tendente à defesa de uma política externa mais independente em relação a Washington e descolada

[277] Idem, p. 102.

da lógica da Guerra Fria[278]. O resultado será uma política externa "sinuosa", buscando sempre "a realização de sua obstinação de promover o desenvolvimento industrial do Brasil"[279].

A política externa do Presidente Kubitschek em relação ao colonialismo português parece ter sido menos errática que a de seus antecessores. Se no Governo Dutra, notou-se um vago apoio à descolonização e o predomínio da defesa da conciliação, tendo a alta cúpula do Itamaraty cerceado os ímpetos menos moderados – mas nem por isso radicalmente anticoloniais – da delegação na ONU; se no Governo Vargas predominou, antes de 1953, as posições de condenação ao colonialismo em abstrato e apoio à conciliação concretamente; se, depois de 1953 e no Governo Café Filho, a tendência da posição oficial do Itamaraty era de mostrar maior simpatia às potências coloniais; o Governo Juscelino favoreceu, indiscutivelmente e sem rodeios e hesitações públicas – pois, como se verá, o incômodo permaneceu, internamente, no MRE –, o colonialismo português. Como afirma Williams Gonçalves,

> Desde sua posse – quando assumiu a herança deixada pelo governo anterior, de apoio à política portuguesa de não ceder à reivindicação indiana de incorporar Goa, Damião e Diu – até às vésperas do fim de seu mandato – quando já eram previstas manifestações nacionais anticoloniais nas colônias africanas –, Juscelino Kubitschek jamais faltou com seu compromisso de sustentar política e diplomaticamente os objetivos nacionais de Portugal[280].

O Governo Kubitschek justificou o apoio a Portugal com expedientes que iam desde a defesa do bloco ocidental contra a ameaça de influência soviética e comunista, pronta para vicejar nos territórios ultramarinos portugueses onde tão notável obra de civilização era empreendida; até a formação cristã e católica do Brasil, a favor da missão portuguesa e contrária às intenções comunistas. Williams

[278] Cf. GONÇALVES, cit., p. 80.

[279] Idem.

[280] Op. cit., p. 2. Embora Letícia Pinheiro afirme que, no novo governo, "reinaria a ambiguidade brasileira frente ao processo de descolonização africana", é inegável que todos os exemplos de uma postura crítica ao colonialismo por parte do Itamaraty mencionados pela autora, sem exceção, estão presentes em documentos que não eram públicos, representando a visão interna de parcela importante do Ministério das Relações Exteriores. Cf. PINHEIRO, cit., pp. 102 e ss.

Gonçalves arrola as seguintes motivações do Governo brasileiro para sua atuação em benefício da ex-metrópole:

a) o lusismo dos intelectuais de grande projeção nacional;
b) a ação dos diplomatas ligados à tradicional política de aproximação com Portugal;
c) o conservadorismo da imprensa, com a qual a diplomacia portuguesa manteria traços estreitos;
d) a indiferença geral quanto à situação das colônias africanas, em relação às quais a diplomacia brasileira julgaria ter Portugal um comportamento exemplar;
e) a influência da importante comunidade portuguesa junto a personalidades-chave do Governo brasileiro; e
f) a postura pessoal de JK de simpatia a Oliveira Salazar e à Igreja em atenção "aos seus próprios interesses eleitorais"[281].

Como demonstra o Professor Gonçalves, havia no Itamaraty um grupo lusófono defensor ardoroso da manutenção da política de apoio ao colonialismo português. O autor sustenta que o Itamaraty e o Catete opunham-se quanto ao tema, tendo prevalecido o tradicionalismo do MRE em detrimento do grupo nacionalista associado à Presidência da República[282]. É bem verdade, no entanto, como afirma o próprio Williams Gonçalves, que o próprio Presidente da República defendia a postura lusófona que acabou prevalecendo; não só isso: no Itamaraty, a despeito do prestígio dos cargos ocupados pelo grupo apóstolo do "lusismo", também ali se verificaram graves incômodos com a política tão manifestamente portuguesa da diplomacia brasileira. A respeito do grupo lusófono, o autor teve a possibilidade de aferir com acuidade, estudando os arquivos na chancelaria portuguesa, o papel desempenhado por ele e por um de seus mais abnegados membros, a Embaixadora Odette de Carvalho e Sousa. Como afirma ele,

[281] GONÇALVES, cit.

[282] "embora seja certo que portugal ocupava um lugar secundário na estrutura do sistema internacional, que suas relações econômico-comerciais como brasil fossem irrelevantes para a realização do plano de metas de kubitschek, e que houvesse generalizada propensão a justificar a aliança de ambos segundo o critério da afetividade, o fato é que o grupo de apoio a portugal dentro do itamarati fez dessa aliança um obstáculo que contribuiu decisivamente para bloquear as iniciativas políticas desenvolvidas pelos nacionalistas do catete." Idem, pp. 266-7.

> orientados por uma percepção conservadora do sistema internacional, em que toda e qualquer manifestação contrária à ordem estabelecida era prontamente identificada como uma manobra tendente a favorecer o comunismo, (...) o grupo do Itamarati transformou o apoio ao colonialismo português numa trincheira de onde bombardeava todas as posições que pudessem resultar em mudanças na política externa brasileira[283].

Sobre a Embaixadora Carvalho e Sousa, revela:

> foi no período em que Odete de Carvalho e Sousa ocupou a chefia do Departamento Político e Cultural do Itamarati (junho de 1956 a julho de 1958) que o conservadorismo do ministério mais se pronunciou e que as relações com o Brasil foram mais favoráveis a Portugal.
>
> Consulesa geral do Brasil em Lisboa durante cinco anos (de abril de 1951 a janeiro de 1956), Dona Odette – como era chamada pelos diplomatas portugueses – reuniu em torno de si, quando chefe do Departamento Político, um grupo de assessores de confiança que mantinha os diplomatas portugueses sempre bem-informados a respeito das decisões brasileiras, habilitando-os a acompanhar atentamente todos os passos da diplomacia brasileira e a agirem prontamente segundo as conveniências de Lisboa. (...) Dona Odette era considerada pela diplomacia portuguesa como um bastião de seus interesses no Itamarati[284].

Esse "lusismo" de parcela do Itamaraty – que, convém recordar, não era unânime no MRE e encontrava eco no próprio Presidente da República – manifestou-se claramente nas Nações Unidas. Um dos exemplos mais cabais é a intervenção, sempre lembrada pela afirmação "tocar em Portugal é tocar no Brasil" e por sua contundência desmesurada, de Donatello Grieco, em 1957, a respeito da solicitação da delegação iraquiana para que Portugal prestasse informações sobre suas colônias:

[283] idem, p. 267.
[284] Ibidem.

> a missão civilizadora de Portugal na América, tal como na Ásia, tal como na África, fora colocada, sempre, acima dos meros fatores materiais daquilo que se chama colonialismo. Portugal atribuiu sempre maior importância aos missionários e aos professores do que aos comerciantes e nunca escravizou povos. Pelo contrário, os portugueses conquistavam irmãos, não eram nunca governantes de servos sem esperança; eram, principalmente, educadores de homens livres.

Em outras oportunidades no Governo Kubitschek, a delegação brasileira se portou de forma similar. O Senador Carlos Gomes de Oliveira na IV Comissão da XII AGNU, em 1957, sobre o item "Territórios Não Autônomos", iniciou seu discurso afirmando:

> Mr. Chairman,
> If Portugal is aimed by the present Draft Resolution, we ought to remember that the Brazilian position on the subject is already known. We are solidary with Portugal in many circumstances, having also in mind the deep affinities which link us together. Our standing as to tendencies towards freedom, which we have already attained in 1822, and which in an anto-colonialist worldcharacterize the political ideal of our time, is also known. We know that Portugal has given to her overseas territories, long since elevated to the position of provinces, the best of her capacity and of her heart in dealing with the peoples they have guided until they were transformed into the thriving provinces of nowadays[285].

O mesmo orador, desta vez no plenário da AGNU, a 26 de novembro de 1957, ao pronunciar-se sobre Informações relativas aos Territórios Não Autônomos, disse:

> É inegável que nos sentiríamos em grande dificuldade se tivéssemos que contrariar as tendências do nosso espírito e do nosso coração diante de projetos que atingissem os interesses de Portugal. Mas, não poderíamos deixar de estar prontos a considerar fórmulas que pudessem conciliar divergências. E entendemos mesmo que estará em fórmulas tais, o melhor meio, senão o único, no estágio atual da vida internacional, de que

[285] AHI 79.4.6.

> poderão usar as Nações Unidas para colher os frutos que dela se esperam. À semelhança do procedimento que tivemos quando da votação do projeto nº 6 sobre o Sudoeste Africano, aqui também o nosso pensamento haveria de ser o mesmo. Este projeto de Resolução, porém, não satisfaz o espírito de Harmonia que nos inspirou ali. As Nações Unidas são um instrumento democrático em que os povos se aproximam e se encontram em debates livres, não para aprofundar divergências, mas para encontrar denominadores comuns que os homogenizam para a soma de esforços em bem de cada um e da própria humanidade.

Se, nos governos anteriores, o Itamaraty não era unânime em matéria de descolonização, notando-se vozes dissonantes, era de se esperar que o mesmo ocorresse no Governo Kubitschek. De fato, apesar de, em geral, apontar-se o tradicionalismo do MRE, além do pendor pessoal do Presidente da República que tanto se impressionara com a figura de Salazar[286], também sob Kubitschek o incômodo existia. Ao contrário do que sugere a expressão "grupo do Itamarati" utilizada por Gonçalves, o MRE não era um bloco monolítico e coeso no qual divergências não eram expostas à apreciação da cúpula ministerial, como se depreende dos diversos exemplos de expedientes críticos da atuação do Ministério em matéria de descolonização. De toda forma, como nota o mesmo Williams Gonçalves[287], o "grupo lusófono" acabou por ser substituído, gradativamente, por outros diplomatas não comprometidos com a causa portuguesa.

O próprio autor faz referência a dois episódios da mais alta importância para a compreensão do "equilíbrio de forças" dentro do Itamaraty a respeito do apoio ou não ao colonialismo português. O primeiro é o embate entre o Embaixador Oswaldo Aranha e a diplomata Odete de Carvalho e Sousa. Aranha, representante do Brasil na ONU, era favorável à manutenção de relações com a União Soviética e mostrou-se crítico da posição do Ministério na questão colonial, favorável às potências administradoras.

[286] Cf. GONÇALVES, idem.

[287] Op. cit., p. 267. Parte importante dessa mudança foi a substituição, em 1958, da Embaixadora Odete de Carvalho e Sousa, na Chefia do Departamento Político e Cultural, pelo Embaixador João Augusto de Araújo Castro, que viria a ser chanceler e pronunciar, em 1963, na XVIII Sessão Ordinária da AGNU, o famoso discurso dos "três D" – um dos quais, descolonização. Como revela Williams Gonçalves, "Dona Odete" preveniu os portugueses de que seu sucessor não era lusófono.

Afirmou que "o Itamaraty irá agir, e talvez terá mesmo que rever certas atitudes que, por tradição, por amizade, por solidariedade, ou continental ou ocidental, foi obrigado a adotar (...), como, por exemplo, os casos da Argélia, Goa e Indonésia"[288]. A Embaixadora Carvalho e Sousa respondeu atacando a proposta de aproximação com a URSS – argumentou que as questões de segurança nacional se sobrepõem a interesses econômicos –, silenciando sobre as afirmações de Aranha a respeito do colonialismo e atacando o ex-chanceler – disse ter sido ele, quando na ONU e apesar das advertências do Itamaraty, cooptado pela diplomacia soviética.

Outro episódio importante é a entrevista concedida pelo chanceler Horácio Lafer à revista Manchete, em dezembro de 1960, em que expôs as divergências entre, de um lado, a diretriz da cúpula do Itamaraty – e da cúpula do Planalto – e, de outro, o Embaixador Freitas Valle, delegado brasileiro na ONU:

> O Embaixador Freitas Valle, convém também não esquecer, foi forçado a votar a favor de Portugal na ONU e foi-o por determinação do presidente, a quem tive de recorrer perante certas hesitações que encontrei neste MRE. O Presidente, de resto, já mais do que uma vez afirmou publicamente que havia dado essa instrução, insistindo em que o Brasil estava ao lado de Portugal na questão das Províncias Ultramarinas Portuguesas.

O Professor Gonçalves enxerga, no episódio, não sem razão, a constatação que a "orientação ocidentalista" já não "gozava da mesma legitimidade" mesmo dentro do Itamaraty. Entretanto, trata-se de elemento de contestação que esteve ali nos anos anteriores – como nas críticas de João Carlos Muniz e de Álvaro Teixeira Soares – e que não se impôs. Outros documentos – inclusive um telegrama de instruções para Lisboa – demonstram esse crescente incômodo, de resto apontado pelo Professor Gonçalves. Em votação, no âmbito da IV Comissão, a respeito da caracterização das províncias ultramarinas como colônias nos termos do artigo 73 da Carta daquela Organização, apenas foi possível a Portugal obter um resultado favorável porque, graças à atuação brasileira, venceu a tese de que eram necessários 2/3 dos votos para que territórios fossem

[288] Última Hora, 17/03/1958, apud Gonçalves, cit., p. 278.

considerados não autônomos. Como aponta o despacho telegráfico 8914, confidencial, para a Embaixada em Lisboa, de 14 de dezembro de 1957[289]:

> Na recente votação na ONU sobre territórios não autônomos a tese portuguesa relativa à questão processual dos 2/3 venceu por dois votos, enquanto que na Assembleia anterior a diferença fora de quatro votos. Já a questão de fundo, recebeu quarenta e um votos a favor, somente não sendo aprovada em virtude da adoção dos 2/3. Podemos dizer, sem exagerar, que esta estreita vitória se deve à ação do Brasil, que por intermédio da Delegação na ONU, das Missões Diplomáticas e da coordenação da Secretaria de Estado, conseguiu modificar o voto de países-chave. Entretanto, devemos notar que diversos países que nos acompanharam agora, não escondem sua dificuldade, ou mesmo impossibilidade, de fazê-lo no ano que vem. Não é menos exato que o grupo afro-asiático, coadjuvado pelos comunistas e por alguns latino-americanos, tornará a apresentar a questão na XIII Assembleia. Destarte, quer-nos parecer que os prognósticos para 1958 são sombrios, a menos que ocorra fato novo que venha modificar a situação. Essas considerações deverão ser feitas por Vossa Senhoria ao Ministro Caldeira Queiroz, ou mesmo ao Ministro Paulo Cunha, frizando, entretanto, que é necessário preparar-se Portugal, desde já, para uma difícil campanha na ONU, se a situação internacional reinante em setembro próximo for a mesma de hoje. Para conhecimento exclusivo de Vossa Senhoria, a Delegação do Brasil na ONU considera que nossa posição na organização ficou bastante abalada em virtude da atividade por nós exercida em favor de Portugal. Isto o foi demonstrado em votação sucessiva, quando o Brasil foi eleito para a Comissão de Informações por apenas um voto a mais que o mínimo de 38 necessários, enquanto que o Uruguai, para a Comissão do Sudoeste da África, elegeu-se por 62 votos[290].

[289] CDO 602.(04).

[290] No que se refere à mesma votação, um dia antes (13 de dezembro), o Embaixador em Portugal foi instruído a transmitir mensagem protocolar agradecendo pelos efusivos agradecimentos que o Encarregado de Negócios de Portugal no Rio de Janeiro transmitiu ao Itamaraty. O fato não teria maior relevância, não fosse pelas correções apostas ao expediente antes de ser enviado. O despacho telegráfico afirma, em sua versão final:
"Rogo a Vossa Senhoria solicitar audiência ao Diretor-Geral dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e manifestar-lhe o quanto o Governo brasileiro ficou sensibilizado pelos agradecimentos aqui apresentados oficialmente pelo Encarregado de

Não se pode deixar de mencionar a contrariedade do Embaixador brasileiro em Lisboa entre 1957 e 1959, Álvaro Lins, com a diretriz dominante no Itamaraty em relação à questão colonial. Por ocasião de uma votação referente ao *status* de Goa, o Embaixador Lins recebeu saudações efusivas do Ministro de Negócios Estrangeiros português, Marcelo Matias. Impressionara-se Lins, um grande crítico do colonialismo português e do que considerava uma aproximação e identificação exagerada do Brasil com sua ex-metrópole, com a eficiência do Itamaraty no trato da questão. Em suas palavras:

> Lisboa, 12 de dezembro de 1958 – Marcelo Matias aqui hoje de noite na Embaixada. Estava eufórico (...). Com efeito – e isto, que encheu de gôzo colonizador os homens do salazarismo, acha-se documentado por escrito – no dia 12, hoje, já o Itamarati podia formalizar a comunicação de que tinha feito tudo o que Portugal solicitara no seu memorandum de 8 deste mês. Quatro dias para consumar tôdas as demarches e tudo comunicar – mas que solicitude política e burocrática em nosso Ministério do Exterior, quando se trata de um assunto da ditadura salazarista! Tudo a contento: o Govêrno brasileiro, recebido o memorandum de 8 do corrente da Embaixada de Portugal, imediatamente empreendeu gestões e solicitações junto aos Govêrnos argentino, uruguaio, venezuelano, salvadorenho, libanês, panamenho, e guatemalteco, no sentido de apoiarem, em votação da ONU, com relação ao estatuto de Goa, o ponto de vista do govêrno português de que a questão precisa ser considerada substantiva, beneficiando-se portanto, de ter de ser resolvida por maioria

Negócios de Portugal apos o desfecho favorável da votação na ONU sobre os territórios não-autônomos. (...) A este propósito, aproveitando as excelentes bases deixadas pela visita do Presidente Craveiro Lopes e a estreita colaboração das duas diplomacias na ONU, lembramos sejam ativados os trabalhos de Comissão Mista criada pela Declaração Conjunta de 11 de junho de 1957".

A versão original, ainda legível nos arquivos, que, porém. não resistiu a revisão da alta chefia, dizia, em sua parte final: "A este propósito, julgamos que no momento atual tudo deveríamos fazer para consolidar nossas relações com Portugal, aproveitando as excelentes bases...". Só se pode especular sobre as razões para a correção, a qual pode até mesmo ter sido motivada por ser a frase original considerada redundante, considerando-se já consolidadas as relações luso-brasileiras. Todavia, não há dúvidas de que o texto original apresenta versão mais efusiva e entusiasmada, e enfatiza a necessidade de um aprofundamento dos laços já estreitos existentes, os quais, como explicitamente reconhece o despacho telegráfico do dia seguinte, provocaram incômodo ao Governo brasileiro.

> de dois terços. Não sei se o Itamarati, que tutela sem discussão, a causa e os problemas coloniais do Govêrno português, tem se preocupado igualmente, em aprofundar-se no exame dessa situação[291].

O Embaixador mostrou-se arguto observador da realidade ultramarina. Na percepção do Embaixador, a questão colonial caminhava rumo à segregação racial e à negação do pilar central do Lusotropicalismo freyreano. Acusando diretamente Salazar por tal deterioração, autor que fora, como Ministro das Colônias, do Ato Colonial de 1933, afirma Lins:

> o *Ato Colonial*, lei tão tìpicamente salazarista, porque outorgada pelo ditador logo em 1933, representa algo de retrógrado até o inimaginável. Será dêsse estatuto – ou melhor: da execução dêsse estatuto – a principal responsabilidade pelo divisionismo e separação entre a metrópole e as colônias, pelo sentimento de ódio e revolta hoje dominantes nos nativos das colônias contra os ocupadores da metrópole[292].

De forma igualmente incisiva, afirma, a respeito da segregação racial nas províncias:

> Outro fato, que está provocando inquietação e preocupação, entre os portuguêses mais esclarecidos, é a tendência que se verifica, cada vez mais claramente na África Portuguêsa, de modo especial em Moçambique, para uma política racial segregacionista, moldada no exemplo da União Sul-Africana. É uma comunicação que se pode enviar com segurança ao Itamarati, como matéria informativa. Pois êsse fato me foi confirmado pelo próprio Ministro do Ultramar que, particularmente, desaprovou êsse novo tipo de comportamento do colonizador português, aberrante em comparação com a sua tradição e fama em contrário.
>
> O que se vem verificando em Angola e Moçambique, ao inverso do que se passou no Brasil dos primeiros tempos, é a quase inexistência de ligações entre os imigrantes da metrópole e os indígenas locais. Ou mais ainda: ânimo hostil do negro explorado contra o branco, ferocidade do branco explorador contra o negro[293].

[291] LINS, Álvaro. *Missão*... cit., p. 271.
[292] Idem, pp. 273-4.
[293] Idem, p. 280.

Álvaro Lins esteve envolvido em um incidente igualmente importante para as relações bilaterais na época. Já no final dos anos 1950, um incidente diplomático importante opôs os dois países. Trata-se do caso do asilo concedido, pelo então Embaixador do Brasil em Portugal, ao General Humberto Delgado. O General, candidato derrotado à Presidência da República em 1958, era tido como um dos mais combativos opositores do regime salazarista, por cujos agentes foi morto em 1965, em Villanueva del Fresno, cidade espanhola na fronteira com Portugal[294]. Concedido o asilo, em 12 de janeiro de 1959, seguiram-se 98 dias de intensas negociações com o Governo português para proceder ao embarque do General para o Brasil. As tratativas incluíram diversas conversas ásperas entre um irredutível Embaixador Lins e o Ministro de Negócios Estrangeiros, Marcelo Matias. Álvaro Lins dedica seu *Missão em Portugal* quase que exclusivamente ao caso Delgado, narrando em detalhes as duras negociações, com o risco de deixarem sequelas nas relações bilaterais. Apesar de ter apoiado a postura de seu Embaixador até a solução do caso, com o embarque do asilado para o Brasil, não deixa de ser significativo o fato de o Itamaraty, pouco depois, tê-lo substituído pelo Chanceler Negrão de Lima.

Por fim, convém mencionar um ponto interessante da relação bilateral, pouco explorado, que é o que se poderia denominar concertação político-estratégica entre Portugal e Brasil. Como afirmado, a chamada "amizade peninsular" é um dos pilares mais tradicionais da política externa portuguesa. Todavia, não chega a ser surpreendente encontrarem-se expressões de desconfiança de Portugal em relação à vizinha Espanha em contatos mantidos com diplomatas brasileiros com a discrição que um tema tão espinhoso requer. Do lado brasileiro, as relações com a Argentina igualmente ocupam posição central na política externa e as demonstrações de amizade pública são igualmente pontuadas, nos bastidores, pelo temor que a ameaça peronista representaria para o continente sul-americano. São fartas as referências, em telegramas secretos, a preocupações brasileiras quanto à possível invasão do Paraguai ou do Uruguai pela Argentina, tema que foi intensamente

[294] Para descrição minuciosa do fato, cf. ROMERO-ROBLEDO, Mariano Robles; NOVAIS, José António. *Humberto Delgado – o assassinato de um herói*. Portugal [s/ cidade]: Peres Artes Gráficas et. al., s/a.

abordado, sobretudo com autoridades chilenas, paraguaias, uruguaias e estadunidenses[295].

Entre o final dos anos 1940 e o início dos anos 1950, há referências à necessidade de uma união estratégica entre Brasil e Portugal para fazer frente à ameaça que seria representada pela aproximação entre os Chefes de Estado de Espanha, Franco, e de Argentina, Juan Domingo Perón. O "eixo Rio de Janeiro-Lisboa" seria o necessário contrapeso ao "eixo Madri-Buenos Aires", em cooperação estratégica proposta pelos portugueses; evidentemente, a proposta parece bem mais animadora a Portugal – nesga territorial que enfrenta dificuldades no Ultramar

[295] Cf., por exemplo, os despachos telegráficos, todos secretos, 5649 (1º/09/1948), 6774 (20/10/1948), 7188 (11/11/1948), 7365 (22/11/1948) e 2243 (10/05/1949) para Washington e os despachos telegráficos 1316 (05/03/1948) e 5664, também secretos, para a Embaixada em Santiago. Todos eles tratam da "política expansionista argentina". O desptel 5664 para Santiago, por exemplo, menciona: "Um agente peronista argentino, de nome Rayband Paz, parente do diretor de La Prensa de Buenos Aires, foi capturado pela polícia paraguaia ao atravessar a fronteira. Teria confessado que recebera instruções para coordenar elementos militares paraguaios, a fim de promover um levante, e que estivera ultimamente no Chile, em missão confidencial. As altas autoridades paraguaias mostraram-se muito preocupadas com o caso." Os mencionados desptel 7365, desptel 6774 e desptel 5649 afirmam, respectivamente: "Comunico a Vossa Excelência que nos chagaram informações, de fontes merecedoras de fé, que se prepara o Governo da República Argentina para intervir militarmente no Paraguai, aproveitando qualquer nova perturbação da ordem pública em tal país, valendo-se naturalmente da colaboração de emigrados políticos que continuam internados nas cidades fronteiriças. Rogo comunicar confidencialmente ao Departamento de Estado".

"Para seu governo, comunico a Vossa Excelência o seguinte: O Embaixador Cyro de Freitas-Valle trouxe ao nosso conhecimento, em caráter estritamente confidencial, que, em Montevidéu, onde esteve há alguns dias, o Presidente Battle-Berres lhe manifestou a existência de verdadeiro pânico no Uruguai, em consequência de diversas formas de infiltração empregadas pelo peronismo, naquele país, e afirmou que o Paraguai se debatia em dificuldades análogas. Segundo a mesma informação, o Presidente uruguaio se mostrou muito interessado em saber até que ponto poderia o seu país, em caso de risco imediato, contar com o Brasil, e falou da necessidade de alguma ação defensiva conjunta, a fim de se afastar o perigo de uma guerra. O Embaixador Freitas-Valle respondeu evasivamente".

"Segundo informa nossa Embaixada em Assunção, a polícia paraguaia capturou um agente peronista argentino, no momento em que atravessava a fronteira. O referido agente teria confessado que recebera instruções do Ministro da Guerra e do Vice-Presidente da República, da Argentina, bem como da Senhora Eva Perón, a fim de coordenar elementos militares no Paraguai e provocar um levante contra o novo governo paraguaio. Teria dito, além disso, ser propósito do General Perón derrubar o governo Natalício González, por considera-lo muito ligado ao Brasil. Em seu poder foi encontrada uma carta de um coronel do exército argentino a um oficial paraguaio. O presidente do Paraguai declarou ao nosso Embaixador estar disposto a resistir a qualquer interferência argentina nos negócios internos de seu país. Consta haver muita tropa argentina ao longo da fronteira como Paraguai". CDO 541.4.

buscando apoio de um país de maior porte – que ao Brasil. Percebe-se, dos expedientes disponíveis, que Lisboa não encontrou no Itamaraty o eco animador que consideraria ideal. A proposta, aparentemente, foi formulada pela primeira vez pelo Embaixador português no Rio de Janeiro por ocasião de consulta sobre reconhecimento do Governo venezuelano instalado após o golpe militar liderado por Delgado Chalbaud que depôs o Presidente Romulo Gallegos, em 1948. Nos termos do despacho telegráfico abaixo, secreto, enviado à Embaixada em Lisboa no dia 30 de novembro de 1948:

> Rogo a Vossa Excelência comunicar ao Senhor Ministro de Estado o seguinte: 'Procurou-nos ontem o Embaixador de Portugal que, sob o pretexto de tratar de assuntos em andamento, veio indagar nossa opinião sobre a deposição do Governo venezuelano, asseverando-nos que é intenção de Portugal acompanhar o Brasil no que decidirmos sobre o reconhecimento do novo Governo da Venezuela. Referindo-se à situação ora reinante naquele país, bem como ao recente golpe militar no Perú, Sua Excelência perguntou-nos se em ambos os casos houvera intervenção peronista. Respondemos que não tínhamos provas, mas que veementes indícios nos obrigavam a acreditar na participação efetiva da Argentina naqueles movimentos. Ainda nessa mesma ordem de ideias, o Embaixador revelou-nos que Portugal está preocupado com o eixo Madri-Buenos Aires com o qual Franco e Perón visam apoio mútuo na órbita internacional, e a realização de desígnios afins na América do Sul. Disse-nos que achava o momento propício para um entendimento íntimo entre Brasil e Portugal destinado a contrabalançar aquele eixo, havendo manifestado o desejo de telegrafar a Lisboa a esse respeito, se isso nos parecesse interessante. Dissemos ao Embaixador que nada tínhamos a objetar, ao que ele manifestou que relataria integralmente a entrevista ao seu Governo'[296].

O Brasil, no que diz respeito à ameaça representada por uma política expansionista argentina, adotou postura mais realista: o País fez gestões junto aos Estados Unidos[297] e a outros países da região no sentido de

[296] Despacho telegráfico número 7496, de 30 de novembro de 1948. CDO 541.4.

[297] Vide, por exemplo, o revelador despacho telegráfico 7188, para a Embaixada em Washington, em 11 de novembro de 1948: "Para o seu governo, comunico a Vossa Excelência que conversamos

buscar conter a influência argentina e suas possibilidades de intervenção armada em países vizinhos. Além disso, evidentemente, a capacidade de auxílio português era muito limitada.

Do exposto, fica claro que é difícil reduzir a reação brasileira à política externa do Lusotropicalismo a poucas palavras. Atuando nas relações bilaterais, o afeto ajudava a estimular paixões, o comércio a despertar contrariedade, a política multilateral a causar embaraço e o mundo bipolar a incutir temores. Em questão tão polêmica, talvez se possa resumir essa reação ao substantivo "incômodo". O Itamaraty foi constantemente municiado, por diplomatas, com argumentos econômicos e políticos em favor da inequívoca defesa da descolonização (argumentos que viriam a ser acatados no Governo João Goulart). Pode-se até arriscar a afirmação de que, se a posição brasileira sobre o tema da descolonização foi errática, um fenômeno foi constante: a crítica a essa mesma posição nos bastidores de um Itamaraty dividido.

---

há dias com o Embaixador dos Estados Unidos da América sobre o expansionismo argentino e passamos em revista as recentes ocorrências no Perú, Bolívia e Paraguai, deflagradas pelo peronismo. Fizemos sentir ao Embaixador nossas preocupações diante da situação que se está criando e que visa claramente a estabelecer um cerco em torno do Brasil e lhe dissemos que, embora não a tivéssemos até agora enfrentado, não poderíamos prever quando a tanto nos obrigariam as circunstâncias. Pedimos ao Embaixador que nos dissesse se poderíamos contar com o apoio dos Estados Unidos em tal emergência. Sua Excelência declarou-nos, dias depois, não acreditar que Perón viesse a assumir uma atitude capaz de perturbar a paz na América. Se isso acontecesse, entretanto, o Governo americano estaria disposto a agir em apoio do Brasil, dentro dos pactos existentes. Fizemos ver que essa atitude estava longe de ser tranquilizadora, por isso que não impedia a prática de atos de violência e acentuamos que, enquanto se processassem as reuniões previstas nos pactos em vigor, tais atos de violência poderiam degenerar em verdadeira luta armada. Sugerimos, assim, que o Presidente Truman fizesse uma declaração, na próxima oportunidade, assegurando que o Governo em hipótese nenhuma admitiria qualquer alteração violenta do status quo na América ou em outro continente. Respondeu o Embaixador que semelhante declaração importaria em sério compromisso, com o qual certamente não concordaria o povo americano. Abordamos em seguida a questão da compra de armamentos pela Argentina nos Estados Unidos, mostrando o perigo que a mesma poderia significar para a paz no continente e frisamos que o argumento de ser livre a venda de armamentos nos Estados Unidos de nada nos aproveitava, por isso que não dispúnhamos de recursos, nem nos convinha entrar numa verdadeira corrida armamentista. O Embaixador acabou concordando com esse ponto de vista e prometeu telegrafar ao seu governo, pedindo encontrar uma solução para o caso". CDO 541.4.

Conclusão

Transformado de síntese maior do engenho português – como descrito pelo Lusotropicalismo de Gilberto Freyre – em peça-chave de uma estratégia diplomática – como apresentado pelos diplomatas portugueses –, o Brasil viu-se enredado na defesa enfática que o Estado salazarista fez de seu "direito inato" a possuir territórios no Ultramar. A reação brasileira variou: quando a identidade de regimes era importante fator de aproximação e quando a imagem e o discurso de um Brasil moderno e desenvolvido interessavam a Getúlio Vargas, o apoio foi entusiasmado. Esse estreitamento, de que é amostra a participação brasileira nas "Comemorações Centenárias" de 1940, era conveniente, portanto, a ambos os regimes: a Portugal, convinha demonstrar sua perícia como colonizador, justificando suas possessões e enaltecendo a Pátria e suas realizações; ao Brasil, afirmar-se como nação moderna e industrializada.

Com o fim do Estado Novo no Brasil, a descolonização, a crescente concorrência dos produtos africanos e a disputa por recursos financeiros, a diplomacia brasileira passou a se portar de forma menos benevolente: mantido o apoio ao colonialismo português, dava sinais de incômodo com a postura assumida pelo País. O resultado foi uma política externa relativamente errática em relação ao tema nas Nações Unidas.

Gilberto Freyre criou uma teoria que, como poucas, mostrou-se de uma enorme capacidade de influência sobre as políticas interna, externa e colonial de Portugal e do Brasil. O Lusotropicalismo retrata uma "eternidade sempre presente", que escapa às categorias temporais de presente, passado e futuro e "prolonga-se até o infinito". Como uma realidade que tende ao místico e ao simbólico, resgata e mantém vivo o passado da colonização portuguesa e da heroica saga lusitana, declarando-os presentes e projetando-os ao futuro. O resultado é uma formulação teórica horizontal – que perpassa a antropologia, a história, a sociologia, a ecologia, a economia, a agronomia, etc. – que, a um só tempo: (a) deu o embasamento ao resgate português da grave crise material e espiritual em que se encontrava entre o final dos anos 1920 e início dos 1930; (b) inverteu, subvertendo, os termos até então vigentes do pensamento social brasileiro, deslocando o centro das preocupações do público para o privado e defendendo o elogio à mestiçagem; (c) com isso, revolucionou a forma como o brasileiro via a si próprio, transformando o que antes era acanhamento, demérito e enxovalho em dignidade, brio e orgulho; (d) forneceu a um regime uma doutrina que o justificava, arrimando cientificamente alguns de seus mais caros pressupostos e fornecendo-lhe a inspiração para outros tantos; e (e) para os mais acerbos críticos, sufocou os movimentos de libertação nacional no Ultramar português, mistificando uma imagem irreal, cristalizando a desigualdade e levando à perpetuação uma realidade cruel.

O Lusotropicalismo de Gilberto Freyre serviu, assim, como base para a formulação das principais estratégias da política externa portuguesa e da política colonial em relação ao Ultramar. O Brasil, como peça-chave nessa estratégia portuguesa por representar, segundo Freyre, o triunfo do engenho português, teve sua imagem instrumentalizada, em um primeiro momento, por comprovar o sucesso do colonizador português em dar origem a uma nação industrializada, moderna e avançada; em um segundo momento, o Brasil passa a significar a concórdia racial, argumento especialmente importante para o Governo de Lisboa após o início do processo de descolonização.

O Brasil apoiou esse esforço português de defesa do Ultramar. A tradição de relações afetivas, a necessidade de demonstrar a coesão do bloco ocidental contra o mundo soviético e a atuação da comunidade portuguesa no Brasil levaram o Itamaraty a adotar uma política, em geral, favorável aos pleitos

portugueses, até o final da década de 1960. Contudo, o avanço do processo de descolonização, os interesses econômicos contrariados e a crescente percepção da insustentabilidade e descompostura da posição pró-portuguesa levaram a uma inquietação interna nada desprezível no Ministério das Relações Exteriores.

Com isso, Gilberto Freyre pode ser considerado um homem de grande repercussão. O polêmico intelectual, conservador e revolucionário, contraditório em si mesmo, lançou centelhas de grande impacto pelo mundo afora. De seu solar nos Apipucos, produziu um repertório de obras e teorias, em especial, nesse mister, o Lusotropicalismo, que foi capaz: de levar esperança e altivez a Portugal; orgulho e brio ao Brasil; lampejo e pretexto a Salazar; indignação e repulsa à África; e desassossego e incômodo ao Itamaraty.

Bibliografia

Fontes primárias

Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), Rio de Janeiro.

Centro de Documentação do Itamaraty (CDO), Brasília.

Obras

ALENCASTRO, Amílcar. *O Brasil, a África e o Futuro*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

AMEAL, João. *Panorama do Nacionalismo Português*, Lisboa, José Fernandes Júnior, 1932.

ARCHER, Maria. *Terras onde se fala português*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1957.

BENDER, Gerald F. *Angola under the Portuguese: the myth and the reality*. Los Angeles: University of California Press, 1978.

BOAS, Franz. *Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BRAZÃO, Eduardo. *Relance da História Diplomática de Portugal*. Porto: Civilização, 1940.

CAETANO, Marcelo. *Minhas Memórias de Salazar*. Lisboa: Verbo, 1977.

_____. *A internacionalização dos problemas africanos*, Ática, 1963.

CARRIÈRES, Henri Yves Pinal. *Joseph de Maistre. O mal e a política*. Dissertação de mestrado apresentada ao IUPERJ, Rio de Janeiro, 2006.

CARVALHO, Henrique Martins de. *Política Externa Portuguesa*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1964.

CASTRO, Luís Vieira de. *Política Externa: posição de Portugal*, in *Rumo – Revista de Cultura Portuguesa*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1946.

CATROGA, Fernando; TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado. *História da História de Portugal – sécs. XIX-XX*, v. 2. Lisboa: Temas & Debates, 1998.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*, 2ª ed. Brasília: UnB, 2002.

COSTA E SILVA, Alberto da. Prefácio a *Aventura e Rotina*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks / Univercidade (sic), 2001.

DANTAS, Julio. *Discursos*. Lisboa: Bertrand, 1940.

FERREIRA, Tito Lívio. *Portugal no Brasil e no Mundo*, São Paulo, Nobel, 1984.

FERRONHA, António. *Consciência da Luso-Tropicalidade*. Luanda: Marca, 1969.

FIGUEIREDO, António de. *Portugal: cinquenta anos de ditadura*. Lisboa: Dom Quixote, 1975.

FONSECA, Edson Nery da. *Gilberto Freyre de A a Z*. Rio de Janeiro: Zé Mario Editor, 2002.

FONTINHA, Rodrigo Fernandes. *Antologia Portuguesa – selecta literária de trechos destinados ao IV, V e VI anos dos liceus*, 5ª ed. Porto: Domingos Barreira, 1937.

FRANCO NOGUEIRA, Alberto Marciano Gorjão. *Portugal Ultramarino perante a ONU*, in INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES, V. 1, *Conferências proferidas em 1958/59*, Lisboa, 1959.

FREYRE, Gilberto. *Aventura e Rotina: sugestões de uma viagem a procura das constantes portuguesas de caráter e ação*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

_____. *Além do Apenas Moderno*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Univercidade (sic), 2001.

_____. *Um brasileiro em terras portuguesas: introdução ao uma possível luso-tropicologia acompanhada de conferências e discursos proferidos em Portugal e em terras lusitanas e ex-lusitanas da Ásia, da África e do Atlântico*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1953.

_____. *Casa Grande & Senzala*, 39ª ed. São Paulo: Record, 2000.

_____. *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*, 2ª ed. Rio de Janeiro: CEB, 1942.

_____. *Insurgências e Ressurgências Atuais – cruzamentos de sins e nãos num mundo em transição*, 2ª ed., São Paulo, Global, 2006.

_____. *O Luso e o Trópico*. Lisboa: Congresso Internacional de História dos Descobrimentos, 1961.

_____. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1940.

_____. (org). *Novos Estudos Afro-brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

_____. *Quase Política*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1950.

_____. *Palavras aos Jovens do Ceará*. Fortaleza: Lusíadas, 1978.

_____. *Tempo Morto e Outros Tempos – trechos de um diário de adolescência e de primeira mocidade (1915-30)*, 2ª ed. São Paulo: Global, 2006.

GALVÃO, Henrique; SELVAGEM, Carlos. *Império Ultramarino Português*, v. 2, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1951.

GARCIA, Carlos Moreira. *A Descolonização Portuguesa*. Tese do VI Curso de Altos Estudos, Secreta, Ministério das Relações Exteriores: Brasília/Lisboa, 1982.

GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das Relações Internacionais do Brasil*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: FUNAG, 2005.

GARCÍA MOREJÓN, Julio. *Unamuno y Portugal*. Madri: Cultura Hispánica, 1964.

GONÇALVES, Williams da Silva. *O Realismo da Fraternidade – as relações Brasil-Portugal no Governo Kubitschek*. Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras de Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1994.

GONZALES BARROS, Luis. *Portugal y la solidaridad de occidente*, t. I. Lisboa: edição especial limitada, 1965.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Intelectuais portugueses no silogeu: IV Congresso de história nacional (Rio de Janeiro, 1949)*, in Revista do IHGB, 165 (425), Rio de Janeiro, pp. 57 e ss., out/dez 2004.

_____. *IV Congresso de História Nacional: tendências e perspectivas da história do Brasil colonial*, in Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 24, pp. 145 e ss., 2004.

_____. *Festa portuguesa no IV Congresso de História Nacional: a comemoração dos quatrocentos anos da fundação da*

cidade de Salvador (Rio de Janeiro, 1949), publicado pelo Real Gabinete Português de Leitura, Lisboa, 2005.

HAMMOND, Richard J. *Portugal and Africa 1815-1910: a study in Uneconomic Imperialism*. Stanford: Stanford University Press, 1966.

JORGE, Salomão. *Angola é Portugal*. São Paulo: Saraiva, 1961.

KARMIRIAN, Sarkis. *Tendências Gerais do Relacionamento Político de Portugal com Angola: do rompimento de relações à participação portuguesa no processo de paz angolano*. Tese do XXIII Curso de Altos Estudos, Secreta. Ministério das Relações Exteriores: Brasília/Lisboa, 1991.

KAY, Hugh. *Salazar and Modern Portugal*. Nova Iorque: Hawthorn, 1970.

LIMA, Lobo D'Avila. *Portugal e a Guerra das Nações*. Lisboa: Empresa Lusitana Editora, 1915.

LINS, Álvaro. *Missão em Portugal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

MAGALHÃES, José Calvet de. *Breve História das Relações entre Brasil e Portugal*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MAXWELL, Kenneth. *Chocolate, Piratas e outros Malandros*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *O império derrotado*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

MEDINA, João. *Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colónias portuguesas como alibi colonial do salazarismo*, in Revista USP, n. 45, março-abril-maio de 2000.

MELLO, Arnon de. *Portugal e as Colônias da África*, Brasília, Senado, s/d.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O "Ovo de Colombo" Gilbertiano*, in: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *O Imperador*

das Ideias – Gilberto Freyre em Questão. Rio de Janeiro: FRM/ UniverCidade/Colégio do Brasil/Topbooks, 2001.

MENDES CORRÊA. *Os Criminosos Portugueses – Estudos de Anthropologia Criminal*, 2ª ed. Coimbra: França Amado, 1914.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *A Palavra do Brasil nas Nações Unidas*. Brasília: Funag/CHDD/Ipri, 2007.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DE PORTUGAL. *Le Portugal répond aux Nations Unies*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1970.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-74)*, 9ª ed. São Paulo: Ática, 1994.

MOREIRA, Adriano; VENÂNCIO, José Carlos (org.). *Luso-Tropicalismo: uma teoria social em questão*. Lisboa: Vega, 2000.

NEWITT, Malyn. *Portugal in Africa – the last hundred years*. Londres: C. Hurst & Co., 1981.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos*. São Paulo: UNESP, 2005.

_____. *Um método antimetódico: Werner Heisenberg e Gilberto Freyre*, in: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *O Imperador das Ideias – Gilberto Freyre em Questão*. Rio de Janeiro: FRM/UniverCidade/Colégio do Brasil/Topbooks, 2001.

PATTEE, Richard. *Portugal na África Contemporânea*. Rio de Janeiro: Livro S.A., 1961.

PIMENTA, José de Melo. *Justiça a Portugal*. São Paulo: Recado, 1984.

PIÑEIRO IÑIGUEZ, Carlos. *Sueños Paralelos: Gilberto Freyre y el Lusotropicalismo. Identidad, cultura y política en Brasil y Portugal*. Buenos Aires: Nuevohacer, 1999.

PINHEIRO, Letícia de Abreu. *Brasil, Portugal e Descolonização Africana (1946-1960)*. Contexto Internacional: Rio de Janeiro, n. 9, pp. 91-111, 1989.

PLANHOL, René de. *L'Oeuvre de Charles Maurras*. Paris: Éditions du Capitole, 1929.

REGO, Silva. *História da Colonização Moderna*, publicação da Escola Superior Colonial, Gabinete de Estudos Ultramarinos, Centro Universitário de Lisboa da Mocidade Portuguesa, 1951.

RIBEIRO, Darcy. *Gilberto Freyre: uma introdução a Casa Grande & Senzala*, in *Casa Grande & Senzala*, 39ª ed., São Paulo, Record, 2000.

ROMERO-ROBLEDO, Mariano Robles; NOVAIS, José António. *Humberto Delgado – o assassinato de um herói*. Portugal [s/ cidade]: Peres Artes Gráficas et. al., s/a.

ROSAS, Fernando, in: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal – o Estado Novo*, v. 7. Lisboa: Estampa, 1994.

SALAZAR, António de Oliveira. *Antologia (1909-1966)*. Coimbra: Coimbra Editora, 1966.

SANTO AGOSTINHO. *Confissões*, 8ª ed, São Paulo, Paulus, 1984.

SARAIVA, José Flavio Sombra. *Do silêncio à afirmação: relações do Brasil com a África*, in: CERVO, Amado Luiz (org.). *O Desafio internacional*. Brasília: UnB, 1994.

SIMÕES, Nuno. *Portugueses no mundo.* Lisboa: Minerva, 1940.

SKIDMORE, Thomas. *O Brasil visto de fora,*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

STERNHELL, Steev. *Les Anti-Lumières*. Paris: Fayard, 2006.

_____. *El nascimiento de la ideología fascista*. Madri: Siglo XXI, 1994.

THOMAZ, Omar Ribeiro. Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português, Rio de Janeiro, UFRJ / FAPESP, 2002.

TORGAL, Luis Reis. *O Estado Novo. Salazarismo, Fascismo e Europa*, in MATTOSO, José et al., 2ª ed. Bauru: Edusc; São Paulo: UNESP; Lisboa: Instituto Camões, 2001.

UNAMUNO, Miguel de. *Del sentimiento trágico de la vida*. Madri: Alianza, 2000.

_____. *Mi religión y otros ensayos breves*, 2ª ed. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1945.

VELOSO, Mariza. *Gilberto Freyre e os futuros possíveis*, in: QUINTAS, Fátima (org.). *Evocações e Interpretações de Gilberto Freyre*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2003.

_____; MADEIRA, Angélica. *Leituras Brasileiras – itinierários no pensamento social e na literatura*, 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Gilberto Freyre na UnB*. Brasília: UnB, 1980.

VIANA, Mário Gonçalves. *As Viagens Terrestres dos Portugueses*. Porto: Figueirinhas, 1945.

Anexo I
Composição do Congresso do Mundo Português

I Congresso: Pré e proto-história de Portugal até à Reconquista cristã; antropologia pré e proto-histórica.

II Congresso: Portugal medieval, desde as origens e formação da nacionalidade até ao início da expansão ultramarina (1415).

III Congresso: Descobrimentos e colonização, até à crise nacional de 1580: "evidentemente, a expansão portuguesa obedeceu a razões de necessidade, a factores psico-sociais determinantes de um movimento quási-místico que interessou tôda a Nação. Mas não é menos certo que a adaptação às condições inevitáveis da emprêsa exigia uma considerável obra educativa."

IV Congresso: Monarquia dualista e Restauração, até à paz com a Espanha (1578-1668).

V Congresso: Da Restauração ao Constitucionalismo (1668-1834): "de maneira especial, (...) nele procurarão estudar-se: (...) b) a obra de civilização prosseguida além-mar."

VI Congresso: Constitucionalismo, até à Grande Guerra: "O afastamento do Brasil da comunidade portuguesa criou novas condições à vida geral da Nação. Por outro lado, a corrida à África de grandes navegações europeias (e, até, de nações de menor influência, como a Bélgica); as conclusões votadas na Conferência de Berlim; a abolição da escravatura; a adaptação do País às novas normas constitucionais, atribuem a êste período aspecto sui generis

na história de Portugal. Nêle se opera incontestável renascimento: surgem grandes nomes nas letras, nas artes e nas ciências; organiza-se o Império Africano; cria-se uma escola de colonizadores, em Sá da Bandeira e Andrade Corvo; preparam-se as condições da reacção nacionalista." (grifo nosso).

VII Congresso: (Congresso luso-brasileiro de História): Descobrimento, colonização e formação do Brasil (1500 a 1822): "Por se ter reconhecido a importância fundamental da formação do Brasil na história de Portugal, concentram-se neste Congresso todos os estudos que digam respeito ao descobrimento, colonização e organização da Nação brasileira, estudos estes que, a não ser assim, se dispersariam pelos vários congressos (III, IV e V) integrados no sistema do Congresso do Mundo Português. Reunindo-os num congresso único, facilita-se a participação dos historiadores e investigadores brasileiros no exame dos problemas respectivos a um período histórico que é património comum das duas nações irmãs. Sem prejuízo, evidentemente, da menção, noutros lugares, de determinados factos essenciais (Descobrimento, Separação), cuja posição tem de ser marcada na história geral da Nação portuguesa."

VIII Congresso: História da atividade científica portuguesa.

IX Congresso: Congresso Colonial, sobre "problemas coloniais da actualidade."

Formato	*15,5 x 22,5 cm*
Mancha gráfica	*12 x 18,3cm*
Papel	*pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)*
Fontes	*Times New Roman 17/20,4 (títulos),*
	12/14 (textos)